

2º CBCS CONGRESSO BRASILEIRO
CIÊNCIA E SOCIEDADE

**me
lho
res
trabalhos**

2021





CENTRO UNIVERSITÁRIO SANTO AGOSTINHO – UNIFSA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
NÚCLEO DE APOIO PEDAGÓGICO - NUAPE

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA

Publicado por UNIFSA em associação com Lestu Publishing Company

Núcleo de Comunicação- NUCOM

Design Gráfico, Editoração e Organização: Ana Kelma Cunha Gallas

Preparação de originais: Edson Rodrigues Cavalcante

Diagramação: Ana Camilla Gallas

TI publicações OMP Books: Eliezyo Silva

Arte Gráfica: Odrânio Rocha

Lestu Publishing Company: editora@lestu.org

Esta obra possui uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International (CC BY-NC-ND 4.0).

© 2021 UNIFSA

Congresso Brasileiro Ciência e Sociedade

E-mail: cics@unifsa.com.br

Todos os capítulos deste livro foram submetidos, aprovados e apresentados na Congresso Brasileiro Ciência e Sociedade- CBCS 2021, sendo selecionados como os melhores trabalhos apresentados em Grupos Temáticos do evento.

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

U58 GALLAS, Ana Kelma Cunha; GOMES, Alisson Dias; CRONEMBERGER; Izabel Herika Gomes Matias.

Conhecimento e Tecnologia para o Desenvolvimento Social: trabalhos premiados no 2º Congresso Brasileiro de Ciência e Sociedade - CBCS 2021 | Centro Universitário Santo Agostinho / Ana Kelma Cunha Gallas; Alisson Dias Gomes; Izabel Herika Gomes Matias Cronemberger (Orgs.). Teresina: UNIFSA, 2021/São Paulo: Lestu, 2021

171 p.; online

ISBN: 978-65-996314-8-1

DOI: 10.51205/lestu.978-65-996314-8-1

Disponível em: lestu.org/books

1. Pesquisa. 2. Inovação. 3. Sustentabilidade. 4. Ciência. I. GALLAS, A. K. C. (Org.). II. GOMES, A. D. (Org.). III. CRONEMBERGER, I. H. G. M. (Org.). IV. Título. V. UNIFSA. VI. CBCS

CDD: 904.

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação, Pesquisa, Temas Relacionados: Ciência. Trabalhos acadêmicos. Anais.



LESTU PUBLISHING COMPANY
Editora, Gráfica e Consultoria Ltda
Avenida Paulista, 2300, andar Pilotis
Bela Vista, São Paulo, 01310-300, Brasil.
editora@lestu.org www.lestu.com.br

2º CBCS CONGRESSO BRASILEIRO
CIÊNCIA E SOCIEDADE



2021





ORGANIZAÇÃO

COMITÊ ORGANIZADOR

Presidente

Profa. Ma. Antonieta Lira e Silva

Coordenador

Prof. Dr. Alisson Dias Gomes

Membros

Profa. Dra. Izabel Herika Gomes Matias Cronemberger

Profa. Dra. Liana Dantas da Costa e Silva Barbosa

Profa. Ma. Ana Kelma Cunha Gallas

Profa. Ma. Karoline Costa e Silva

Prof. Me. Robert Maurício de Oliveira Araújo

Profa. Esp. Roberta Mara Araújo Oliveira

Equipe técnica

Ma. Penélope Maria Melo e Lira

Esp. Polyana Fabiene Rodrigues de Sousa Alcântara

Esp. Laís Maria Matos Barradas

Esp. Francisco Wilk Santos Leal Marques

Sheila Lima Cipriano Andrade

Odrânio de Sousa Rocha

COMITÊ CIENTÍFICO

Coordenação

Profa. Dra. Izabel Herika Gomes Matias Cronemberger

Membros

Profa. Ma. Ana Kelma Cunha Gallas

Profa. Dra. Raquel Vilanova Araújo

Prof. Me. Robert Maurício de Oliveira Araújo

Profa. Ma. Karoline Costa e Silva

Profa. Dra. Willyane de Andrade Alvarenga

Profa. Dra. Marfisa Martins Mota de Moura

Profa. Ma. Liejy Agnes dos Santos Raposo Landim

CONSELHO CIENTÍFICO

Profa. Dra. Ana Carla Marques da Costa (UNIFACEMA)

Profa. Dra. Ana Mercês Bahia Bock (PUC-SP)

Profa. Dra. Ana Paula da Rosa (UNISINOS-RS)

Prof. Dr. Antônio Teixeira de Barros (Câmara dos Deputados-DF)

Prof. Me. Breno Inácio da Silva (UNISINOS-RS)

Profa. Dra. Cássia Maria Carloto (Universidade Estadual de Londrina)

Prof. Dr. Daniel Dias Rufino Arcanjo (UFPI)

Profa. Dra. Estrella Montes López (Universidad de Salamanca, Espanha)

Prof. Dr. Francisco Assumpção Júnior (USP-SP)

Prof. Dr. Francisco Javier Herrero Gutierrez (Universidad de Salamanca, Espanha)

Prof. Dr. Jaime Pedro Oliveira da Silva (Universidade de Coimbra, Portugal)

Prof. Dr. José Ignacio Aguaded Gomez (Universidad de Huelva, Espanha)

Profa. Dra. María Izabel Rodriguez Fidalgo (Universidad de Salamanca, Espanha)

Profa. Dra. Monique Culturato Padilha Mendonça (UNICAMP-SP)

Prof. Dr. Rômulo Jose Francisco de Oliveira Junior

Profa. Dra. Sally Cristina Moutinho Monteiro (UFMA)

Profa. Dra. Solange Maria Teixeira (UFPI)

CONSELHO CIENTÍFICO AD HOC

Profa. Dra. Amanda Furtado Mascarenhas Lustosa Lima (Tribunal de Justiça - MA)

Profa. Ma. Amanda Lúcia Barreto Dantas (UFPI)

Prof. Dr. Breno de Oliveira Ferreira (UFAM)

Prof. Dr. Bryan Steve Martinez Galan (FAPESP)

Profa. Dra. Cassandra Maria Bastos Franco (UFPI)

Profa. Ma. Cecília Passos Vaz da Costa (Fundação Municipal de Saúde - Teresina)

Prof. Dr. Dario Brito Calçada (UESPI)

Profa. Dra. Fábila de Kássia Mendes Viana (FUESPI)

Prof. Dr. Fábio Solon Tajra (UFPI)

Prof. Dr. Fabricio Ibiapina Tapety (UFPI)

Profa. Dra. Francilene Brito da Silva (UFPI)

Prof. Dr. Francis Musa Boakari (UFPI)

Prof. Me. Francisco José Alencar (HGV/São Marcos)

Prof. Dr. Leonardo Halley Carvalho Pimentel (CEIR)

Prof. Me. Leonardo Sales Lima (UESPI)

Profa. Ma. Lílian Melo de Miranda (UESPI)

Profa. Dra. Lucia da Silva Vilarinho (UFPI)

Profa. Dra. Lucielma Salmito Soares Pinto (UESPI)

Profa. Dra. Maria do Socorro Melo Araújo (UERR-RO)

Profa. Dra. Marli Clementino Gonçalves (UFPI)

Profa. Ma. Michelle Vicente Torres (UESPI)

Profa. Dra. Naiara de Moraes e Silva (UESPI)

Prof. Dr. Reginaldo Canuto de Sousa (UESPI)

Prof. Me. Samuel Pimentel Costa (UNINOVAFAPI)

Profa. Dra. Simone da Costa e Silva Carvalho (Biogen-Canadá)

Profa. Ma. Socorro Adriana de Sousa Meneses Brandão (UAB-UESPI)

Prof. Dr. Túlio Henrique Pereira (URCA-CE)

COORDENADORES DE GTs

Prof. Dr. Alisson Dias Gomes (UNIFSA)
Prof. Dr. Carlos Eduardo Gonçalves Leal (UNIFSA)
Prof. Dr. Francisco Adalberto do Nascimento Paz
Prof. Dr. Joubert Aires de Sousa (UESPI)
Profa. Dra. Adriana Paíno Ambrósio (Universidad de Salamanca, Espanha)
Profa. Dra. Iracilda Alves Braga (UFPI)
Profa. Dra. Isabel Herika Gomes Matias Cronemberger (UNIFSA)
Profa. Dra. Lucila Castanheira Nascimento (EERP/USP)
Profa. Dra. Maria Isabel Rodríguez Fidalgo
Profa. Dra. Maria Zilda Silva Soares (UNIFSA/UESPI)
Profa. Dra. Nilza Duarte da Silva Lima (UNIP-SP)
Profa. Dra. Patrícia Melo do Monte (UNIFSA)
Profa. Dra. Sâmia Luiza Coêlho da Silva (IESM)
Profa. Dra. Teresa Cristina Moura Costa (UFPI)
Dra. Mauricéia Lígia Neves da Costa Carneiro (PMT)
Ma. Daniela Fortes Neves Ibiapina (UNIFSA)
Ma. Nina Nunes Rodrigues Cunha
Prof. Me. Antônio de Lisboa Lopes de Araújo (UNIFSA)
Prof. Me. Gorthon Lima Moritz (UNIFSA)
Prof. Me. Kácio Santos Silva (UNIFSA/UESPI)
Prof. Me. Luis Henrique dos Santos Silva Sousa (UNIFSA)
Prof. Ma. Rosália Maria Carvalho Mourão (UNIFSA)
Prof. Me. Stefano Almeida Lopes (UNIFSA)
Prof. Me. Tássio Mascarenhas de Carvalho (UFPI)
Profa. Ma. Alessandra Dale Giacomini Terra (PPGSD/UFF)
Profa. Ma. Barbara Johas (UFPI)
Profa. Ma. Eldelita Águida Porfírio Franco (UNIFSA)
Profa. Ma. Jaciara Carvalho de Sousa Oliveira (UNIFSA)
Profa. Ma. Juliana Gomes da Silva Soares (UNIFSA)
Profa. Ma. Patrícia Mendes dos Santos (UNINOVAFAPI)
Profa. Ma. Tatiana Maria Melo Guimarães (UNIFSA)
Prof. Esp. Alberto Luís Araújo Silva Filho (NIPP/DOXA/UFPI)

COMITÊ DE PROGRAMAÇÃO

Coordenação

Prof. Dr. Alisson Dias Gomes

Membros

Profa. Ma. Antonieta Lira e Silva
Profa. Dra. Liana Dantas Costa e Silva Barbosa
Profa. Esp. Roberta Mara Araújo Oliveira

COMITÊ DE DIVULGAÇÃO

Coordenadora

Esp. Laís Maria Matos Barradas

Membros

Ma. Ana Kelma Cunha Gallas
Ma. Penélope Maria Melo e Lira
Esp. Francisco Wilk Santos Leal Marques
Odrânio Sousa Rocha

Estagiários

Tauany Leal de Oliveira
Ocianyra Kelly da Luz Silva
Estevão Leite Cordeiro de Souza

COMITÊ DE CAPTAÇÃO RECURSOS

Coordenação

Esp. Francisco Wilk Santos Leal Marques

Membros

Ma. Indira Maria de Melo Lira Pereira da Silva
Mário Melo Lima
Esp. Raimunda de Sousa Gomes

SUMÁRIO

Apresentação	17
Capítulo 1 Os desafios no uso das metodologias ativas no curso de direito	21
<i>Livia Augusta César da Silva Pereira</i> <i>Rosália Maria Carvalho Mourão</i>	
Capítulo 2 A natureza jurídica da condição de escravizado em “Eu, Tituba, Feiticeira... Negra de Salem”, de Maryse Condé	33
<i>Lara Melinne Matos Cardoso</i>	
Capítulo 3 Percepção do idoso sobre atuação da família em sua qualidade de vida	47
<i>Jâina Carolina Meneses Calçada</i> <i>Dario Brito Calçada</i>	
Capítulo 4 Percepções de idosas atendidas no “projeto rosas do entardecer” sobre sua sexualidade	63
<i>Lucas de França Galvão</i> <i>Mirleyde Nunes Feitosa</i> <i>Maria Enoia Dantas da Costa e Silva</i> <i>Liana Dantas da Costa e Silva Barbosa</i>	
Capítulo 5 Serviço social na saúde: desafios do trabalho do(a)s assistentes sociais na pandemia da Covid-19 em Teresina-PI	79
<i>Gisélia Maria da Silva Carvalho</i> <i>Lúcia da Silva Vilarinho</i>	
Capítulo 6 Determinantes sociais da saúde de crianças com necessidade de cuidado complexo no domicílio	91
<i>Marcia Teles de Oliveira Gouveia</i> <i>Isaura Danielli Borges de Sousa</i> <i>Andreia Rodrigues Moura da Costa Vale</i> <i>Joelma Lacerda de Sousa</i> <i>Silvana Santiago da Rocha</i>	

APRESENTAÇÃO

O Congresso Brasileiro Ciência e Sociedade foi pensado com o propósito de ampliar a contribuição acadêmica para aproximar a sociedade das práticas científicas contemporâneas bem como de fomentar a divulgação científica, proporcionando um espaço de diálogo e interação para o debate não só de pesquisas, mas também de perspectivas de estudos e demais contribuições relevantes para as áreas do conhecimento.

A sua primeira edição, entre os dias 3 e 5 de outubro de 2019, teve como tema “Inovação, Diversidade e Sustentabilidade”. Tratava-se de expandir e confirmar o amadurecimento do Centro Universitário Santo Agostinho na organização de eventos científicos, a exemplo da Semana Científica que estava em sua 19ª edição.

Em 2021, o 2º Congresso Brasileiro Ciência e Sociedade (CBCS) ocorreu entre os dias 4 e 7 de outubro, dessa vez, discutindo o tema “Conhecimento e Tecnologia para o Desenvolvimento Social”. Nesta edição, o evento, já consolidado, pretendia disseminar ainda mais o conhecimento científico, muitas vezes restrito a grupos de especialistas.

Neste século, há uma demanda sem precedentes para a democratização do conhecimento, entendendo a importância vital da consciência humana, cada vez mais crítica, para o desenvolvimento sociocultural e econômico para a construção do futuro.

No momento em que o ensino superior está sendo desafiado pelas tecnologias da informação e comunicação, a melhorar as formas de acesso ao conhecimento produzido, no CBCS, os resultados das pesquisas se constitui em acervo público. Este vasto material pode ser acessado por diversos recursos informatizados, do celular ao laptop e computador, sempre de maneira gratuita, irrestrita e universal.

Capítulo 7

Análise do grau de conhecimento e utilização da contabilidade de custos como ferramenta na formação do preço de venda: um levantamento em empresas informais do setor de alimentação em Esperantina – PI 117

Renata Sampaio Chaves

Larissa Sepúlveda de Andrade Ribeiro

Elenn Andrade Sousa

Capítulo 8

A tecnologia no cotidiano de trabalho do/a assistente social: relato de experiência de residentes em saúde da família e comunidade133

Adrieli de Sousa Lima

Rayssa Almeida da Silva Barbosa

Izabel Herika Gomes Matias Cronemberger

Sâmia Luiza Coêlho da Silva

Capítulo 9

Resíduos na construção civil: estudo dos impactos e soluções sustentáveis aliadas as atividades do setor construtivo143

Haila Santos Rodrigues

José William Rodrigues da Silva Júnior

João Pedro Sampaio Campelo Sousa

Luana Lima Cipriano

Pedro Henrique de Souza Cutrim Cunha

Capítulo 10

Triagem fitoquímica e otimização do extrato do *Anacardium occidentale* LINN.159

Yesca Ravena Sousa Leal

Shirley Nadiny Ferreira Alencar

Lyghia Maria Araújo Meirelles

Democratizar o saber é o grande desafio ao qual o Centro Universitário Santo Agostinho se propõe com seus eventos acadêmicos e científicos. E o CBCS é o corolário desse esforço.

Alisson Dias Gomes

Coordenador do Comitê de Organização do CBCS 2021



1

Os desafios no uso das metodologias ativas no curso de direito

Lívia Augusta César da Silva Pereira¹
Rosália Maria Carvalho Mourão²

INTRODUÇÃO

As metodologias ativas apesar de citadas por alguns autores em décadas passadas iniciou seu processo de ampliação dentro deste século. O curso de direito em específico, por ser uma carreira com disciplinas embasadas por leis, doutrinas e jurisprudências, fontes com vasta teoria, encontra resistência por partes dos cursos de graduação e principalmente por parte dos docentes, que consideram as novas abordagens tecnológicas como permeadas por nuances que apresentam dificuldades. Além disso, o fato de o estudante de Direito passar por uma série de avaliações no modelo tradicional, como ENADE, Exame de Ordem e Concursos Públicos, faz com que esse seja um argumento para a não mudança de diferentes abordagens metodológicas.

Em torno disso a diversidade metodológica atua na sala de aula com uma nova conotação e buscará melhora da interação professor-aluno e pela busca por maiores habilidades. O professor tem um papel direcionador, facilitador e o aluno deixa o polo passivo e passa a ter a responsabilidade na busca pelo seu conhecimento

1 Acadêmica de Direito – Centro Universitário Santo Agostinho/UNIFSA.
Contato: @lacsperreira@gmail.com

2 Docente do curso de Direito – Centro Universitário Santo Agostinho/UNIFSA.
Contato: rrosapi@yahoo.com.br

e isso permite que ele obtenha maior percepção da realidade bem como maior reconhecimento dos seus pontos de fragilidade, dessa forma trabalhará de maneira direcionada.

METODOLOGIA

Um estudo qualitativo descritivo com o levantamento de literaturas que abordam o tema metodologias ativas e metodologias no curso de Direito. Após seleção são realizadas as leituras, fichamentos e arquivamento das informações para posterior sistematização, análise e interpretação dos dados abordados, de modo a direcionar os resultados para o estudo mais dinâmico e interativo dentro do curso de Direito.

São selecionadas literaturas que abordem a temática de metodologias ativas e metodologias ativas direcionadas ao curso de Direito em livros, livros eletrônicos e artigos científicos. São coletados dados dos últimos dez anos e em português.

A pesquisa ainda está com dados parciais pois faz parte do Projeto Pibic das autoras, intitulado “Metodologias Ativas no Curso de Direito”. Por não haver pesquisa com seres humanos não será necessário submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa – CEP que é regido pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. O estudo é restrito à busca de dados através de literaturas já publicadas.

Com a possível publicação dos dados deverá ser seguido e respeitado os preceitos éticos e legais quanto aos direitos autorais e legitimidade das obras. Os riscos em realizar este projeto estão na possibilidade de não encontrar publicações com os critérios estabelecidos no método. Caso isso ocorra será realizado um novo critério: aumento da data de publicação e inserção em outros idiomas como inglês e espanhol. Diante das informações obtidas durante o levantamento, compete ao pesquisador resguardar em sigilo qualquer informação que possa causar constrangimento.

Os benefícios desta pesquisa é ampliar o conhecimento sobre o tema, promover esclarecimentos sobre como inserir novas metodologias dentro do curso de Direito de forma a aumentar a interação professor-aluno e gerar reflexão sobre essa abordagem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa está ocorrendo exclusivamente através de levantamento bibliográfico. A partir da análise dos textos selecionados foi possível avaliar quais poderiam compor a referência bibliográfica seguindo os critérios de inclusão e exclusão. Foram selecionados vinte e cinco artigos, porém cinco foram excluídos, um porque só estava disponível o resumo/abstract e os outros quatro porque tratavam de outras ciências, portanto não condiziam com a realidade da docência voltada para o ramo jurídico.

A metodologia ativa busca a autonomia do discente ao colocá-lo como centro do processo ensino-aprendizagem e a migração do professor para o papel de facilitador. Com essa postura busca-se causar a reflexão do aluno para que crie sua autonomia dentro de casos concretos e com situações de aprendizagem significativas (DIAS; CHAGA, 2017).

A massiva entrega de textos teóricos que pouco descrevem a prática entra em contradição com a nova geração de estudantes digitais que não estão limitados a quatro paredes. Trabalhar novas formas de abordagem de conteúdo e diversificar as ferramentas é uma forma de alcançar novas estratégias de aprendizagem (RIBEIRO, 2017).

Pinto et al. (2012), acredita que as metodologias ativas são um desafio para os professores, pois para envolver os alunos em discussões reflexivas e críticas é necessário dedicação, tempo para planejar atividades de forma rotineira, busca de técnicas e propostas adequadas de acordo com cada temática e aptidão na condução do

processo de aprendizagem de forma que incentive a participação do aluno.

Fonfoca et al. (2018), propõem que é possível trabalhar metodologias ativas a partir de atividades didáticas já existentes com adaptações de propostas metodológicas que modifiquem o processo de aprendizagem, aulas expositivas participativas, lançamento prévio de questionamentos em busca de conceitos e análise crítica, além da disponibilidade de textos e vídeos que favoreçam a participação dos alunos.

Para Cortelazzo (2018), com o passar dos anos houve uma modificação na perspectiva metodológica e didática. A ideia de punição a não aprendizagem cai em desuso e se transforma na convicção de que para assimilar conteúdo é necessária uma avaliação contínua de modo a recuperar esse estudante de forma recorrente em busca de resultados finais mais satisfatórios. Para isso torna-se necessário maior aproximação do professor com o aluno para a formação do conhecimento.

As práticas como ensino à distância e ambientes virtuais são novas estratégias que permitem criar situações didáticas que contribuem para um novo olhar e de forma a construir uma ação colaborativa de aprendizagem (RIBEIRO, 2017).

As transformações na esfera pedagógica podem ser traçadas através de mudanças mais suaves com o modelo curricular tradicional (maior envolvimento do aluno através das metodologias ativas, ensino interdisciplinar, sala de aula invertida) ou podem ocorrer de forma mais transformadora com mudanças no projeto pedagógico de modo a inovar no processo de aprendizagem desde a modificação da sala de aula, redesenho do projeto pedagógico do curso, espaço físico, atividades com desafios, problemas para que cada aluno aprenda no seu próprio ritmo e com os outros grupos (MORÁN, 2015).

Atividades em grupo são outras formas de melhoria do aprendizado com a formação colaborativa e social, pois integram e permitem a cooperação dos estudantes. Atendimentos por redes sociais e e-mails poderão ser usados para disponibilizar materiais, instigar conteúdo, disparar lembretes, vídeos, trocas de informações, tirar dúvidas e incentivar as atividades e exercícios em sala. Outra abordagem é a sala de aula invertida em que o material é disponibilizado para ser estudado em casa e o tempo de aula usada para discussões, dúvidas, exercícios, projetos e jogos (FONFOCA et al., 2018), Oliveira (2016), acredita que o ensino superior necessita promover mudanças de paradigmas para enfrentar seus desafios. Para isso é necessário confrontar o tradicional em busca do novo com dinamicidade e em busca de soluções.

Cortelazzo (2018), apresenta sugestões sobre possíveis metodologias que podem aumentar a eficácia do processo de aprendizagem e que vão além da sala de aula expositiva como estudos de caso, filmes, teatralização, jogos, seminários e debates, aprendizagem baseada em projetos e problemas. Paulo Freire, educador e filósofo brasileiro, apresentou como proposta de ensino a aprendizagem baseada em problemas, que surge através do desafio de conectar a teoria com a prática na sala de aula e que provoca no aluno a percepção de buscar o próprio conhecimento para aplicá-lo em casos concretos e assim trazer para o centro da aprendizagem (DIAS; CHAGA, 2017).

Ghirardi, Feferbaum (2013), acreditam que introduzir o aluno como sujeito ativo na aprendizagem necessita de uma reflexão do manuseio desse processo em direção aos campos dos saberes. Na formação do profissional do Direito é preciso fazer uma releitura do curso, do saber e do ensino de forma que possa direcioná-los para uma metodologia participativa que mantenha uma reflexão e avaliação constante e crítica.

Ghirardi e Feferbaum (2013), questionam a necessidade da transversalidade do conhecimento para o profissional do Direito e é nesse aspecto que se levanta a reflexão sobre a formação da classe de modo a prepará-lo de forma integral e sistêmica. A especialização do profissional do Direito limita sua preparação, pois novos desafios surgem na sociedade e para enfrenta-las é preciso trabalhar seus conhecimentos de acordo com a ampla realidade vivida de forma que efetive cada vez mais a função da profissão que é a busca por Justiça.

Temas como a transversalidade, transdisciplinaridade e interdisciplinaridade são foco para transformar e emancipar o ensino, inclusive no curso de Direito. Esse envolvimento permitirá que o discente deixe a academia com uma visão holística do trabalho, sociedade e cidadania. Quando ocorre essa relação entre as matérias é possível integrar temas relevantes, interação do aluno com a realidade e a construção de um saber jurídico crítico e criativo. Mas para isso é necessário desconstruir a ideia da especialização, tanto do aluno como do docente e atentar para o compromisso de ambos somados ao compromisso institucional (GHIRARDI; FEFERBAUM, 2013).

Masetto, Zukowsy-Tavares e Wild (2014), trazem em seu estudo a ideia de que os métodos convencionais de ensino já não atendem as perspectivas sociais na formação dos profissionais. Em sua pesquisa ao analisar uma faculdade de direito com um novo modelo pedagógico encontraram como pontos de abordagem o incentivo a utilização de novas tecnologias e técnicas de ensino que permitem uma formação com maior competência e habilidade de forma analítica e crítica através de casos, simulações e problemas. Essas situações contrariam às aulas expositivas que permitem apenas o conhecimento e/ou compreensão de conceitos prontos.

Outro ponto é observar o pluralismo pedagógico (não há melhores métodos para todas as finalidades) e o experimentalismo

(reinvenção crítica de métodos descritivos). Esses conceitos podem ser associar com novas estruturas para os planos de disciplina, preparo antecipado de materiais para os alunos, formação de grupos de professores com acompanhamento pedagógico para se observar o atual ensino jurídico e promoção de adaptações técnicas didáticas de forma a gerar um currículo inovador (MASETTO; ZUKOWSY-TAVARES e WILD, 2014).

Ao oferecer ao aluno situações práticas e/ou reais é possível uma formação jurista de maior capacidade e um desses pontos é introduzir o mais precoce o estágio profissional. Para Ghirardi, Feferbaum (2013), o processo de aprendizagem no Direito, não está nem na teoria com doutrinas nem na prática cotidiana, está na forma como o aluno fará articulação desses pontos de forma que uma desafie a outra e vice-versa. Para isso é necessário que o sujeito pense, experimente, reflita e gere resultados de acordo com seus valores.

Moura, Tassigny e Silva (2018), trabalham a ideia de associação entre novas tecnologias e a sala de aula através de uma reestruturação didática, com a finalidade de capacitar e aumentar o rendimento dos alunos. Outro ponto que os autores abordam é o tripé necessário para o sustento desse novo modelo pedagógico: alunos, professores e instituições que devem trabalhar a ideia do ensino híbrido que integra diferentes metodologias de ensino com o intuito de aperfeiçoamento e eficiência. Acreditam que dessa forma há maior engajamento dos alunos, estímulo a um pensar crítico e desenvolvimento de habilidades socio-emocionais. Como exemplos dos métodos de aprendizagem relacionadas ao curso de Direito podemos citar o Diálogo Socrático, Clínica de Direito, Método de Caso, PBL (Problem-Based Learning), Role Play, Seminários e Sala de aula invertida (GHIRARDI, FEFERBAUM, 2013).

Pereira Junior, Matos (2018), trabalham a ideia de ir além da letra da lei, da busca pela capacidade argumentativa e do docente

trabalhar ideias reflexivas acerca dos métodos de aprendizagem. Para isso é possível nortear a formação dos profissionais do Direito através da Resolução nº 9 de 29 de setembro de 2004 pela Câmara de Educação Superior do CNE/MEC que apresenta em seu texto o perfil esperado do aluno de Direito e os objetivos, em que um dos seus pontos aborda que a formação do profissional deve ir além da técnica, com formação geral e humanística.

Em relação aos textos selecionados é possível destacar alguns pontos importantes levantados pelos autores. Melo (2018), por exemplo, coloca que o curso de Direito passa por desafios em relação à metodologia ativa porque possui características intrínsecas voltadas para ações mais pragmáticas e menos flexíveis; e que exigem do professor maior criatividade e disposição. Para que haja engajamento e uma boa formação dos futuros profissionais é necessário um ensino transformador com metodologias e estratégias de ensino para estimular professores e alunos.

Para Melo (2018), Dentro do contexto da pesquisa um dos pontos mais importantes considerados pela pesquisadora foi a descoberta do STHEM BRASIL, um consórcio que incentiva a capacitação docente para formação de um ensino de excelência. As ações dessa iniciativa não são voltadas especificamente para o ensino jurídico, mas dentro de suas atividades houve a presença de professores e coordenadores do curso de Direito, o que mostra o fortalecimento da iniciativa para novos olhares diante desse curso.

Com o fichamento dos textos foi possível observar duas críticas ao sistema de ensino. A primeira é um conceito que começa a ser inserido: Desperiodização, em que o aluno escolhe as disciplinas que irá cursar, independente do período o qual está cursando. Isso faz com que não haja uma sequência lógica no aprendizado porque o próprio aluno avança sem ter visto conceitos essenciais. Além disso não cria um vínculo institucional e social, o que dificulta

formar linhas contínuas de conhecimento diante das práticas, visto que nem todos os alunos terão visto os mesmos conceitos (MELO, 2018).

O outro ponto é o aluno considerado desmotivado. Para Mur-Miranda (2018), “Não se pode dizer que o aluno é desmotivado, ainda que o contrário seja possível, vale dizer, a motivação pode ser intrínseca, a desmotivação, no entanto, é a incapacidade do mediador de despertar no sujeito interesse pelo objeto”, portanto cabe ao docente observar aquele aluno com maior dificuldade de interação e buscar estratégias para inseri-lo dentro do processo de aprendizagem e proporcionar uma autonomia estudantil.

Dentro da pesquisa já realizada foi possível encontrar diversas formas de usar novas abordagens metodológicas dentro do curso de Direito. Jogos como Adedonha recursal e Pôquer recursal, usados dentro da disciplina de Direito Processual; sala de aula invertida, usados dentro da Disciplina de Direito Internacional; atividades como *Brainstorming* (tempestade de ideias) para levantar e formular hipóteses, elaboração de mapas conceituais, gerar a problematização de um fato jurídico e relacionar as fontes do Direito. Todas essas são propostas que buscam colocar o aluno no centro do conhecimento e reduzir ao máximo o papel passivo do discente (ROSA, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo ensino aprendizagem passa por uma evolução. Cada dia há uma busca maior para o engajamento do aluno dentro das situações de aprendizagem para que seja o protagonista na produção de conhecimento.

O desenvolvimento do estudo se faz importante pois a partir dessas novas abordagens metodológicas dentro dos cursos de Direito é possível aprimorar as propostas pedagógicas já existentes além de contribuir com inovações dentro desse campo de ensino jurídico.

Com a diversidade metodológica atualmente existente a sala de aula ganha uma nova conotação e busca melhorar a interação professor-aluno na busca por maiores habilidades. O professor passa a ter um papel direcionador, facilitador. Já o aluno deixa o polo passivo e passa a ter a responsabilidade na busca pelo seu conhecimento e isso permite que ele obtenha maior percepção da realidade bem como maior reconhecimento dos seus pontos de fragilidade e dessa forma passe a trabalhar de maneira direcionada. Dentro do curso de Direito, diante de teorias e leituras extensas, as metodologias ativas proporcionam um novo olhar a abordagens dos conceitos e desmistifica a ideia do curso está restrito apenas a teorias. Para isso torna-se necessário trabalhar com mudanças. Olhar o Direito de forma concreta, articular com situações cotidianas são possibilidades que uma nova abordagem metodológica poderá inserir para melhor visão do aluno e de modo que aumente o seu senso crítico e percepção da realidade profissional. O protagonismo do discente no curso de Direito permitirá associação de situações reais com leis e doutrinas apresentadas obrigatoriamente no meio acadêmico. Dessa forma é provável que ao sair da faculdade o aluno tenha uma percepção ampliada, não apenas do mercado de trabalho, mas da rotina e aplicabilidade das normas que regem o Direito. Além disso torna o professor um facilitador e os alunos os protagonistas do processo ensino-aprendizagem, esses aspectos tornam-se um diferencial para a formação do profissional das carreiras jurídicas. Inserção no processo pedagógico para promover conteúdo mais dinâmico, interativo e com desenvolvimento de potencialidades.

REFERÊNCIAS

- CORTELAZZO, A. L. *et al.* **Metodologias ativas e personalizadas de aprendizagem:** para refinar seu cardápio metodológico. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.
- DIAS, S. R.; CHAGA, M. M. Aprendizagem baseada em problema: um relato de experiências. *In:* DIAS, S. R.; VOLPATO, A. N. (Orgs.) **Práticas Inovadoras em Metodologias Ativas.** Florianópolis: Contexto

Digital, 2017. 174p. Disponível: http://www.saojose.br/wp-content/uploads/2018/09/praticas_inovadoras_em_metodologias_ativas.pdf. Acesso: 05 de fev. 2020.

FONFOCA, E. *et al.* **Metodologias pedagógicas inovadoras:** contextos da educação básica e da educação superior. Curitiba: Editora IFPR, 2018. 197 p. v. 1. Disponível em: https://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2018/08/E-book-Metodologias-Pedag%C3%B3gicas-Inovadoras-V.1_Editora-IFPR-2018.pdf. Acesso em: 06 de fev. 2020.

GHIRARDI, J. G.; FEFERBAUM, M. (Orgs.) **Ensino do direito em debate:** reflexões a partir do 1º seminário ensino jurídico e formação docente. São Paulo: Direito GV, 2013. Disponível em: Acesso em:

MASSETO, M. T.; ZUKOWSY-TAVARES, C.; WILD, A. **Metodologias ativas em cursos de graduação em Direito.** EdUECE, 2014. Disponível em: <http://www.uece.br/endipe2014/ebooks/livro2/METODOLOGIAS%20ATIVAS%20EM%20CURSOS%20DE%20GRADUA%C3%87%C3%83O%20EM%20DIREITO.pdf>. Acesso em 05 de fev. 2020.

MELO, F. S. O jogo como método ativo de aprendizagem do Direito Processual Civil. **Revista de Direito FAE – RDF.** v. 1 n. 1 (2019). Disponível em: Acesso em: 28 de abr. 2020.

MORÁN, J. Mudando a educação com metodologias ativas. *In:* SOUZA, C. A.; MORALES, O. E. T. (Orgs.) **Convergências midiáticas, educação e cidadania:** aproximações jovens. Vol II. Coleção mídias contemporâneas. Ponta Grossa: UEPG Foca, 2015. Disponível em: Acesso em: 04 de fev. 2020

MOURA, T. I. M.; TASSIGNY, M. M.. SILVA, T. E. V. O uso de tecnologias no ensino jurídico. **Revista Univap.** São José dos Campos/SP, v. 24, n. 45, Edição Especial, 2018. Disponível em: revista.univap.br. Acesso em: 05 de fev. 2020.

PEREIRA JÚNIOR, A. J.; MATOS, L. G. Metodologias ativas aplicadas à disciplina Direito do Trabalho na Faculdade Paraíso do Ceará. **Rev. Jurídica.** v. 50, n. 01, Curitiba, 2018. pp. 185 – 208. Disponível em: revista.unicuritiba.edu.br. Acesso em: 05 de fev. 2020.

PINTO, A. S. S. *et al.* Inovação Didática - Projeto de Reflexão e Aplicação de Metodologias Ativas de Aprendizagem no Ensino Superior: Uma

Experiência com “Peer Instruction”. **Janus, Lorena**, ano 6, n. 15, 1jan./jul., 2012. Disponível em: <http://unifatea.com.br/seer3/index.php/Janus/article/view/289/260>. Acesso: 05 de fev. 2020.

RIBEIRO, O. M. A produção de textos em sala de aula sem paredes: um desenho curricular em construção. In: DIAS, S. R.; VOLPATO, A. N. (Orgs.) **Práticas Inovadoras em Metodologias Ativas**. Florianópolis: Contexto Digital, 2017. 174p. Disponível: http://www.saojose.br/wp-content/uploads/2018/09/praticas_inovadoras_em_metodologias_ativas.pdf. Acesso: 05 de fev. 2020.

ROSA, G.A. **Metodologia ativa no ensino do Direito**: uma proposta de aula invertida para disciplina de Direito Internacional. Universidade do Oeste Paulista. Disponível em: <https://sigeve.ead.unesp.br>. Acesso em: 08 de abr. 2021.o

2

A natureza jurídica da condição de escravizado em “Eu, Tituba, Feiticeira...Negra de Salem”, de Maryse Condé

Lara Melinne Matos Cardoso¹

INTRODUÇÃO

“Eu, Tituba, Feiticeira Negra de Salem” (CONDÉ, 2019) contou com extensa pesquisa por parte da autora, que mesclou elementos de ficção e realidade para compor seu personagem. Imaginada como descendente de axântis (do império Akan, localizado na região do Golfo da Guiné, que enriqueceu comerciando ouro com o reino do Mali, outro poderoso império africano) e nascida em Barbados, hoje há a especulação de que Tituba na verdade descendia povos africanos e nativo-americanos da região da Venezuela (BRESLOW, 1996), agrupados em cumbes, uma formação análoga aos quilombos no Brasil (FLORENTINO; AMANTINO, 2012). Contudo, a aproximação de Condé (2019) faz todo sentido porque a etnia axânti foi a que desembarcou em maior número nos portos das Treze Colônias, especialmente Boston. No romance, Tituba e John Indien chegam a Boston vendidos pela antiga proprietária, Susanna Endicott: não há, entretanto, na documentação oficial, informações claras a respeito da chegada da real Tituba a Boston.

Tendo como fontes a historiografia do final do século XVII e início do XVIII, menções oficiais a Tituba são poucas, e há associação contínua dessa mulher com “demônios”. Em sua defesa, Tituba

alega que o diabo pediu que o servisse, e Tituba o serviu, como é esperado que uma escravizada faça. Dessa maneira, Tituba escapou da morte modulando as próprias expectativas que a sociedade tinha dela enquanto cativa e as oferecendo como defesa processual. No romance, é dada continuidade à história da escravizada, que após sair da prisão é comprada por um comerciante judeu Benjamin Cohen e trabalha para ele até a morte da família deste em um incêndio. Após este fato, Tituba recebe alforria e volta a Barbados, onde envolve-se na luta pela liberdade, primeiro como companheira de Christopher, e depois de Iphigénie. Tituba então é executada em razão de organizar um levante de escravizados; a punição por insurreição era implacável. A feiticeira de Salem escapa das acusações de possíveis homicídios ocasionados por bruxaria, mas quando desafia o sistema frontalmente, é responsabilizada por seus atos e punida com a força¹.

A partir da história de Tituba com o aporte teórico da epistemologia feminista (COLLINS, 2029), aliado aos estudos de direito e literatura (PAIXÃO, 2020; CALVO-GONZÁLEZ, 2017), é possível visualizar as ambiguidades da natureza jurídica da condição de escravizado, que variava de acordo com os interesses em jogo: entre completa despersonalização à responsabilização penal implacável reservada aos crimes de insurreição, passando por estereótipos amalgamados de selvagem, semovente e pagão. Neste sentido, SOUSA et alii (2018, p.79):

[...] os padrões de escravidão sempre dialogaram entre si, assim, a condição de infiel, por exemplo, poderia ser o fundamento da escravidão. Porém diante da possibilidade da conversão e batismo apresenta uma nova dinâmica para a escravidão, situação que os teóricos e escravocratas tiveram que enfrentar, e nesse momento a etnia foi o aspecto capaz de superar

1 “Ela não foi executada por ser feiticeira, e sim pelo seu potencial desestabilizador enquanto partidária do movimento de rebelião pela liberdade política e pela emancipação negra, com a qual se engaja em Barbados” (HANCIAU, 2004, p. 262)

essas velhas questões, pois o que fazer com os mouros escravos que aceitaram a fé em Cristo? Juntos com os ibéricos formariam uma nação cristã? Ou ainda, o escravo negro que se batizasse? Bem, tendo a etnia como padrão para a inferioridade, rapidamente o infiel passou a ser considerado local de origem. (SOUSA; BORDIN; MORAES, 2018, p.79)

O estudo de direito e literatura permite que a complexidade entre na arena jurídica e traga metáforas e contextualizações, possibilitando, também, o conhecimento de subjetividades distintas do cânone europeu ocidental e dos personagens vistos por escritores desde essa perspectiva. Desta forma, a escolha de Maryse Condé e de Tituba, sua personagem, foi feita para inserir a perspectiva do escravizado no sistema jurídico e cultural escravocrata.

METODOLOGIA

Conduzo a pesquisa a partir da posição de mulher racializada, com o método revisão de literatura da obra “Eu, Tituba, feiticeira... negra de Salem” com ênfase no contexto de escravização e na opção por uma obra fora do cânone literário em razão seu lugar estético particular na literatura mundial (o realismo fantástico na América Latina). Partindo da premissa de que teoria e epistemologia estão entrelaçadas na pesquisa, o modo de análise une a epistemologia feminista às teorias de direito e literatura que enfatizam a interdisciplinaridade. As técnicas usadas são a pesquisa documental e a revisão de literatura (CELLARD, 2008), seja pela consulta do romance em dois idiomas, seja pela pesquisa em fontes que comentam as relações entre direito e literatura longe de uma perspectiva hierárquica de saberes (PAIXÃO, 2020).

Pode-se ter uma visão da complexidade da incorporação da obra analisada, a partir de uma epistemologia feminista, conforme Patricia Hill Collins (2019):

“O diálogo implica uma conversa entre dois sujeitos, não um discurso de sujeito e objeto. É um discurso humanizador, que confronta e resiste à dominação”, afirma bell hooks². Para as mulheres negras, é raro que novas reivindicações de conhecimento sejam elaboradas de maneira isolada de outros indivíduos, e em geral são desenvolvidas em diálogos com outros membros da comunidade. Um dos pressupostos epistemológicos básicos subjacentes ao uso do diálogo na avaliação de reivindicações de conhecimento é o de que a conexão, e não a separação, é um componente essencial do processo de validação do conhecimento. (COLLINS, 2019, p. 416)

A partir desse ponto, a ideia de que a cultura jurídica necessita da complexidade do conhecimento literário e do diálogo com este, sem hierarquização de saberes, é o fator de movimento deste trabalho.

Direito, literatura e afro diáspora

A partir do exclusivismo de racionalidade atribuído ao direito (PAIXÃO, 2020), o movimento de estudar uma obra fora do cânone literário (tradicionalmente branco, centro-europeu, de estética narrativa burguesa) é um duplo questionamento na disciplina direito e literatura: saindo da ideia de “complementaridade” da obra literária ao direito, a história de Tituba, escrita por uma mulher caribenha³, documenta a estética literária das Américas, muitas vezes desprezada na academia e marginalizada, questiona “um ponto de vista europeu que assume que a mágica e o irracional pertencem a indígenas e culturas não-europeias, enquanto a racionalidade e o senso fático de

2 Conforme a própria autora, seu nome é grafado em minúsculas porque sua obra deve sobressair aos superlativos de fontes. Desta forma, e como isto é um consenso em parte da academia, opto por manter a citação de hooks como a original.

3 Aquelas que escrevem não se adaptam aos moldes literários definidos pelos parâmetros vigentes. Elas interessam-se pelo que é denominado intimismo e pelos aspectos disfuncionais da sociedade: problemas relacionados com a cor, com o ideal de beleza (sempre encarnado por mulheres cuja pele é relativamente clara), conflitos nas relações familiares, abordagens consideradas menos nobres se comparadas aos discursos relativos à negritude, à criouliidade ou à África. (HANCIAU, 2004, pp.237-238)

realidade pertencem exclusivamente à uma perspectiva europeia” (FONDZE-FOMBELE, 2021, p.69). Este artigo visa a consideração de literaturas fora do cânone para que se possa compreender a visão dessas pessoas para a constituição da sociedade e do direito. A partir do momento em que a estética do romance burguês europeu e seu discurso é elevado a uma categoria superior, e as outras formas de arte são exotizadas e silenciadas, a perda de sentido de outras existências fora do olhar do colonizador consolida-se como mais uma forma de dominação.

Os elementos narrativos de Condé foram intencionalmente escolhidos: Tituba é mulher, negra, com dons espirituais, caribenha, processada judicialmente por uma transgressão assim considerada apenas por motivos racistas e misóginos. Trata-se de uma história com característica do realismo fantástico latino americano, percebido com muita estranheza pelo cânone tradicional. Escolher este livro é pronunciar um compromisso por outras versões de história e por um estudo de direito e literatura que não só traga a complexidade de sujeitos para a esfera jurídica. É demonstrar que os considerados não-sujeitos durante muito tempo têm uma voz, uma história e a pronunciam há muito tempo. Resta às demais pessoas escutarem.

Condé reconstitui sua própria trajetória, desmitifica uma ampla gama de aspectos da identidade e da história daquelas ilhas na busca da própria identidade; enquanto narra outras buscas, a escritora antecipa a estrutura de uma nova relação entre o indivíduo e coletividade, mundo íntimo e testemunho social. (HANCIAU, 2004, p. 235)

Experiências diversas e que trazem ideia de complexidade ao hermético sistema jurídico são necessárias para que os operadores do direito possam trafegar e contextualizar significados nos casos

em que possam atuar: muitas vezes as situações não podem ser entendidas apenas com o conhecimento puramente legal.

Vale considerar que o direito não se trata apenas de leis, mas está implicado especialmente nas instituições que tornam concretas as políticas públicas que enfrentam a desigualdade racial e as instituições que produzem a decisão judicial. E elaborar a lei parece acionar as esferas do pensamento racional, mas colocar em prática implica em enfrentamento à cultura racista incrustada no imaginário de cada um e que nunca contou efetivamente com enfrentamento nem social, nem institucional. (SOUSA, 2018, 237)

A cultura jurídica com bases humanísticas é fundamental para uma experiência satisfatória do conhecimento jurídico. A opção pela literatura afro diaspórica traz ao contexto jurídico experiências silenciadas e considerações acerca do direito desde suas margens: o não-sujeito, o não-ser da modernidade que de modo paradoxal propiciou o florescimento cultural humanístico europeu e que teve sua cultura, arte e espiritualidade relegados à pura exotização e ou ao esquecimento. O movimento deste trabalho é neste sentido.

Eu, Tituba... Feiticeira Negra de Salem

Tituba chega a Boston vinda de Barbados, vendida por sua ex-proprietária, Susanna Endicott, para o reverendo Samuel Parris. A primeira ideia acerca da escravização de pessoas combatida pelo romance histórico é o imaginário de que não houve escravização nas Treze Colônias originais, onde sempre predominou a liberdade. A liberdade só existia para o branco colonizador e muitas vezes só era possível através da exploração de pessoas mais vulneráveis. A expulsão, escravização e massacre de indígenas somado ao comércio de escravizados de África proporcionou a liberdade tão proclamada como símbolo do país. O esforço do estudo do direito na contemporaneidade também é para redimensionar os conceitos

de direitos humanos dentro do imaginário, permitindo que o contato com a complexidade de sujeitos considerados “Outros” influem na cultura jurídica e possam influir na percepção desses sujeitos como dignos de igualdade material e reparações históricas.

Tituba, como a maioria das mulheres acusadas de bruxaria, na verdade era versada em conhecimentos sobre ervas medicinais e tratamentos de saúde, que muitas vezes socorrem Betsey e sua mãe, respectivamente filha e esposa do reverendo Parris, mulheres de compleição frágil. A contraposição da escravizada às figuras dos médicos, simbolizando a racionalidade burguesa ascética, é proposital no romance: a perseguição de mulheres ocorria pelo poder que representavam ao proporcionar cuidados aos corpos alheios.⁴

Neste momento, é preciso relatar a condição jurídica do escravizado, em suas ambiguidades e complexidades. A imagem única de cativos como semoventes não condiz com a natureza da responsabilização jurídica. A aproximação mais acurada é com o status do estrangeiro⁵, que até recentemente tinha pouquíssimas garantias nos ordenamentos jurídicos liberais, o que reflete a herança helênica da sociedade ocidental: tratado como pária fora de seu território (do qual foi removido forçosamente), o escravizado tinha personalização apenas no momento de enfrentar responsabilização penal, precisando de curador para outros atos relacionados com recurso à estatalidade, lembrando o tratamento dado aos metecos na Grécia Antiga (OSBORNE, 2008). Documentos como o Estatuto do Estrangeiro no Brasil são de confecção muito recente na história do mundo na modernidade.

Não se trata apenas da viagem atlântica e das passagens do meio (GILROY, 2001), e sim da suscetibilidade ao deslocamento

4 “Durante a perseguição por feitiçaria, a solução era atribuir o poder que a mulher tinha ao fato de ser instrumento do demônio, rival do Deus cristão, ou seja, dos próprios homens.” (DALY apud HANCIAU, 2004, p.248)

5 Ressalte-se que no o romance, Tituba afirma que ao chegar a Salem que sentiu-se como “estrangeira de si”: “oui, je devenais une autre femme. Une étrangère à moi-même” (CONDÉ, 1987, p.134)

forçado e ao despregamento de suas raízes. Tituba considera-se antilhana, e é estrangeira em Boston; o deslocamento forçado não se resume, para a personagem, ao sequestro e venda de sua mãe e o pesar por ter deixado sua terra natal acompanha Tituba até seu retorno a Barbados.

É crucial, também, ressaltar que a legislação estadunidense sobre a escravidão tem um caso emblemático a respeito da consideração do escravizado como estrangeiro e incapaz de adquirir cidadania seja pelo critério de *ius soli* (local de nascimento), seja o critério de *ius sanguinii* (nacionalidade de descendência): o caso *Dred Scott vs. Sandford*. A sentença deste caso determinou que escravizados trazidos de África e seus descendentes não eram protegidos pela Constituição dos EUA e nunca poderiam ser cidadãos estadunidenses. Datando de 1857, a decisão referendou o tratamento costumeiro dado aos escravizados.

O crescimento do número de libertos levou a essa decisão negando cidadania aos afro americanos e a possibilidade de requerimento deste status. Apesar de derrubada definitivamente em 1868, o significado jurídico de uma decisão como esta é latente para a vida de afro americanos até hoje. Há muitas semelhanças entre as legislações escravistas de todo o mundo porque todas buscavam maximizar o controle sob a população em trabalho compulsório por meio da violência e da autorização legal de castigos corporais. Ao organizar o comércio de escravizados, a intenção era potencializar o lucro com o tráfico e maximizar a demanda por estes trabalhadores.

Portanto, o romance permite visualizar que o tratamento do escravizado como estrangeiro e propriedade era simultâneo e entrelaçado e por isso mesmo mais difícil de combater e desvencilhar-se. O cativo deixava a posição de semovente apenas quando acusado de crimes, complementando e fortalecendo o sistema escravista. Dessa forma:

A situação jurídica da pessoa escravizada era um misto de sujeito e objeto; portanto, de não pessoa à pessoa, embora houvesse a declarada intencionalidade governista de despersonalização; logo, coisa, propriedade; mas, havia contradição, considerando que, para o direito civil, era um bem, coisa, não podendo pleitear em juízo por si, carecendo de curador ou representante; já, para o direito penal, era sujeito de direito, pois era passível de responder por seus crimes. (SOUSA et alii, 2017, p. 65)

O estereótipo da pessoa escravizada enquanto “coisa” e “semovente” foi o que mais se perpetuou no imaginário, mais por esforços discursivos do que por ser verdade de fato: a autonomia, desenvoltura e faculdades intelectuais dos escravizados eram usufruídas por seus senhores, especialmente no meio urbano; o cativo só era considerado coisa no momento em que este rótulo era proveitoso para os senhores e/ou a sociedade escravocrata. Tituba evoca essa despersonalização em vários momentos, mas a reflexão na casa de Susanna Endicott é a mais significativa:

O que me deixava mais estupefata e revoltada não era tanto as palavras que diziam, mas a maneira como as diziam. Parecia que eu não estava lá, em pé, na entrada da sala. Falavam de mim e ao mesmo tempo me ignoravam. Elas me riscaram do mapa dos humanos. Eu era ausência. Um invisível. Mais invisível que os invisíveis, pois eles ao menos detinham um poder que todos temiam. Tituba, Tituba não tinha mais que a realidade que aquelas mulheres queriam lhe conceder. (CONDÉ, 2019, p. 41)

A religião de Tituba, seus invisíveis, não é compreendida pela cristandade com a qual a escravizada tem contato: a ideia de contato com espíritos, na cosmologia dos banto, origem da Tituba ficcional, nada tem de sobrenatural, é parte do cotidiano (DURKHEIM, 2004). Uma das maiores violências coloniais é a negação do direito à cultura e religiosidade dos escravizados, tomando seus costumes

como bárbaros e. Isto também se relaciona ao modo com que Condé conduz sua narrativa: ao introduzir um universo de realismo mágico, desafia o cânone de narrativas europeizadas que desprezam o realismo fantástico como um modo mais “primitivo” de narrar uma história. Calvo-González comenta a particularidade do romance latino americano:

Los mundos de la ficción literaria son lugares del no-lugar desde donde es éticamente necesario pensar la relación con lo que está fuera de la Literatura, con el Mundo, donde también está la Justicia. La Justicia es de este Mundo. En este sentido, creo que la ficción narrativa latinoamericana ha sido el mirador literario a otro Derecho en el que excitar la construcción jurídico-social del porvenir de sus Hombres y sus Pueblos. (CALVO-GONZÁLEZ, 2017, p. 9)

Desse modo, ao relacionar os significados jurídicos da natureza de escravização de indivíduos, é importante perceber também o papel de uma narrativa de realismo mágico que põe em primeira pessoa uma mulher⁶, negra, feiticeira e escravizada para falar por si, inclusive no momento do julgamento. Tituba, ao defender-se afirmando que só sabia obedecer a um mestre, escapa da morte pela própria desumanização imposta a ela pelo sistema: dizem que Tituba só é pessoa enquanto criminosa: assim, ao negar sua humanidade, evoca sua inocência através do discurso do próprio escravismo. Essa saída é uma das brechas discursivas encontradas como forma de resistência.

Tituba torna-se alvo da incursão da caça às bruxas por conta de sua religiosidade e espiritualidade diversas dos habitantes da

6 Desde o título, em que a personagem coloca-se como pessoa: “Eu, Tituba” é uma construção frasal com a intenção de ressaltar o “eu”, a subjetividade, a história da personagem: “o próprio título do romance parece querer ressaltar o eu(Moi...) negro e escravo, iniciando a falar em primeira pessoa; o recuo ao passado 9Salem) funciona como palimpsesto do período histórico de sua produção; a raça negra (noite) resalta o deslocamento geográfico e racial da protagonista entre as Américas. (HANCIAU, 2004, p. 268)

vila soturna de Salem, em especial Abigail, que carrega em si toda a miséria espiritual do tio, o Reverendo Parris, pastor sem qualquer talento para firmar-se em uma congregação. O preconceito religioso é o que desencadeia os eventos de Salem: por isso discorrer sobre a barbarização dos costumes de escravizados e a perseguição a fim de aniquilar a cultura e modos de vida é tão importante⁷.

Julgada por envolvimento com feitiçaria no vilarejo em Salem, Tituba adquire personalidade jurídica, capacidade de comparecer em juízo sem um curador, no momento em que é acusada de seus crimes e coagida a delatar. A partir daí o testemunho da escravizada ganha relevância e ela passa a ser um sujeito penal culpável. Apostando na negativa desta responsabilidade, Tituba escapa da pena capital: “Depois dessa reconstrução pode-se garantir que a confissão de Tituba antes do julgamento não foi um ato de submissão. Bem ao contrário, ao manipular os temores dos líderes puritanos da colônia inglesa, representa um ato de resistência escrava contra o abusivo tratamento de Samuel Parris.” (HANCIAU, 2004, p. 265). Assim, para ter sua vida poupada, Tituba age estrategicamente ao negociar sua humanidade por sua vida.

CONCLUSÕES

Através da epistemologia feminista, que busca realocar o sujeito no centro da pesquisa, a condição jurídica dos escravizados foi analisada através da obra “Eu, Tituba, Feiticeira... Negra de Salem” (2019), mostrando que, em vez de reduzida à posição de “coisa” no ordenamento jurídico escravocrata, a natureza jurídica da condição de escravizado variava a fim de intensificar o domínio e os mecanismos

7 No Brasil, a discussão sobre a barbarização da cultura negra e a criminalização de religião, modos de vida e festas pode ser vista de modo detalhado no clássico e essencial trabalho de Dora Lúcia Bertúlio (1989, p. 47): “As leis penais, igualmente, cumpriam (e cumprem hoje) com competência sua função: a de eliminar do convívio social os indesejáveis, incidindo preponderadamente sobre a população negra. A polícia, o judiciário, o legislativo, todo o sistema, enfim, colaborando e perpetuando o estereótipo negativo do homem negro na sociedade brasileira.”

de controle: Por isso, em ocasiões como o processo penal, os cativos adquiriam personalidade jurídica para responder por seus crimes, o que não se coaduna com a hipótese absoluta de um escravizado tido como coisa ou semovente. Ademais, o tratamento constitucional dado aos escravizados na Constituição estadunidense (local onde se passa uma parte do romance e onde ocorre o processo penal), vista através do caso Sandford vs. Dred Scott (de um século depois, mas que põe fim à controvérsia da cidadania de escravizados e seus descendentes até sua revogação em 1868) pontua que havia também a consideração de que escravizados, libertos e seus descendentes como um não-sujeito de direito em razão de seu status de estrangeiro não-cidadão.

REFERÊNCIAS

BERTÚLIO, Dora Lúcia de Lima. **Direito e relações raciais: uma introdução crítica ao racismo**. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1989.

BRESLAW, Elaine G. Tituba, *Reluctant Witch of Salem: Devilish Indians and Puritan Fantasies*. New York University Press, 1996

BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. **Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

CALVO-GONZÁLEZ, José. *La vocación jurisdiccional de literatura latinoamericana. Empório do Direito (Brasil)*. Disponível: <http://emporiododireito.com.br/la-vocacion-jurisdiccional-de-literatura-latinoamericana-por-jose-calvo-gonzalez/>

CELLARD, A. A análise documental. In: J. Poupart, *et al.* (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista negro: conhecimento, consciência e política de empoderamento**. trad. Jamille P. Dias. 1.ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019

CONDÉ, Maryse. **Eu, Tituba... Feiticeira Negra de Salem**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

CONDÉ, Maryse. **Moi, Tituba sorcière... noire de Salem**. Paris, Mercure de France, 1986.

FONDZE-FOMBELE, E.F. **Transgressing Otherness through Marvellous Realism and Negotiating Self/Space in Maryse Condé's I, Tituba, Black Witch of Salem**. Yaoundé, Bamenda. Jangaa Research : 2021.

FLORENTINO, Manolo; AMANTINO, Márcia. Uma morfologia dos quilombos nas Américas, séculos XVI-XIX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.19, supl., dez. 2012, p.259-297. Fugas, quilombos e fujões nas Américas. (séculos xvi-xix). *Análise Social*, 203, xlvii (2.ª), 2012.

GILROY, Paul. **O atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo: Ed. 34, 2001.

HANCIAU, Nubia. **A Feiticeira no Imaginário Ficcional das Américas**. Rio Grande: Ed. FURG, 2004.

MILLER, Arthur. As Bruxas de Salém. In: **A Morte de um Caixeiro-Viajante e outras 4 peças de Arthur Miller**. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Cia. das Letras, 2009

OLIVEIRA, Cleiton. **A Prole de Caim e os Descendentes de Cam: Legitimação da escravidão em Portugal e a influência das Bulas Dum Diversas (1452) e Romanus Pontifex (1455)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Alfenas. Alfenas/MG, 2018.

OSBORNE, Robin. **The World of Athens. An Introduction to Classical Athenian Culture**. Padstow: Cambridge Press, 2008.

PAIXÃO, Cristiano. O lugar da literatura na Educação Jurídica. **Rivista di Diritto, Arte, Storia**. LawArt, 2020, pp. 235-260

SOUSA, Maria Sueli Rodrigues de. O Direito à Memória para Garantir Igualdade Constitucional: Esperança Garcia, Desigualdade e Igualdade como Fundamento de Nação. In: **História e cultura Afrodescendente/ Organizadores: Elio Ferreira de Souza, et. al.** -Teresina, FUESPI, 2018, 228-244

SILVA, Mairton Celestino. (Orgs). **Dossiê Esperança Garcia**: símbolo de resistência na luta pelo direito. Teresina: EDUFPI, 2017.

SOUZA, A.T.; MORAES, P.R.; BORDIN, M. A Herança Escravocrata na Segurança Pública do Brasil. **Rev. Geographia Opportuno Tempore**, v.4, n.º1, 2018)

3

Percepção do idoso sobre atuação da família em sua qualidade de vida¹

Jâina Carolina Meneses Calçada²
Dario Brito Calçada³

INTRODUÇÃO

Nos dias atuais o envelhecimento da população faz parte da realidade da maioria da sociedade, ou seja, número cada vez maior de indivíduos passa a sobreviver até 90 anos, sendo considerado um dos grandes desafios pelo fato de haver preocupação quanto à duração da vida com qualidade. Observa-se em todo o mundo que a proporção de pessoas com 60 anos ou mais está crescendo mais rapidamente que qualquer outra faixa etária (FERREIRA, 2018).

De acordo com dados da Organização das Nações Unidas (ONU), um em cada nove pessoas no mundo ultrapassou a faixa dos 60 anos, estimando-se que em 2050 haverá mais idosos que crianças menores de 15 anos. Acredita-se que em 2025 haverá aproximadamente 1,2 bilhões de pessoas idosas e até 2050 2 bilhões, sendo que 80% deles estarão nos países em desenvolvimento. No Brasil, dados mostram que o número de idosos dobrou nos últimos 20 anos somando 23,5 milhões dos brasileiros (DE PAULA NUNES, 2020).

1 Trabalho apresentado no 2º Congresso Brasileiro Ciência e Sociedade (CBCS 2021), promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 04 a 07 de outubro de 2021, em Teresina-PI.

2 Mestre em Saúde da Família pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Enfermeira da Estratégia Saúde da Família do município de Cajueiro da Praia – PI.

3 Doutor em Ciências da Computação e Matemática Computacional USP/São Carlos. Professor Adjunto da Universidade Estadual do Piauí – UESPI.

Esse envelhecimento populacional pode ser consequência das mudanças em alguns indicadores de saúde, especialmente na redução da fecundidade aliada ao aumento da expectativa de vida e queda da mortalidade. Importante salientar que o avanço tecnológico e científico e melhorias nas condições de saúde também são fatores que estão associados ao aumento da população idosa (FONTES, 2021). Baseado nesses fatos pode-se perceber que idosos constituem um grupo que requer medidas que garantam não somente maior longevidade, mas também bem-estar, felicidade e satisfação pessoal de forma que, apesar das progressivas limitações decorrentes do processo do envelhecimento, possam viver com máxima qualidade de vida possível.

A preocupação com vida de qualidade na velhice ganhou relevância nos últimos 30 anos em decorrência do aumento da expectativa de vida, ou seja, as pessoas estão vivendo cada vez mais e por todo o mundo a população da terceira idade é a que mais cresce (SOARES, 2020). Como ponto de partida, deve-se levar em consideração que cada idoso é ser único, que ao longo dos anos sofreu influência de diversas naturezas, desde fisiológicas, patológicas, psicológicas até sociais, ambientais e econômicas. Existem, portanto, fatores que contribuem para um envelhecimento com excelência, como por exemplo, receber aposentadoria digna, manter amigos, bons relacionamentos, se divertir, passear, ter saúde, ser capaz de gerenciar a própria vida, além de ter afeto e apoio da família (DE SOUZA, 2017).

Pode-se destacar a família como elemento fundamental na qualidade de vida do idoso, pois além dela ser seu ambiente de convívio é também responsável pelos seus valores culturais, colaborando no fortalecimento das relações e representando para o idoso fator significativo para sua segurança emocional. Cabe ressaltar que a velhice acarreta diminuição da capacidade de adaptação,

limita o sistema funcional e psicossocial, o que leva ao aumento da dependência do ambiente familiar e, nesse caso, a família é crucial no cuidado ao idoso (MOCELIN, 2017).

Pesquisa realizada no município de Erechim, estado do Rio Grande do Sul, aponta que o convívio pode determinar características no comportamento do idoso de forma que, um ambiente familiar no qual predomina atmosfera saudável e harmoniosa entre as pessoas, há crescimento de todos, inclusive do idoso. Já em famílias que há desarmonia, os relacionamentos são frustrados e isso reflete diretamente na vida do idoso que, conseqüentemente, desenvolve depressão e se isola da sociedade. Dessa forma, pode-se entender que para preservar a qualidade de vida na velhice é necessário manter vínculos familiares (DE SOUZA, 2017).

Além dessa atuação familiar a assistência à pessoa idosa requer participação de uma equipe multidisciplinar que promova e mantenha a saúde do idoso, prevenindo agravos à vida do mesmo, auxiliando nas mudanças fisiológicas e psicológicas do envelhecimento, buscando melhorar e aperfeiçoar laços entre idoso e sua família, criando vínculos de confiança, afeto e respeito mútuo (CABRAL, 2019). Considerando que os problemas os quais afetam os idosos apresentam elevada quantidade, diversificação e atingem significativamente a qualidade de vida, é imprescindível que haja inserção dos indivíduos idosos em programas de saúde que trabalhem com prevenção e não somente o tratamento de doenças. Neste sentido, a Estratégia Saúde da Família (ESF) assiste este público, pois conta com atuação de equipe multidisciplinar, a qual analisa e integra conhecimentos de diversas áreas com objetivo comum de manter a saúde do idoso (CABRAL, 2019).

Em decorrência do aumento na expectativa de vida, a preocupação com os cuidados que devem ser direcionados a pessoa idosa e o fato de que relacionamentos familiares desempenham

papel crucial na manutenção da vida desta população, que surgiu a necessidade de desenvolver este estudo. Esta pesquisa apresenta como objetivo principal identificar como o idoso do município de Cajueiro da Praia percebe a atuação de sua família na manutenção da qualidade de vida, e com isso poder analisar o que interfere positiva ou negativamente em seu processo de envelhecimento e se utilizar de tais resultados para melhorar essa relação entre idoso e família.

METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa exploratória, descritiva com abordagem qualitativa desenvolvida na área do município de Cajueiro da Praia, localizado no Estado do Piauí. Os sujeitos da pesquisa são idosos com idade igual ou superior a 60 anos, de ambos os gêneros, com capacidade de comunicação verbal e sanidade mental, inseridos e acompanhados por Unidade Básica de Saúde (UBS) do Módulo IV.

Os idosos foram convidados a participar do estudo por convite verbalizado no momento em que aguardavam atendimento na UBS. Mediante aceitação, foi assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e agendado horário para realização da entrevista, a qual foi realizada individualmente durante visita domiciliar como também após atendimentos na UBS.

Coleta dos dados deu-se por meio de entrevista semiestruturada, com comunicação direta entre o pesquisador e sujeitos da pesquisa, tendo como base roteiro de perguntas abertas com características sócio demográficas e percepção do idoso em relação à atuação da família, de forma a identificar os fatores que interferem em sua qualidade de vida. As perguntas foram dadas pela pesquisadora e utilizou-se como instrumento de registro das entrevistas gravador de voz, a fim de reproduzir com fidedignidade as respostas dos participantes durante o diálogo. A saturação dos dados ocorreu à medida que foram se repetindo as respostas dos

sujeitos. Em seguida, houve transcrição na íntegra e codificação das falas gravadas.

Os resultados foram descritos por meio da análise das respostas obtidas e organização dos dados em categorias. A discussão foi fundamentada conforme referências teóricas da pesquisa. A pesquisa encontrasse em consonância com as determinações da Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) 466/12 submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará (CEP-UFC)⁴.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quanto à caracterização sócio demográfica dos 13 idosos participantes (Tabela 1), verificou-se que 46% eram homens e 54% mulheres, com idade entre 62 e 79 anos. Em relação ao estado conjugal, 77% casados e 23% viúvos. Quanto ao grau de escolaridade 23% eram analfabetos, 69% com ensino fundamental incompleto e 8% com ensino médio completo.

Tabela 1: Caracterização sócio demográfica (%)

Idade entre 62 e 79 anos	Homens	46
	Mulheres	54
Estado conjugal	Casados	77
	Viúvos	23
Grau de escolaridade	Analfabetos	23
	Ens. Fundam. Incompleto	69
	Ens. Médio Completo	8

Fonte: autores

Em relação aos aspectos familiares (Tabela 2), 46% têm de 1 a 5 filhos, 23% de 7 a 10 filhos e 31% com mais de 10 filhos. De todos

⁴ Projeto aprovado antes da implantação do Sistema da Plataforma Brasil, portanto não possui número CAAE.

os idosos entrevistados apenas um deles mora sozinho, os demais moram com algum familiar (esposo (a), filhos e/ou netos) e nenhum deles afirmou necessitar de cuidadores no dia-a-dia.

Tabela 2: Aspectos familiares (%)

Quantidade de filhos	1 a 5	46
	7 a 10	23
	Mais de 10	31
Com quem mora	Sozinho	1
	Com algum familiar	99
Necessita de cuidador	Nenhum	100

Fonte: autores

Para análise dos dados, inicialmente, os mesmos foram ordenados a partir da transcrição das gravações, logo após, foram atribuídas três categorias com intuito de obter conclusões a partir delas.

Categoria 01: Significado de Envelhecer

Sabe-se que não é fácil definir a velhice, entretanto, a mesma deve ser compreendida e entendida, visto que faz parte do processo biológico e é etapa da vida na qual ocorrem diversas modificações que afetam as relações do indivíduo em seu contexto social (SILVA, 2018). Dessa forma, refletir acerca do significado do envelhecimento por meio dos relatos dos idosos, provavelmente, seja um caminho para entender o significado real da velhice.

“Envelhecer é uma experiência boa do que a gente viveu ...é ter alegria de ver o que a gente construiu e o que a gente consegue repassar para as outras pessoas.” (I.2)

“É ficar dependendo dos outros.” (I.4)

“É descansar, se aquietar.” (I.8)

“É a idade que a gente não pode mais fazer as coisas que fazia quando era novo.” (I.9)

“Ah é ruim demais a gente ficar velho. Porque a gente fica só, tem vontade de trabalhar e não pode.” (I.13)

Mediante os relatos, pode-se perceber que 11 idosos caracterizam a velhice como momento de perdas, dependência, apontando-a como veículo possibilitador de alterações da saúde que os impedem de realizar coisas que gostavam de fazer ou faziam com facilidade, tornando-se algo negativo na história de vida de cada um. Apenas 2 foram os que consideraram a velhice como experiência de vida positiva.

Compreende-se, portanto, que o envelhecer é um processo considerado complexo na trajetória de vida das pessoas. Cada contexto tem suas particularidades que alteraram o estilo de vida de cada um. Os modos de definir a velhice para os idosos dependem de como viveram e como fazem adaptações e enfrentamentos cotidianos.

Um estudo realizado em uma casa de saúde no Rio de Janeiro também confirma o que foi encontrado nos relatos anteriores, que a velhice é vista como um peso social, ligada à improdutividade e à doença, ou seja, quando o idoso se depara com sua própria velhice, no momento em que vivenciam essa realidade, trazem à tona ideias preconceituosas e preconcebidas, interiorizando a velhice com imagens negativas, fortemente construídas e materializadas, associadas ao ser velho (BRITO, 2017).

Uma equipe multidisciplinar poderá mudar este fato, desenvolvendo para os idosos ações reflexivas e motivadoras, que

os possibilite perceber o envelhecimento como processo benigno e não patológico; além de ampliar seus conhecimentos nas questões políticas, no que diz respeito à saúde do idoso, e nas leis que os respaldam em suas ações, de modo que possam ter liberdade para trabalhar e seguridade em todas as constantes.

CATEGORIA 2: Envelhecer com Qualidade de Vida

Envelhecer com qualidade de vida vem sendo um grande desafio para a humanidade, pois resulta de um processo contínuo de adaptação as situações que o idoso se depara, ou seja, envolve percepções individuais que variam de acordo com a experiência de vida do indivíduo (DE SOUZA, 2017). De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a qualidade de vida é definida como a percepção que o indivíduo tem de sua posição na vida... dentro do contexto de sua cultura e do sistema de valores aos quais vive, e em relação a seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações (DE SOUSA, 2018). Partindo desta concepção, a categoria procurou compreender o que idoso entende por qualidade de vida na velhice.

“Pra mim é se cuidar, é a gente continuar nossa caminhada servindo e fazendo as coisas normal que a gente gosta de fazer.” (I.2)

“É eu ter minha saúde pra fazer minhas coisas, tomar de conta da minha casa.” (I.3)

“Ter saúde, primeiro lugar a saúde.” (I.6)

“Pra mim é ter saúde e aquele suficiente pra mim ir passando mais meus filhos, ajudando aqui e acolá eles” (I.1)

“Poder fazer o que a gente gosta de fazer.” (I.7)

“Ter meu sustento” (I.11)

Observou-se nos relatos que, para os idosos, envelhecer com qualidade de vida se resume em ter saúde, poder executar suas atividades diárias, sentir-se útil, ter possibilidade de dar suporte, apoio a família e independência financeira.

Estudos afirmam que qualidade de vida relaciona-se com autoestima e bem-estar pessoal, ou seja, o indivíduo deve sentir-se com boas condições de saúde, em equilíbrio socioeconômico e emocional, desfrutar de um suporte familiar, mantendo seus valores culturais, éticos e religiosos, estando satisfeito com as atividades da vida diária e com o ambiente em que se vive (MENDES E SCHMIDT, 2020).

Importante salientar que essa multiplicidade de fatores relacionados à qualidade de vida na velhice, podem ter diferentes impactos sobre o bem-estar subjetivo. Baseado nisso, fez-se um segundo questionamento aos idosos, os quais foram capazes de responder se tinham qualidade de vida:

“Eu tenho. Meus filhos já tão tudo casado e eu consigo fazer muita coisa: passear, faço tudo.” (I.1)

“Tenho não. Porque certas coisas eu não aguento fazer.” (I.3)

“Tenho. Graças a Deus eu não sou desprezada pela minha família, sou aposentada, gozo saúde e faço tudo.” (I.5)

“Não, porque eu não posso fazer certas coisas que eu gosto por causa da minha saúde.” (I.7)

“Avista o que eu já passei, eu tenho. Vou pra missa, faço caminhada.” (I.8)

“Hoje eu tenho, porque eu posso dar pros meus filhos o que eu não tive condição de ter, principalmente estudo.” (I.9)

A análise das respostas demonstrou que 8 dos idosos consideraram como determinantes de sua qualidade de vida o regozijo com a família, satisfação financeira, autonomia, afeto por parte dos familiares e lazer, enquanto 5 consideraram como principal fator pelo qual se consideram desprovidos de qualidade de vida a ausência de saúde e, por conseguinte, incapacidade para realizar suas funções diárias. Logo, isso reflete a percepção que os idosos têm de que suas necessidades estão sendo satisfeitas ou não.

Em comparação com a literatura, qualidade de vida é abordada ora como sinônimo de saúde, ora de forma mais abrangente, em que as condições de saúde seriam um dos aspectos a serem considerados. Dessa forma, qualidade de vida é aspecto fundamental para se ter boa saúde e não o contrário (NOGUEIRA, 2017).

Toda a equipe de multiprofissionais pode contribuir para promoção do envelhecimento saudável e ativo, realizando escuta ativa e estimulando os idosos a desenvolverem suas atividades normais e colocarem suas habilidades em prática, a partir de oficinas e palestras reflexivas e motivadoras.

Corroborando com isso, a literatura destaca que a enfermagem, como integrante da equipe, pode contribuir para a promoção do envelhecimento saudável e para isso, faz-se necessário um levantamento da quantidade de idosos em sua área de abrangência, uma assistência de enfermagem que escute os idosos, respeite os saberes, proporcione-lhes orientações quanto à alimentação, favoreça a autonomia e a autoestima, contribuindo para a capacidade de desenvolver as atividades diárias e estimulando-os a se inserirem no contexto familiar, refletindo o seu espaço social e só então desenvolva um plano de intervenção que tente priorizar a melhoria da qualidade de vida, bem como o envelhecimento ativo de forma a manter a capacidade funcional do idoso (MORAIS, 2021).

CATEGORIA 3: Influência da Família na Qualidade de Vida

É sabido que à família é dado o papel de amparar e dar suporte a pessoa idosa, devido à importância que a estrutura familiar reflete em sua vida estabelecendo o bem-estar e a qualidade de vida (FERREIRA, 2019).

Em detrimento de a família ser um dos fatores que influencia de algum modo à vida do idoso, nesta categoria objetivou-se identificar como o idoso percebe a atuação da família na manutenção da sua qualidade de vida. Logo, fez-se o seguinte questionamento: O Sr(a) acha que sua família influencia na sua qualidade de vida? Como?

“Sim. Tem sempre aqui e acolá uns que diz que não é pra eu fazer mais as coisas, que não tenho mais idade, mas o meu gosto é fazer... quando eu não posso fazer, eu adoeço, fico mais abatido.” (I.4)

“Sim. Eles não me incentivam, eles fazem é dizer que eu não posso fazer as coisas, que eu já tô de idade.” (I.7)

“Sim. Eles não deixam eu fazer nada. Eles fazem é brigar quando eu vou fazer alguma coisa que eles acham que eu não posso fazer.” (I.8)

“Sim. Sempre me incentivam. Não me proibem de fazer nada.” (I.12)

“Sim. Eles dizem que eu sou teimoso, que eu tenho que parar. Mas eu não sei tá quieto.” (I.9)

“Sim. Meus filhos dizem pra eu não fazer as coisas, mas eu não consigo ficar parada. Fazendo as coisas eu me acho mais útil.” (I.13)

Mediante as respostas apresentadas, percebe-se que todos os idosos afirmam que a família influencia em sua vida, sendo que 9 percebem essa influência de forma negativa para sua qualidade

de vida, pois referem falta de incentivos por parte dos familiares na realização das atividades diárias, sendo considerados por eles incapazes de realizar tais funções por conta da idade. Os demais, 4 são os que relatam influência positiva oriunda da família.

Observa-se também que os idosos que não são incentivados ou mesmo apoiados pela família na realização de suas funções e lazer, sentem-se inúteis, ficam abatidos e isso acaba tornando-se fator desencadeador de doenças, principalmente as de cunho psicológico. Nesse quesito, faz-se necessário que os profissionais da equipe atuem de forma a incentivar a família na participação das atividades de vida diária do idoso, bem como orientá-los quanto às necessidades e formas de proporcionar uma vida ativa e saudável ao mesmo para que haja uma satisfação e bem-estar pessoal.

Sabe-se que a velhice faz parte do ciclo natural da vida, configurando-se como processo complexo que envolve perdas e ganhos, mas estes são intensificados conforme fatores internos e externos, estrutura social e cultural na qual o sujeito é situado, nesse caso a família caracteriza-se como fator externo que intensifica as perdas decorrentes dessa fase da vida.

Portanto, concordando com um estudo realizado, entende-se que o apoio familiar colabora de forma significativa na manutenção e a integridade física e psicológica do indivíduo idoso. Seu efeito beneficia esse membro da família à medida que o suporte é percebido como disponível e satisfatório (SILVA, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, pode-se concluir que o idoso percebe o envelhecer como fase da vida na qual perdas acontecem, o que acaba gerando sentimentos de diversas naturezas: ora de revolta, por não poder realizar o que gosta, por conseguinte, inutilidade, desânimo e tristeza. Poucos são os que pontuam a velhice como fase de experiências e conhecimentos adquiridos.

Interligado a esses sentimentos, está o quesito envelhecer com qualidade de vida, o qual muito se relacionou a qualidade de vida com manutenção da saúde, boa relação com familiares, questões financeiras e o fato de sentir-se útil em seu meio familiar e perante a sociedade. E em se tratando da atuação da família nessa qualidade de vida, principal ponto deste estudo, observou-se que o idoso, em sua grande maioria, percebe que sua família interfere de forma negativa no quesito envelhecimento com manutenção de uma vida com qualidade. Relatos deixaram explícito que a família o vê como alguém incapaz de continuar a realizar suas atividades em decorrência da idade, acreditando que podendo suas ações estão favorecendo a longevidade do mesmo.

Geralmente os familiares querem, nessa fase da vida, preservar a saúde do idoso, pelo simples fato de acharem que o mesmo chegou a um momento que precisa descansar e nada mais. Não percebem, portanto, que essa forma de cuidado, não favorece o envelhecimento de forma saudável.

Mediante esses fatos, uma forma de mudar essa realidade é trabalhar essa fase da vida englobando a pessoa idosa, família e sociedade ao redor, de forma que todos compreendam o processo de envelhecer e percebam que a velhice pode ser vivida da melhor forma possível, desde que ajam incentivos e apoio de todos. A ESF poderá ser o elo entre os integrantes e ponto de apoio e esclarecimentos para esse quesito, possibilitando que os idosos vivam com mais qualidade de vida. Dessa forma, o engajamento e a interação entre os profissionais da equipe serão fundamentais para planejar, direcionar e executar atividades que possibilitem a integração idoso-família.

Esse trabalho sendo desenvolvido por uma equipe multiprofissional impulsionará um modelo assistencial fundamentado na interdisciplinaridade, integralidade e na humanização do cuidado ao idoso, demonstrando que é possível ampliar o foco do processo

de trabalho, destacando toda a complexidade do processo de envelhecimento, mas que é passível de aprimoramento e avaliação, provocando impacto positivo na qualidade de vida da população idosa.

Espera-se que este trabalho sirva de base para estudos futuros com o intuito de se obter maiores incentivos a um envelhecimento com qualidade e com isso proporcionar ao idoso uma percepção positiva em relação à atuação da família em sua vida, de forma que passe a caracterizar a velhice como uma fase na qual, apesar de algumas perdas fisiológicas, o mesmo continue a se sentir vivo e com isso desfrutar da terceira idade da melhor maneira possível.

REFERÊNCIAS

BRITO, Annie Mehes Maldonado; CAMARGO, Brigido Vizeu; CASTRO, Amanda. Representações sociais de velhice e boa velhice entre idosos e sua rede social. **Revista de Psicologia da IMED**, v. 9, n. 1, p. 5-21, 2017.

CABRAL, Rosângela *et al.* O cuidado da pessoa idosa na atenção primária à saúde sob a ótica dos profissionais de saúde. **Ciência, Cuidado e Saúde**, v. 18, n. 2, 2019.

DE PAULA NUNES, Josiele. Transição demográfica: o envelhecimento brasileiro como fator modificador do mercado de trabalho. **Anais**, p. 1-19, 2020.

DE SOUZA, Carina Guaites Costa *et al.* ENVELHECIMENTO COM “QUALIDADE DE VIDA”. **SEFIC 2015**, 2017.

DE SOUSA, Árlen Almeida Duarte *et al.* Qualidade de vida e incapacidade funcional entre idosos cadastrados na estratégia de saúde da família. **ABCS Health Sciences**, v. 43, n. 1, 2018.

FERREIRA, Luana Karoline; MEIRELES, Juliana Fernandes Filgueiras; FERREIRA, Maria Elisa Caputo. Avaliação do estilo e qualidade de vida em idosos: uma revisão de literatura. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 21, p. 616-627, 2018.

FERREIRA, Yana Caroline Fernandes *et al.* Funcionalidade familiar e sua relação com fatores biopsicossociais. **Humanidades & Inovação**, v. 6, n. 11, p. 158-166, 2019.

FONTES, Paulo Cordeiro *et al.* Moradia e qualidade de vida da pessoa idosa: revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 2, p. e8910212277-e8910212277, 2021.

MENDES, José. Envelhecimento (s), qualidade de vida e bem-estar. **A Psicologia em**, 2020.

MOCELIN, Cheila *et al.* O cuidado do idoso dependente no contexto familiar. **Rev. pesqui. cuid. fundam.**(Online), p. 1034-1039, 2017.

MORAIS, Barbara Emanuely *et al.* A CONTRIBUIÇÃO DO ENFERMEIRO NO ENVELHECER COM SAÚDE: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA. TCC-Enfermagem, 2021.

NOGUEIRA, Wilson Batista Soares; MARTINS, Clebio Dean. O lazer na terceira idade e sua contribuição para uma melhor qualidade de vida: um estudo com idosos institucionalizados. **Revista Brasileira de Ciências da Vida**, v. 5, n. 2, 2017.

SCHMIDT, Ana Carolina; SANTOS, Marciane Cleuri Pereira. Qualidade de vida de idosos: uma intervenção possível?. **Revista Longevidade**, 2020.

SILVA, Crislayne Alesandra Aquino; FIXINA, Eliana Barreto. Significados da velhice e expectativas de futuro sob a ótica de idosos. **Geriatr Gerontol Aging** [Internet], p. 8-14, 2018.

SILVA, Paloma Alves dos Santos da *et al.* Prevalência de transtornos mentais comuns e fatores associados entre idosos de um município do Brasil. **Ciencia & saude coletiva**, v. 23, p. 639-646, 2018.

SOARES, Alexandre Ferreira; GUTIERREZ, Denise Machado Duran; RESENDE, Gisele Cristina. A satisfação com a vida, o bem-estar subjetivo e o bem-estar psicológico em estudos com pessoas idosas. **GIGAPP Estudos Working Papers**, v. 7, n. 150-165, p. 275-291, 2020.

4

Percepções de idosas atendidas no “projeto rosas do entardecer” sobre sua sexualidade¹

Lucas de França Galvão²

Mirleyde Nunes Feitosa³

Maria Enoia Dantas da Costa e Silva⁴

Liana Dantas da Costa e Silva Barbosa⁵

INTRODUÇÃO

A sexualidade da mulher idosa presume um estado de grande importância. As transformações em sua vida no período pós menopausa deixam marcas que muitas vezes, são provocadas pela falta de conhecimento por parte delas podendo ser demonstradas por gestos, entonações, adereços e voz. Compreende as dimensões psicológicas, culturais, espirituais e sociais, sendo que a sua manifestação corporal inclui os sentidos, os sentimentos e as emoções (NASCIMENTO et al., 2017).

A sexualidade é uma dimensão humana que está ligada às necessidades de prazer, intimidade, reprodução, afetividade, amor, autorrealização, autoestima e autoimagem. No entanto, ocorre uma

1 Trabalho apresentado no 2º Congresso Brasileiro Ciência e Sociedade (CBCS, 2021), promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 04 a 07 de outubro de 2021, em Teresina-PI. Faz parte de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) denominado: Percepções de Idosas Atendidas no “Projeto Rosas do Entardecer” sobre sua Sexualidade: implicações biopsicossociais do UNIFSA.

2 Bacharel em Enfermagem (UNIFSA), e-mail: lucas.franca2330@gmail.com

3 Bacharel em Enfermagem (UNIFSA), e-mail: mirleyden@gmail.com

4 Doutora em Biologia Celular e Molecular Aplicada à Saúde (ULBRA/RS). Mestre em Enfermagem (UFPI/PI), e-mail: mariaenoiadantas@hotmail.com

5 Doutora em Biologia Celular e Molecular Aplicada à Saúde (ULBRA/RS). Mestre em Genética e Toxicologia Aplicada (ULBRA/RS), Docente do Centro Universitário Santo Agostinho, e-mail: dantasliana@bol.com.br

diminuição da sexualidade ao seu componente biológico. Como consequência, a atenção está voltada aos desajustes anatômicos e fisiológicos que a envolvem, desconsiderando-se os demais aspectos. Assim, devem-se ampliar as percepções do corpo, do prazer, do desprazer, dos valores afetivos e da responsabilização por si e por outros, em todas as fases do ciclo da vida (SOUZA et al., 2015).

A mulher na terceira idade sofre várias modificações e transformações após o período da menopausa. As dificuldades na qualidade de vida do envelhecimento feminino são notáveis devido às desigualdades e às desvantagens nas quais as mulheres são expostas ao longo da vida, incluindo os ambientes profissionais e familiares. Se torna evidente a importância de atenção específica e integral a essa população visando suas demandas e necessidades, dentre elas, as relacionadas à menopausa e suas implicações para a sexualidade da mulher (CREMA; TILIO; CAMPOS, 2017).

Em se tratando dos aspectos socioculturais acerca da sexualidade na terceira idade há uma certa inibição devido às alterações fisiológicas esperadas para o processo de envelhecimento, nos aspectos individuais e familiares como a viuvez e nos segmentos religiosos. No âmbito religioso, existem aspectos proibitivos que impõem a ausência da sexualidade para idosos que serão tidos como “pecadores”, bem como poderão ser tachados pejorativamente, quando mulher, de vulgar e sem valores pessoais, quando homem, de velho assanhado (UCHÔA et al., 2016).

Quando há uma diminuição das frequências nas atividades sexuais não significa o fim da expressão ou desejo. Na velhice é importante que os profissionais de saúde estejam preparados para questionar sobre a vida sexual, para que os idosos se sintam confiantes e possam receber orientações, vislumbrando melhor qualidade de vida a essas pessoas. Embora nem todas as mulheres sofram o impacto negativo decorrente de mudanças hormonais

do climatério, essas alterações, acrescidas àquelas próprias do envelhecimento, tendem a sobrecarregar essa etapa da vida. Homens idosos apresentam como principal queixa sexual, dificuldades com o orgasmo e com a ereção relacionadas às alterações biológicas. Já a população feminina, não associa satisfação ou falta de interesse sexual aos aspectos biológicos, mas à qualidade do relacionamento amoroso, valoriza assim, os fatores biopsicossociais na compreensão da satisfação sexual da mulher idosa (FLEURY; ABDO, 2015).

A sexualidade na terceira idade, os tabus, as crendices e os preconceitos são uma constante, com isso, é de grande relevância a compreensão dessas variáveis de dificuldades que surgem gradativamente durante o processo do envelhecimento, e que demandam apropriado tratamento social. Diante desse contexto, a sexualidade da pessoa idosa deve ser vista a partir de atitude e entendida como uma dimensão humana, aberta às múltiplas funções.

Frente ao exposto, os objetivos da presente pesquisa foram: compreender a percepção de idosas no “Projeto Rosas do Entardecer” sobre sua sexualidade; identificar as suas percepções sobre sua sexualidade; analisar as implicações biopsicossociais vivenciadas pelas idosas quanto à sua sexualidade e interferência no seu meio psicossocial e discutir as implicações biopsicossociais vivenciadas pelas idosas quanto à sua sexualidade e a interferência no seu meio psicossocial.

O interesse para realização deste estudo é produzir informações bem fundamentadas em relação ao tema, estimulando a pesquisa em saúde entre as mais diversas populações: pesquisadores, enfermeiros, acadêmicos do Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA e profissionais de outras ciências da saúde acerca do tema abordado, de modo a contribuir para ampliação de conhecimentos sobre a percepção de idosas sobre sua sexualidade e sua interferência psicossocial.

O estudo despontará reflexões sobre ações voltadas à sexualidade nessa fase de vida, especialmente, para a reconfiguração de novas relações familiares. Como profissionais da saúde e pesquisadores, temos o papel fundamental na desmistificação de mitos e tabus e na construção de saberes que se traduzem numa vida com mais dignidade e respeito.

No caso do estudo, as contribuições resultarão do conhecimento da percepção de mulheres da terceira idade, o que instrumentalizará os profissionais e familiares que estejam envolvidos com essa mulher para atender às necessidades desse grupo, proporcionando a longo prazo, a melhoria de qualidade de vida.

METODOLOGIA

Este artigo faz parte da pesquisa mais ampla denominada: Percepções de Idosas Atendidas no “Projeto Rosas do Entardecer” sobre sua Sexualidade: implicações biopsicossociais, apresentada no UNIFSA como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no curso de Graduação de Enfermagem. É uma pesquisa de campo com abordagem qualitativa, Minayo (2010), descritiva e exploratória segundo Gil (2008). Foi desenvolvida no Centro Universitário Santo Agostinho/UNIFSA, Teresina-PI, junto ao Projeto de Extensão “Rosas do Entardecer” que envolve acadêmicos dos cursos de Fisioterapia, Nutrição, Educação Física e Enfermagem. Apresentação e discussão de temas sobre prevenção de doenças, hábitos saudáveis e muitas outras atividades fazem parte da rotina da turma durante a execução do projeto. O envolvimento da comunidade com os estudantes é o principal quesito nesta ação, já que é a partir da academia que o futuro profissional aprende a lidar com a vida de seu paciente. São colocados em prática, conteúdos teóricos discutidos durante as disciplinas de Saúde da Mulher e Saúde do Idoso, que são comuns aos cursos de saúde.

O projeto tem 30 idosas inscritas, com frequência por encontro em torno de 24 mulheres. No projeto são promovidas ações de intervenção multiprofissional na saúde das idosas através da aplicação da clínica ampliada e perspectivas culturais e educacionais que colaboram para a prática de hábitos de vida saudável nesta população. A amostra foi constituída de 15 participantes, atendendo aos critérios de inclusão e exclusão definidos pelo estudo: mulheres com idade de 60 ou mais, inscritas nesse Projeto, que estejam participando há mais de 6 meses e que consentiram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido/TCLE. Foram excluídas as idosas que estavam fragilizadas emocionalmente, impossibilitando-as de responder ao questionário e que se recusaram a continuar o fornecimento de dados.

Os dados foram coletados a partir de uma entrevista semiestruturada, que teve o apoio de um questionário elaborado e aplicado pelos pesquisadores. Esse instrumento de coleta de dados foi dividido em duas partes, uma para obtenção de dados sociodemográficos constando das variáveis: idade, sexo, escolaridade e tempo no projeto e a segunda parte que consta de (quatro) questões abertas, que envolvem a subjetividade das idosas sobre sua sexualidade e que servirão de base para a indução da conversa com o participante e para a análise semântica das falas.

As entrevistas ocorreram no Centro Universitário Santo Agostinho/UNIFSA - Sede, em uma sala disponibilizada pela instituição participante, no período de setembro a outubro de 2019, onde estavam apenas a participante da pesquisa e o pesquisador para garantir a privacidade da idosa e o sigilo das informações fornecidas por ela. Os seus nomes foram mantidos em sigilo e substituídos pelo termo participante, seguido de um número atendendo a ordem das entrevistas, como uma das maneiras de garantir a identidade da entrevistada. Esta pesquisa atendeu aos requisitos da Resolução

466/12 e 510/16 do CNS, pelo parecer Nº 3.536.273 e mediante autorização da instituição coparticipante.

Os dados foram analisados de acordo com a análise de conteúdo de Minayo (2014), efetuada uma exploração do material mostrando a análise propriamente dita sendo que as falas das participantes passaram por análises e interpretações, elaborando categorias de acordo com a compreensão dos depoimentos prestados pelas entrevistadas para uma melhor abordagem interpretativa, e assim os dados foram classificados e organizados para que deles pudessem se identificar as respostas acerca do problema e as devidas conclusões. A discussão dos resultados foi feita à luz do referencial teórico que trata da temática em estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo mostrou o perfil demográfico das 15 idosas, com idade que variou de 60 anos a 80 anos, 7 (46,7%) possuíam idades entre 60 e 69 anos; 7 (46,7%) encontravam-se na faixa entre 70 e 79 anos e apenas 1 idosa (6,6%) apresentava a idade acima de 80 anos. O tempo de participação de 7 (46,7%) das idosas no referido projeto variou de 6 meses a 1 ano; 1 (6,6%) tinha duração de 2 a 4 anos, 2 (13,4%) idosas de 5 a 7 anos e 5 (33,3%) com mais de 8 anos de frequência. Quanto à escolaridade, apenas 1 (6,6%) era semianalfabeta; 2 (13,4%) ensino fundamental incompleto; 4 (26,7%) com ensino médio completo; 1 (6,6%) com superior incompleto e 7 (46,7%) com superior completo.

Para a presente pesquisa, as percepções das idosas trataram dos julgamentos e saberes que são comuns entre elas, onde interpretaram a vivência da sua sexualidade de forma a repercutir e moldar suas atitudes com o processo de envelhecimento. Através da análise foram construídas duas categorias semânticas e subcategorias dessas percepções: A primeira categoria, “Sexualidade e a terceira idade”, objeto desse artigo, é formada por fragmentos extraídos

das falas das 15 participantes da pesquisa, o que correspondeu a 100% do total de idosas e discorre sobre as percepções apreendidas dessas mulheres e tratam da sexualidade como atividade sexual e como fonte de energia vital, dando origem a duas subcategorias: a primeira, “Sexualidade percebida como atividade sexual”, as idosas referem a sexualidade como prazer advindo do ato sexual que deve ser praticada entre o casal, especialmente, nos tempos iniciais da vida conjugal quando é mais prazerosa e praticada com quem se gosta, porém com o passar dos anos de convivência entre o casal, a tensão/energia diminui, ficando as relações sexuais escassas e na maioria das vezes, já não sentem o mesmo prazer como antes. Outro motivo relatado por algumas idosas, que contribui diretamente para a redução da libido sexual do homem e conseqüentemente, na quantidade de relações sexuais entre o casal, é o estado de saúde do parceiro:

Sexualidade é o sexo a dois. É uma parceria entre os dois. (Participante 03). Sexualidade é depois que você se casa, tem que ter o sexo que é bom para a saúde. Fazer sexo é bom com a pessoa que gosta, fazer sexo com uma pessoa que não goste é ruim demais. (Participante 04).

[...] Sexualidade é prazer e a pessoa não pode ficar parada sem sentir prazer [...]. (Participante 01).

A vida em casa com meu marido [...] tem dias que sim, ele na ativa e eu também, mas assim, não é aquela coisa que eu gosto. Com a chegada da idade, aí piorou [...]. Às vezes, eu brinco [...] como ele está com problema sério, aí piorou mesmo. (Participante 05).

Estudo de Baldissera e Bueno (2010), partindo da representação social de mulheres sobre sexualidade, realizado no Estado do Paraná, mostrou que estas também percebiam sua

sexualidade como sinônimo de sexo. Tal situação, no entanto, indica que há um reducionismo da sexualidade, em termos de representação social, para a genitalidade. Assim, as experiências da sexualidade vividas e compartilhadas pelas mulheres são compreendidas no universo social como mero ato sexual, influenciando na construção de outras singularidades relacionadas a sua própria sexualidade, como o erotismo e o prazer.

Segundo Moraes *et al.* (2011), em estudo realizado com idosos de um Grupo de Capoeira da Terceira Idade, “Envelhecendo com Alegria”, em Sobral/Ceará, relatam que durante a velhice, a frequência dos episódios de relações sexuais se torna mais espaçada independentemente do parceiro, porém, para aqueles que conseguem se adaptar as mudanças surgidas com a velhice, o sexo continua sendo tão satisfatório quanto era na juventude. No entanto, para as mulheres, apesar do sexo continuar sendo prazeroso como era quando jovens, a excitação ficou menos intensa e o orgasmo acompanhado de um desconforto.

Com a diminuição da frequência das relações sexuais na velhice, não significa que seja uma condição atribuída ao declínio no grau de satisfação com as mesmas. É natural que uma diminuição da resposta aos estímulos sexuais, consequência de um processo normativo de envelhecimento. No entanto, a sexualidade entre os idosos pode ser apreciada de forma plena e satisfatória, assim como foi na juventude, desde que o casal mantenha a tranquilidade relativa a esse assunto e partilhe dúvidas, preocupações e aspirações que poderão surgir nessa etapa do desenvolvimento.

No presente estudo, os idosos, quando jovens, muitos tabus e mitos foram impostos socialmente a estes quando o assunto era o sexo, principalmente para as mulheres que não podiam demonstrar satisfação sexual com o companheiro, nem a liberdade de manifestar o desprazer envolvendo sua sexualidade sentido em

algumas relações. Estas ressaltam que sexualidade é tudo para o casal e anterior à modernidade, o sexo não era tão prazeroso por falta de liberdade, chegando a ser vergonhoso se tratar do assunto diante da família, fato não mais observado com tanta frequência nos dias atuais, onde a mulher fala abertamente sobre conteúdos que envolvam sua atividade sexual:

Sexualidade para mim é tudo que envolve um casal. A sexualidade nos dias de hoje melhor do que há uns tempos atrás. Antes, a gente não tinha liberdade e hoje, você tem mais de liberdade. (Participante13).

Quando mais jovem, o ato sexual em si não era tão prazeroso. Na época, sentia um pouco de vergonha, até mesmo da minha própria família. Fui criada numa família muito reservada. Hoje, falo mais abertamente sobre relação sexual. (Participante14).

O estudo de Rozendo e Alves (2014), realizado com pessoas idosas do Programa Universidade Aberta à Terceira Idade (NEATI), da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), relataram que as dificuldades na aceitação da sexualidade no processo de envelhecer, podem advir tanto pela ausência de informação sobre o assunto, quanto pela noção de que a sexualidade esteja restrita à genitalidade e procriação. Conforme os autores, a educação da atual geração de idosos foi repressora, excluindo o diálogo entre pais e filhos para se falar sobre sexo.

Muitas vezes, o idoso foi criado num âmbito familiar com muitas tradições e costumes, onde falar sobre sexualidade não era algo confortável, mesmo entre o próprio casal. De acordo com Viana e Madruga (2010), o idoso deve se sentir confortável para expressar suas emoções e suas necessidades sem ficar se sentindo culpado, temeroso ou envergonhado por demonstrar interesse ou discutir problemas que tratem da sua sexualidade.

Os problemas existem na vida sexual de qualquer indivíduo, mesmo quando jovem. Santana et al. (2014) ressaltam que os idosos sofrem de problemas sexuais e preocupações envolvendo a diminuição da libido que não são diferentes daqueles vivenciados por pessoas jovens. Todavia é preciso observar essa necessidade como consequência das transformações oriundas da própria fase do desenvolvimento do idoso, como alterações biológicas e psicológicas que podem exigir mais atenção.

A segunda subcategoria, “Sexualidade percebida como fonte de energia vital”, compreende fragmentos de frases extraídos das falas de 9 idosas (60%), as quais referem a sexualidade não só como sexo, mas como um conjunto de práticas que envolve o afeto, o carinho, o respeito, a gratidão e o companheirismo juntamente com o convívio da família, dos filhos e dos amigos, assim relatados nas seguintes falas:

Sexualidade é um todo na vida do ser humano. Não quer dizer só o sexo, tem um carinho, tem o afeto, uma vivência. A gente tem na sexualidade tudo de bom. Ela resolve tudo da vida da gente. Não precisa a gente se fixar somente em sexo, mas se fixar na afetividade, no respeito e na gratidão. (Participante 02).

Sexualidade, o que eu entendo, é a pessoa ser carinhosa com a outra pessoa. É saber ouvir. É um abraço, um afeto, um gesto de carinho, de amor e de esperança. (Participante 06).

Sexualidade não só é o ato, mas é tudo que o envolve [...]. A gente tem que ter consciência de tudo o que é preciso para ter uma vida melhor. (Participante07). Sexualidade não só é o sexo, não é só o ato de sexo. É um conjunto de bem-estar, um convívio com amigos e com a família. (Participante08); (Participante 12). É uma convivência como um todo, com os filhos principalmente. Quando falava em sexualidade, eu achava que era só o ato sexual. Com o tempo fui vendo que não é assim. (Participante 09).

Em estudo de Berger (2012), com 36 idosas participantes da academia de ginástica Cia Atlética, voltada para a Terceira Idade (Programa Platinum) e participantes do projeto Afro Mix em São Paulo, os achados ressaltaram semelhança dessa percepção à de outras mulheres, de que a sexualidade é o núcleo central, tanto no seu sentido mais estrito, das relações sexuais-afetivas entre parceiros, seja nos seus desdobramentos, pois acredita que a vaidade, o cuidado de si, os momentos de intimidade consigo mesma, também sejam parte da sexualidade feminina.

Para as idosas, a sexualidade não se limita às relações sexuais (coito) e envolve gestos, atitudes, comportamentos, predisposições e interações. Faz-se importante a participação da cultura na expressão da sexualidade uma vez que ela envolve papéis sociais e é permeada por crenças, mitos, valores e atitudes.

Sexualidade é a forma como a pessoa vivencia e expressa o seu sexo, e frequentemente, é confundida com a relação sexual, que não está restrita ao ato da penetração, mas engloba também a troca de sons, cheiros, olhares, toques e carícias (NEVES et al., 2015).

Através da sexualidade, as idosas relataram a importância do seu conhecimento para ter uma boa saúde e viver melhor, de forma a ter cuidados pessoais e na prevenção de doenças. Ressaltaram ainda que a sexualidade é uma maneira de demonstrar sentimentos através de um olhar, de um sorriso e, que tudo à sua volta, transpira a sexualidade e pode ser observado nas seguintes falas:

[...] a gente tem que ter consciência de tudo o que é preciso para ter uma vida melhor. Saber o que é bom e o que é ruim para saúde. (Participante 07).
A sexualidade é diferente do sexo. É sentir-se. É investir. É um olhar, conviver e sentir-se bem. (Participante 10).

A sexualidade é bem diferente do sexo [...] você pode ter um sorriso, um olhar atraente [...] isso demonstra

sexualidade. Você se sente bem, você tem um gingado, você tem rebolado [...]. Tudo transpira sexualidade. (Participante11).

A sexualidade é além dos órgãos genitais, é vida ativa pra mim. É vida ativa [...]. A gente tem que ter cuidado também com a sexualidade e evitar doenças. (Participante 15).

Na terceira idade e em outras faixas etárias, a sexualidade não se refere exclusivamente ao ato sexual em si, mas na reciprocidade do carinho, afeto, companheirismo, vaidade e ao cuidado corporal. Podendo ser compreendida e vivenciada pelos indivíduos de várias formas, tais como: momento de expressão da afetividade, do prazer através do contato físico, da percepção de si e de sua identidade e da afirmação do corpo com sua funcionalidade.

Segundo Vieira et al. (2014) para muitas pessoas, o conceito de sexualidade é muito abrangente, sendo que o amor, o respeito, o carinho, a cumplicidade e o companheirismo são mais valorizados do que a própria atividade sexual. Embora o corpo envelheça e a própria anatomofisiologia sofra profundas alterações, os idosos mantêm a capacidade de amar, de trocar olhares apaixonados, beijos, abraços e carícias até ao fim da vida.

CONCLUSÃO

O estudo ressalta que a sexualidade, para a maioria das idosas, é entendida como fonte de energia vital e essencial para ter uma melhor qualidade de vida junto a seus filhos, família e amigos. Mesmo que algumas mulheres percebam a sexualidade como atividade sexual, a consideram necessária para um bom relacionamento com seu companheiro. Ainda percebemos que a sexualidade está presente na vida dessas mulheres entrevistadas.

A pesquisa atingiu os objetivos propostos, pois pode-se traçar o perfil sociodemográfico das idosas atendidas no “Projeto Rosas

do Entardecer”, além de verificar quais percepções essas mulheres tinham à respeito da importância da sexualidade em suas vidas. Os achados da pesquisa mostraram pontos positivos e negativos na vida das participantes decorrentes do processo de envelhecimento, bem como, a importância destas vivenciarem sua sexualidade de forma saudável e prazerosa.

Com as análises dos depoimentos das integrantes do Projeto e das discussões embasadas em teóricos que tratam da temática em questão foi possível identificar que algumas idosas precisam de mais orientações sobre a sua própria sexualidade para que possam vivenciá-la mais intensamente com seus companheiros e família e para que desenvolvam habilidades para lidar com os preconceitos e estigmas impostos pela sociedade quando o assunto é a sexualidade na terceira idade.

É visível o sofrimento das idosas quando perdem seus parceiros, passando a viver em estado de luto sem a presença de um novo companheiro. A família, os filhos e amigos são personagens fundamentais no processo de envelhecimentos das, em que diante dos problemas psicológicos, proporcionam e compartilham momentos de felicidade e naturalmente vivem sua sexualidade.

Contudo, para estas idosas que permearam o conceito de sexualidade através de conhecimentos oriundos do senso comum e interligados com sua experiência de vida, a partir dos resultados elas poderão obter mais entendimento sobre os aspectos subjetivos das vivências sexuais na velhice, possibilitando assim a compreensão de seus sentimentos e emoções envolvidos com a sexualidade e que acabam por direcionar os comportamentos das idosas.

Para entendimento e conhecimento das idosas, uma sugestão é a produção de folder educativo com abordagem sobre a temática, para melhor aprendizado e compreensão, visando a melhoria na qualidade de vida e as implicações para a sexualidade destas mulheres.

Espera-se que o estudo possa promover representações exitosas e colabore para mudanças de atitudes de todos os envolvidos na sexualidade da mulher idosa: o companheiro, os filhos, a família e a sociedade, desmistificando tabus e contribuindo para melhor qualidade de vida destas, além de ensejar novas pesquisas e discussões sobre o tema abordado.

REFERÊNCIAS

BALDISSERA, V. D. A.; BUENO, S.M.V. A representação da sexualidade por idosas e a educação para a saúde. **Rev. Eletr. Enf.** [Internet]. v.12, n. 4, p. 622-9, 2010.

BERGER, M. Amor sem sexo é amizade. Sexo sem amor é vontade: vida sexual na terceira idade. **Revista Kairós Gerontologia**, São Paulo, v. 15, n. 8, p. 127-154, dez. 2012.

CREMA, I. L.; TILIO, R.; CAMPOS, M. T. A. Repercussões da Menopausa para a Sexualidade de Idosas: Revisão Integrativa da Literatura. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, n. 3, p. 753-769, jul./set. 2017.

FLEURY, H. J.; ABDO, C. H. N. Sexualidade da mulher idosa. **Revista Diagnóstico e Tratamento**, v. 2, n. 3, p. 117-20, 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MINAYO, M.C.S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 29 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2014. 407 p.

MORAES, M. K. *et al.* Companheirismo e sexualidade de casais na melhor idade: cuidando do casal idoso. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p.787-798, 2011.

NASCIMENTO, R. F. *et al.* Vivência da sexualidade por mulheres idosas. **Revista de Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v. 25, p. 01-05, 2017.

NEVES, J. A. C. *et al.* Processo saúde-doença: a sexualidade e a AIDS na terceira idade. **Enfermagem Revista**, v.18, n. 1, p.121-135, 2015.

ROZENDO, A. S.; ALVES, J. M. Sexualidade na terceira idade: tabus e realidade. **Revista Kairós Gerontologia**, v.18, n. 3, p.95-107, 2015.

SANTANA, M. A. S. *et al.* Sexualidade na Terceira Idade: Compreensão e Percepção do Idoso, Família e Sociedade. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações**, v. 12, n.1, p. 317-326, jan/jul, 2014.

SOUZA, M. P. *et al.* A vivência da sexualidade por idosas viúvas e suas percepções quanto à opinião dos familiares a respeito. **Saúde Sociedade**, São Paulo, v.24, n.3, p.936-944, 2015

UCHÔA, Y.S. *et al.* A sexualidade sob o olhar da pessoa idosa. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 6, p. 939-949, 2016.

VIANA, H.B.; MADRUGA, V.A. Sexualidade na velhice e qualidade de vida. **Revista Brasileira de Qualidade de Vida**, Ponta Grossa, v. 2, n. 2, p. 26-35, 2010.

VIEIRA, S. *et al.* A vivência da sexualidade saudável nos idosos: O contributo do enfermeiro. **Revista de Ciências da ESSCVP – Salutis Scienta**, v. 6, jun. 2014.

Serviço social na saúde: desafios do trabalho do(a)s assistentes sociais na pandemia da Covid-19 em Teresina-PI¹

Gisélia Maria da Silva Carvalho²
Lúcia da Silva Vilarinho³

INTRODUÇÃO

Esse artigo, elaborado com base na discussão realizada no minicurso “Serviço Social na saúde e o trabalho interprofissional na pandemia da covid-19”, organizado e ministrado na IX Jornada Científica de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí-UFPI, nos dias 27 e 28 de maio de 2021, com o tema “Serviço Social no contexto da pandemia: desafios para a formação e o trabalho profissional”, em parceria com mais três assistentes sociais da Fundação Municipal de Saúde de Teresina, tem como foco a discussão da política de Saúde e o autoritarismo ultraneoliberal na pandemia da covid-19, e os seus reflexos nos processos de trabalho do(a) Assistente Social na referida política. Destaca a atuação profissional na atenção especializada, no hospital municipal Dr. Miguel Couto – Monte Castelo, em Teresina, referência no atendimento de pessoas com Covid-19.

1 Trabalho apresentado no 2º Congresso Brasileiro Ciência e Sociedade (CBCS 2021), promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 04 a 07 de outubro de 2021, em Teresina-PI.

2 Assistente Social da Fundação Municipal de Saúde-FMS, Teresina-PI; Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí-UFPI.

3 Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. Doutora em Desenvolvimento e Meio ambiente pela rede PRODEMA/UFPI; Docente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí-UFPI.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo analítico descritivo, baseado na realidade vivenciada no Serviço Social de um hospital com atendimento exclusivo para pessoas com suspeita ou confirmação de covid-19 no município de Teresina, cujas demandas para o Serviço Social batiam à porta de maneira indevida, cabendo cotidianamente aos profissionais os seus rebatimentos.

O trabalho está organizado em três partes. Na primeira parte são discutidos os rebatimentos do ultraneoliberalismo de direita na condução da pandemia de covid-19. Na segunda, descreve-se os reflexos desses rebatimentos no processo de trabalho do(a) Assistente Social, analisando as perspectivas e os desafios postos aos profissionais. Na última, tecem-se as considerações finais.

POLÍTICA DE SAÚDE NO BRASIL NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19

Desde dezembro de 2019, o Brasil, assim como outros países do globo recebia a notícia, pela grande mídia, de um alerta sobre uma nova cepa de coronavírus, em Wuhan, na China, que pouco tempo depois seria responsável por uma das mais graves crises social e humanitária do planeta, a pandemia da COVID-19. Os coronavírus são considerados, uma ampla e variada família de vírus que podem causar uma infinidade de sintomas, desde o resfriado comum ou leve a doenças mais graves, como é o caso das síndromes respiratórias agudas graves, causadas pelo SARS-CoV. A situação é confirmada com a declaração da Organização Mundial de Saúde – OMS, em janeiro de 2020 de que as mazelas do novo coronavírus constituem o que se denomina de Emergência de Saúde Pública – ESPII, considerado o nível mais alto de alerta da OMS. Para se ter uma dimensão da pandemia, é a sexta vez na história que uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional é declarada. Em março do

mesmo ano, pela rápida disseminação da doença em vários países do mundo, a Covid-19 é considerada pela Organização Mundial de Saúde como uma pandemia.

Conforme Santos (2021, p.231), “a pandemia do coronavírus é um acontecimento histórico de proporções só comparáveis à gripe espanhola, que atingiu o mundo no final da Primeira Guerra Mundial, à depressão de 1929 e à Segunda Guerra Mundial”. Para o autor, as lições que se podem tirar desse acontecimento, são um tanto desafiadoras, uma vez que se pode ter um ciclo intermitente de pandemia a desafiar a vida de cada povo, independente da região ou localização geográfica.

A referência ao autor é feita a partir do pensamento de que a pandemia encontrou o Brasil imerso em um cenário de crise do Estado, que também escancarou as mazelas já existentes no país e denunciou o agravamento das expressões da questão social (BRAVO; MATOS; FREIRE, 2020).

Não obstante a isso, verifica-se a opção do Estado Brasileiro, frente à pandemia, pelo capital, em detrimento das pessoas, no caso específico, a classe que mais tem sido afetada pela pandemia, que é a classe trabalhadora, conforme aponta Santos (2020):

A explícita opção das classes dominantes pela lógica da economia capitalista e sua sanha em busca de acumulação e lucratividade em detrimento da proteção à saúde e à vida, evidenciou o quanto, no jogo da luta de classes, a classe trabalhadora, em toda sua heterogeneidade e diversidade, está sendo radicalmente atacada e perde ainda mais: direitos, acesso ao trabalho, condições de saúde e, a depender da vontade política do Estado brasileiro, notadamente em seu comando federal, perde a própria vida (SANTOS, 2020, p. 9-10).

Notadamente, que essa faceta do neoliberalismo, não é recente, mas se acentuou com a pandemia e tem gerado efeitos

drásticos no campo das políticas sociais, em especial a de saúde. Verifica-se que ao longo dos anos, a própria história da Saúde Pública no Brasil tem sido marcada por sucessivas reorganizações administrativas, edições de muitas normas além de disputas de interesses políticos e sociais.

Conforme Bravo; Lima; Correia (2020), desde a década de 1990, o Estado brasileiro tem capitaneado esforços para minimizar suas ações, em atendimento às demandas da classe trabalhadora, e maximizar sua atenção para as demandas do capital. Segundo as autoras, o fundo público, por exemplo tem sido cada vez mais utilizado nas políticas sociais implementadas pelo setor privado, favorecendo o aparecimento de novos modelos de gestão, cuja finalidade é o desmonte das políticas de estado.

Bravo et al (2009), já sinalizava há anos que o que se está em jogo é a disputa perene de dois projetos de saúde, de um lado o projeto de saúde articulado ao mercado, ou o que a autora denomina de privatista, pautado na racionalização da oferta, e de outro o público, ou que se pode chamar de projeto da reforma sanitária. Ambos propõem requisições diferentes para a prática do Serviço Social.

Entretanto, verifica-se que o projeto privatista tem ganhado força com a crescente mercantilização da saúde pública, como forma de desburocratizar e modernizar o Estado, no intuito do enfrentamento da crise do capital, o que tem favorecido cada vez mais os interesses do grande capital empresarial e financeiro, especialmente na saúde (BRAVO; LIMA; CORREIA, 2020).

O momento atual, de pandemia e de flerte da nova direita com os ideários ultraneoliberais é marcado pelo exacerbamento de preconceitos contra as minorais, de descrédito da ciência e das instituições públicas e o aprofundamento do neoconservadorismo. O Ultraneoliberalismo seria um novo ciclo do liberalismo ultra-

acirrado, uma nova etapa do projeto neoliberal, onde as práticas políticas e sociais vêm sendo reorientadas por um conservadorismo de direita, também exacerbado denominado por vários estudiosos de ultraneoliberalismo (BORGES E MATOS, 2020).

Ressalva-se, que além da disputa de projetos de saúde, há também a disputa de projetos de classe, evidenciada pela “defesa do lucro acima da vida” versus a “defesa da vida acima do lucro”. E essa disputa já estava em curso no Brasil. A chegada da pandemia no país, só revela o oportunismo do capital e intensifica, cada vez mais, o agravamento das expressões da questão social.

O Brasil, na contramão das orientações dos organismos de saúde, não soube enfrentar a pandemia da forma que se esperava, uma vez que não houve por parte do governo federal planejamento das ações de enfrentamento da covid-19. Nesse contexto, fica claro o descompasso dos Estados e municípios, frente à falta de direção única nesse enfrentamento. Além disso, o constante duelo entre os três níveis de gestão, aliado a uma conjuntura de desgoverno, negacionismo e ultraconservadorismo impôs ao país índices alarmantes de contaminação e morte da população mais vulnerável.

Diante de tal realidade, cabe-nos a pergunta: como os/as assistentes sociais enfrentam o confronto desses projetos em evidência nas instituições do trabalho profissional? É o que tentaremos responder na seção a seguir.

OS REBATIMENTOS DO ULTRANEOLIBERALISMO NO PROCESSO DE TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA PANDEMIA DA COVID-19

Várias são as legislações que embasam o trabalho do(a)s assistentes sociais na política de saúde. São resoluções que subsidiam a prática profissional e o seu conhecimento confronta diretamente as requisições conservadoras e indevidas aos profissionais. Conforme Borges e Matos (2020, p.83):

Requisições conservadoras fazem parte historicamente do trabalho de assistentes sociais. Afinal, uma profissão que se funda no trato das expressões da questão social, recebe requisições diversas, sobretudo do empregador, para a individualização dos “problemas” apresentados pelos usuários, dificultando a compreensão dos problemas como expressão da desigualdade inerente à lógica e dinâmica capitalista. Responder requisições conservadoras, concordando com as mesmas, faz parte de uma determinada concepção ético-política de profissão e ao mesmo tempo, é objeto de negação de uma concepção crítica, que buscou superar esse conformismo que fez parte, explicitamente, da profissão, por longo tempo.

Diante de uma realidade de morte em detrimento da vida, o(a) assistente social tem como imperativo ético-político a negação daquilo que vai de encontro aos seus preceitos e normativas éticas da profissão e em favor da defesa da vida. Com a pandemia, o grande capital também faz inúmeras requisições, travestidas de solidariedade, em momentos de calamidade. As ações antes executadas, tais como as ligadas ao atendimento direto aos usuários, supervisão direta aos estagiários, as visitas às enfermarias, por exemplo, foram suspensas, reestruturando-se os atendimentos aliados às medidas de segurança e distanciamento, ressurgindo, por outro lado, tanto pela equipe quanto pela gestão, a solicitação de velhas requisições.

O Hospital Dr. Miguel Couto – Monte Castelo, em Teresina-PI, foi o primeiro hospital municipal a receber exclusivamente pacientes com suspeita ou confirmação de covid-19. Em março de 2020 iniciou suas atividades com 5 leitos de UTI, e 2 de estabilização, além dos leitos de clínica médica, perfazendo um total de 50 leitos.

A estrutura hospitalar foi modificada, para se adequar às exigências impostas pela letalidade do vírus. Profissionais médicos, de enfermagem e fisioterapia já faziam parte do quadro funcional, só que agora em uma outra realidade: de comunicação truncada pelos equipamentos de proteção individual, medo da contaminação,



desespero dos familiares, despreparo da equipe em determinados momentos e falta de apoio psicológico para profissionais e pacientes.

A realidade da práxis profissional do(a)s assistentes sociais com a pandemia também se tornara outra. Sem desconhecer a responsabilidade diante de uma situação pandêmica, as profissionais de Serviço Social da instituição buscaram apoio na família, como suporte para enfrentar o vírus, até então desconhecido.

O espaço sócio-ocupacional do Serviço Social foi requisitado, tornando-se uma sala de “paramentação”, devido sua localização estratégica, assim como as demais salas próximas que foram também sendo adaptadas para essa nova realidade. O Serviço Social e suas profissionais então foram inseridos na “área limpa”, fazendo parte do espaço administrativo, no qual a direção geral do hospital se encontrava. A rotina hospitalar já não tinha a mesma cor tão pouco o mesmo movimento.

A maioria dos profissionais adequou suas vestimentas e calçados, sendo as categorias de atendimento direto, como médicos, técnicos de enfermagem, enfermeiros, fisioterapeutas priorizados quanto à disponibilização de EPIs. Uma das lutas travadas com a gestão recaiu sobre a disponibilização também para o Serviço Social de luvas, protetor facial, máscaras, aventais impermeáveis, etc., já que as profissionais também se expunham diariamente no contato com o(a)s familiares contactantes, e possivelmente também infectado(a)s.

Foi realizada a articulação com as demais assistentes sociais da rede estadual de saúde para poder entender o funcionamento desses hospitais, do trabalho profissional e assim, traçar o planejamento de protocolos e fluxos de atendimento específicos ao contexto da pandemia. Além disso, após a definição dos fluxos, realizava-se o contato com as profissionais dos hospitais da rede municipal para a socialização de informações concernentes ao



contexto sociofamiliar e de saúde dos usuários, bem como o repasse dos contatos telefônicos para as equipes, no intuito da comunicação do boletim médico.

Coube às assistentes sociais, o acolhimento, a escuta da família, por telefone ou presencialmente, as orientações sobre as normas e rotinas, a não presença de acompanhante e não realização de visita presencial, a organização dos documentos de alta e a interlocução com a família, nesses casos. É pertinente evidenciar que, em certos momentos, tendo como critério o distanciamento, chegou-se a realizar atendimentos presenciais na calçada e se formavam pequenas filas de familiares em busca de notícias de seus parentes hospitalizados.

Parte desses familiares puderam sanar a falta de informação com o atendimento remoto, por meio das “visitas virtuais”, sempre realizado com o apoio da equipe de nutrição e com a avaliação da equipe médica ou de enfermagem. O próprio contato com a equipe era de forma remota, por meio de skype. Como não era permitido o uso de celular, toda a comunicação era feita por meio da tecnologia. As orientações em caso de óbito (acesso ao benefício eventual, no caso da urna funerária), encaminhamentos para a rede eram e continuam, nesse contexto pandêmico a ser presenciais.

Notadamente, e por outro lado, além das demandas institucionais e das famílias, as demais categorias profissionais também requisitavam e ainda requisitam das assistentes sociais a adesão às ações historicamente demandadas, porém não executadas, pelo entendimento de que não seriam atribuições do Serviço Social. Tais requisições tem se constituído nas demandas que nenhum outro profissional “quer fazer”: tais como receber, identificar e guardar pertences, comunicar óbito e entregar declaração de óbito aos familiares, dentre outras.

No entanto, é importante salientar que, o não atendimento das requisições indevidas em questão, se consubstanciam no

conhecimento do código de ética, do projeto ético-político, das legislações que amparam o fazer profissional, das normativas emitidas pelo conjunto CFESS-CRESS e na luta, dentro da instituição, pela consolidação de uma práxis comprometida e crítica da realidade.

Com o aumento dos casos e internações, foi observada a necessidade de mais profissionais de Serviço Social, pois muitas famílias estavam deixando de ser atendidas, às vezes o(a) paciente ia a óbito e não era realizado o acolhimento social, devido principalmente ao número excessivo de demandas. Foram sendo incorporadas duas novas assistentes sociais, para o final de semana, visto que só tinham duas profissionais diaristas, nos dois turnos, de segunda a sexta-feira.

Num balanço da atuação do Serviço Social na saúde, no contexto pandêmico, mesmo com todas essas problemáticas enfrentadas no cotidiano do fazer profissional, observa-se a necessidade do trabalho do(a)s assistentes sociais, no sentido de garantir às famílias de usuários internados o acesso à informação, a universalidade de atendimento, igualdade e integralidade das ações em saúde.

Apesar de um momento pleno de desafios, a conjuntura atual suscita o direcionamento da categoria profissional para o repensar de estratégias no cotidiano do fazer profissional e a superação da barbárie, em tempos de neoliberalismo e (neo)conservadorismo que tanto tem impactado a vida de milhares de pessoas, especialmente no contexto pandêmico, até então vivenciado.

CONCLUSÕES

Os rebatimentos do ultraneoliberalismo no processo de trabalho do(a) assistente social na pandemia da covid-19 tem se feito presente em todos os espaços sociocupacionais do Serviço Social. Entretanto, mesmo reconhecendo e vislumbrando a presença do projeto de saúde privatista no âmbito municipal, observa-se a despeito, que a luta dos profissionais que acreditam nos ideais da

reforma sanitária também tem tensionado a disputa entre os projeto público e privado. E cada vez mais, tem possibilitado a resistência. Se o(a)s assistentes sociais são linha de frente política, os desafios e os encontros só serão possíveis se forem coletivos, social e politicamente também. A privatização da saúde e o sucateamento das políticas sociais públicas, mediante ajustes da política ultraneoliberal são realidades pungentes, que precisam ser desveladas de forma conjunta e em união com a classe trabalhadora. Sejam parte dessa realidade, sejamos luta, sejamos classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

BRAVO, M.I.S; MATOS, M. C. de; FREIRE, S. de M. **Apresentação**. In.: BRAVO, M.I.S; MATOS, BRAVO, M.I.S; MATOS, M.C.; FREIRE, S.M.(Org.). **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020

M.C.; FREIRE, S.M.(Org.). **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, p.19-24.

BRAVO, M.I.S; LIMA, J.B de; CORREIA, M.V.C. Privatização e mercantilização da saúde e crise no Rio de Janeiro: o desmonte realizado pelas organizações sociais. In.: BRAVO, M.I.S; MATOS, M.C.; FREIRE, S.M.(Org.). **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, p. 125-146.

BRAVO, M.I.S. MATOS, M.C. Reforma Sanitária e projeto ético-político do Serviço Social: elementos para o debate. In.: BRAVO, M.I.S. et al. (orgs.) **Saúde e serviço social** – 4 ed. – São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2009, p.25-47.

OPAS - Organização Pan-Americana da saúde. **Histórico da pandemia de COVID-19**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em 31.08.2021

SANTOS, B.S. **O futuro começa agora: da pandemia à utopia**. 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2021.

SANTOS, S. M. M. Prefácio. In: JOAZEIRO, E. M. G.; GOMES, V. B. (orgs). **Serviço social: formação, pesquisa e trabalho profissional em diferentes contextos**. Teresina: EDUFPI, 2020. E-book TCPDF (www.tcpdf.org)

6

Determinantes sociais da saúde de crianças com necessidade de cuidado complexo no domicílio¹

Marcia Teles de Oliveira Gouveia²
Isaura Danielli Borges de Sousa³
Andreia Rodrigues Moura da Costa Vale⁴
Joelma Lacerda de Sousa⁵
Silvana Santiago da Rocha⁶

INTRODUÇÃO

O estudo dos Determinantes Sociais da Saúde (DSS) é de fundamental importância na busca pela saúde universal e fazer acontecer na prática o princípio da equidade, um dos norteadores da ação política em saúde. Existem muitos fatores relacionados ao processo saúde/doença, incluindo o contexto socioeconômico, político, de governo e posição social (educação, emprego, moradia, gênero, etnia e exposição ambiental). Esses determinantes afetam a saúde e podem influenciar no aumento das taxas de morbidade,

1 Trabalho apresentado no 2º Congresso Brasileiro Ciência e Sociedade (CBCS 2021), promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 04 a 07 de outubro de 2021, em Teresina-PI.

2 Doutora, Professora do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem. Universidade Federal do Piauí- UFPI.

3 Mestre, Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem. Universidade Federal do Piauí- UFPI.

4 Doutora, Professora do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem. Universidade Federal do Piauí- UFPI.

5 Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem. Universidade Federal do Piauí - UFPI.

6 Doutora, Professora do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem. Universidade Federal do Piauí- UFPI.

considerado essencial para atingir resultados de saúde equitativos (MÚJICA; MORENO, 2019).

Neste contexto da importância dos DSS para os melhores resultados de saúde, este se faz ainda de maior relevância diante dos modelos de serviços voltados para o atendimento domiciliar que vem se apresentando nas últimas décadas, em vários países como Canadá, França e Brasil (BIDHANDI, et al., 2019; CORDEIRO; KRUSE, 2019). A transferência de pacientes crônicos, em cuidados paliativos, com déficits neurológicos, com limitação funcional e cognitiva, entre outros, do ambiente hospitalar para o ambiente domiciliar vem sendo justificado por benefícios como a redução das infecções por microrganismos resistentes e multirresistentes, redução de custos e maior qualidade de vida ao paciente (AUSSEHOFER et al., 2016).

Países desenvolvidos são prejudicados com aumento dos gastos com saúde, diante de grande contingente de pacientes em cuidados paliativos com períodos de internação prolongados que impedem os serviços de saúde de alta complexidade de prestar atendimentos a situações agudas, chegando a cancelar cirurgias por falta de leitos disponíveis. Um dos motivos para tal congestionamento no serviço está relacionado à falta de capacidade da comunidade para realizar o cuidado no domicílio (BIDHANDI et al., 2019).

Entretanto, apesar dos benefícios, ainda existem na sociedade as concepções culturais sobre as unidades hospitalares representarem locais capazes de proporcionar as melhores condições em saúde para o familiar (CORDEIRO; KRUSE, 2019).

Os fatores socioeconômicos são apontados como risco quando a família não apresenta estrutura socioeconômica e organizacional para desenvolver o cuidado deste paciente, resultando em agravamento da condição de saúde, visto que existem famílias, por exemplo, que sofrem de carência de alimentação (OLIVEIRA; KRUSE, 2017).

Integrando este público com complexidade de saúde que são encaminhados para o atendimento em domicílio estão as crianças. Em estudo comparativo de crianças hospitalizadas e em atendimento domiciliar, para as últimas foram apontados benefícios como redução do número de procedimentos invasivos e casos de infecção. Além disso, apresentaram menores taxas de readmissão e otimização dos leitos hospitalares com redução de custos para as instituições hospitalares (CARVALHO et al., 2019).

Diante do exposto, o estudo traz como questão norteadora: Qual a influência dos Determinantes Sociais da Saúde sobre crianças com complexidade de saúde que estão em cuidado domiciliar? O objetivo do artigo foi analisar os fatores associados à qualidade do cuidado às crianças com complexidade de saúde no domicílio segundo os determinantes sociais da saúde.

METODOLOGIA

O método utilizado para a elaboração do estudo baseou-se em uma revisão integrativa da literatura. Tendo como finalidade sintetizar resultados obtidos sobre um determinado tema, de maneira sistemática e ordenada, para contribuir com o conhecimento dessa temática (WHITTEMORE; KNAFL, 2005).

Para a elaboração adotaram-se as seguintes etapas: identificação (formulação do problema); busca na literatura (realização da coleta de dados); avaliação dos dados; análise dos artigos incluídos na revisão; e, apresentação e interpretação dos resultados (WHITTEMORE; KNAFL, 2005).

Primeiramente, elevaram-se os conhecimentos disponíveis sobre a relação entre os DSS e o cuidado à criança em cuidado no domicílio para formulação do problema.

As bases de dados foram acessadas por meio do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível

Superior (CAPES), em área com *Internet Protocol* (IP) reconhecido. As buscas foram realizadas nas seguintes bases: *Index to Nursing and Allied Health Literature* (Cinahl), *Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde* (LILACS), e *Medline* (Literatura Internacional em Ciências da Saúde), via *PubMed*.

Adotou-se a estratégia PICo, em que o P corresponde aos Participantes, o I ao fenômeno de Interesse e, o Co ao Contexto do estudo (KARINO; FELLI, 2012). Os descritores controlados e não controlados (DNC) foram selecionados a partir da consulta aos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), *Medical Subject Headings* (MeSH) e *List of Headings* do CINAHL *Information Systems*.

Para o acrônimo relacionado aos participantes, “P”, foram utilizados os descritores: *child, disable children*; para o fenômeno de interesse, “I”, como descritores foram: *social determinants of health, socioeconomic factors, cultural characteristics, population groups*; e, o contexto do estudo, “Co”, os seguintes descritores foram utilizados: *home health care*.

Os critérios de inclusão adotados foram: estudos primários que abordassem a relação entre os determinantes sociais da saúde e o cuidado à criança no domicílio; publicados em inglês, português ou espanhol; artigos disponíveis de forma gratuita na íntegra. Os critérios de exclusão adotados foram: estudos que abordassem outras faixas etárias que não a infância; estudos de revisão narrativa de literatura/revisão tradicional, sistemática ou integrativa; estudos selecionados na busca em outra base de dados; e, estudos que não respondiam à questão norteadora. Não foi realizado recorte temporal para seleção de artigos, visto a busca por uma abordagem ampla dos resultados.

A seleção se iniciou, inicialmente, pela leitura dos títulos e resumos, com base nos critérios de inclusão, totalizando 1235 artigos, dos quais 26 foram considerados adequados e selecionados para leitura na íntegra. A partir dessa leitura, foram incluídos 16 na

amostra final desta revisão integrativa, conforme Figura 1, a qual seguiu as recomendações PRISMA (MOHER et al., 2009).

Foi realizada a leitura integral dos artigos selecionados e feita a extração dos dados utilizando-se um formulário de coleta de dados adaptado (URSI; GAVÃO, 2006) com a finalidade de assegurar que a totalidade dos dados relevantes fosse extraída. Os dados incluíram: definição dos sujeitos, metodologia, tamanho da amostra, e conceitos empregados para embasamento.

A avaliação dos dados extraídos foi realizada a partir da determinação do Centro Brasileiro para o Cuidado a Saúde Baseado em Evidências: Centro Colaborador do Instituto Joanna Briggs (JBI), Brasil, sediado na Universidade de São Paulo (USP). Os Níveis de Evidência de acordo com o tipo de estudo, segundo o JBI são: Nível I – Evidência obtida a partir de revisão sistemática contendo apenas ensaios clínicos controlados randomizados; Nível – Evidência obtida a partir de pelo menos um ensaio clínico controlado randomizado;

Nível III. 1 – Evidência obtida de ensaios clínicos controlados bem delineados, sem randomização;

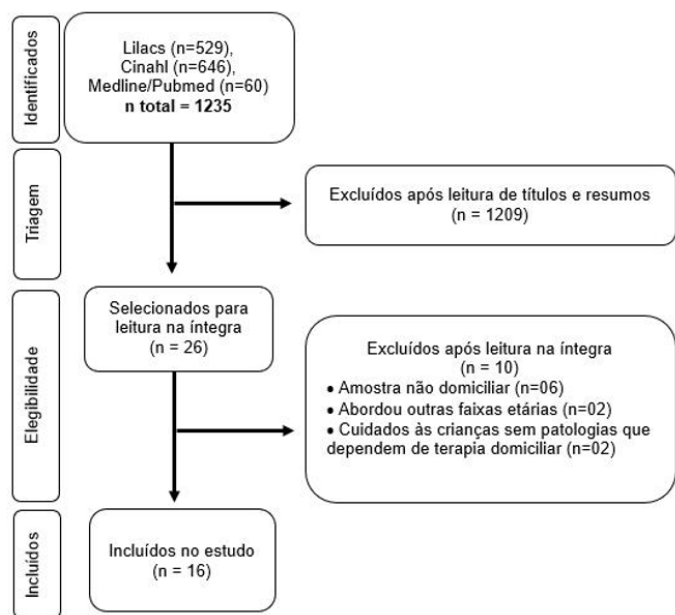
Nível III. 2 – Evidência obtida de estudos de coorte bem delineados ou caso-controle, estudos analíticos, preferencialmente de mais de um centro ou grupo de pesquisa; Nível III. 3 – Evidência obtida a partir de séries temporais múltiplas, com ou sem intervenção e resultados dramáticos em experimentos não controlados; Nível IV – Parecer de autoridades respeitadas, baseadas em critérios clínicos e experiência, estudos descritivos ou relatórios de comitês de especialistas (KARINO; FELLI, 2012).

A apresentação, análise e discussão dos dados foram divididas didaticamente nas categorias teóricas, de acordo com a exposição dos DSS proposto por Solar e Irwin (2010) em: Determinantes Estruturais, que compreendem as categorias operacionais relacionadas ao indivíduo, como idade, sexo, etnia/raça, ocupação dos pais e/ou

responsáveis; e, Determinantes Intermediários, representados pela moradia, vizinhança, condições de trabalho, acesso e disponibilidade de alimentos e água, estilo de vida, fatores genéticos, estressores psicossociais, apoio social e, acesso ao sistema de saúde.

RESULTADOS

IMAGEM 1 – Fluxograma de seleção dos estudos segundo o Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA).



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Foram encontradas publicações entre os anos de 2009 a 2019, sendo a maioria nos últimos 5 anos. Em relação ao local de desenvolvimento dos estudos a analisados, observou-se os continentes da Europa (05 artigos), América do Sul (06 artigos), América do Norte (02 artigos), Ásia (01 artigo) e África (02 artigos). Sobre o foco principal dos artigos, a maioria (10 artigos) se concentrou em estudar o cuidador, visando a identificação de suas percepções

com relação ao cuidado. Cinco se concentrou em buscar os determinantes de saúde após a alta hospitalar, entre os quais apenas um analisou somente os fatores relacionados à segurança da criança, e um relacionado à saúde do cuidador. Apenas um artigo teve como foco principal a saúde da criança em relação ao meio em que vive. Quanto ao delineamento, a maior parte foi estudo descritivo, com abordagem qualitativa, predominando o nível de evidência III.3.

No Quadro 1 abaixo, apresenta-se a identificação e caracterização dos estudos incluídos para análise.

Quadro 1 – Identificação e caracterização dos estudos selecionados segundo autores, país, ano, delineamento do estudo, amostra, objetivos, determinantes sociais da saúde, principais resultados e nível de evidencia, 2019.

Nº	Autor, ano/ País	Delineamentos do estudo/ amostra	Determinantes sociais da saúde/principais resultados	NE
1	Eskola et al., 2017/ Suíça	Estudo transversal com componentes descritivos e analíticos (n= 47)	DSS estruturais: sexo da criança; idade no diagnóstico e no óbito; duração da doença; emprego dos pais; fatores econômicos; educação dos pais. DSS intermediários: Domicílios monoparentais/ biparentais; fatores culturais. DSS estruturais e intermediários: apoio social. Foram incluídas famílias que tiveram crianças em cuidados paliativos no domicílio decorrente de doenças cardíacas, neurológicas e oncológicas. Metade das crianças recebeu atendimento comunitário. As famílias que moravam mais longe do hospital de tratamento, principalmente os de zona rural, receberam menos horas de cuidados profissionais em casa.	III.3
2	Dias et al., 2019/ Brasil	Descritivo com abordagem qualitativa (n=11)	DSS estruturais: fatores sociais; fatores econômicos. DSS intermediários: habitação; acesso aos serviços de saúde. DSS estruturais e intermediários: redes de apoio sociais e comunitárias. Foram incluídas famílias de criança matriculada numa instituição de ensino e reabilitação, que apresentava alto grau de demandas de cuidado. Foi encontrada a ausência de infraestrutura das casas e a falta de equipamentos adaptados às especificidades das crianças como fator de risco. Observou-se a falta de preparo/informação do cuidador para o cuidado domiciliar e busca pelos direitos da criança; pouca resolutividade do serviço de saúde oferecido; dificuldade de acesso e acompanhamento nos serviços de Atenção Primária à Saúde.	III.3

3	Dias; Arruda; Marcon, 2017/ Brasil	Transversal com abordagem Quantitativa (n=63)	DSS estruturais: emprego dos pais; fatores econômicos; educação dos pais. DSS intermediários: domicílios monoparentais/ biparentais; idade dos pais; estilo de vida; habitação; fatores sociais; condições de vida. Foram incluídas famílias de crianças com necessidades especiais de cuidados múltiplos, complexos e contínuos, matriculadas numa instituição pública de ensino e reabilitação. Todas as famílias estudadas apresentaram-se vulneráveis e, 8,8% apresentaram até 40% de vulnerabilidade. Foram identificados fatores de risco clínico da criança, social e, de acesso aos serviços de saúde. Foi relatado desemprego, baixas escolaridade e renda familiar, devido a dedicação integral ao cuidado da criança. A maioria das famílias não recebia visitas domiciliares de profissionais.	III.3
4	Gelesson et al., 2009/ Brasil	Descritivo de natureza mista, quantitativa e qualitativa (n=11)	DSS estruturais: idade da criança; fatores econômicos. DSS intermediários: idade dos pais; habitação; educação dos pais; acesso aos serviços de saúde. Foram incluídas famílias de crianças em tratamento oncológico (quimioterapia). Foram relatadas dificuldades sobre como identificar e tratar a hipertermia, manutenção da higiene corporal, do ambiente e dos alimentos, identificação de riscos do contato interpessoal e cuidados especiais da condição de saúde da criança.	III.3
5	Okido et al, 2018/ Brasil	Estudo biocêntrico, com delineamento transversal e abordagem quantitativa (n=118)	DSS estruturais: idade da criança. DSS intermediários: idade dos pais; quantidade de filhos dos pais; domicílios monoparentais/ biparentais; acessos aos serviços de saúde; educação dos pais. Foram incluídas famílias de crianças com necessidades especiais de saúde em atendimento pela atenção primária. Identificou-se como fator de risco a escolaridade materna e a situação marital.	III.2
6	Reis et al., 2017/ Brasil	Estudo descritivo com abordagem qualitativa (n=134)	DSS intermediários: fatores sociais; acesso aos serviços de saúde; habitação; condições de vida. Foram incluídas famílias de crianças com alto grau de dependência para as atividades de vida diária, que faziam acompanhamento numa instituição filantrópica de ensino e reabilitação. 56,7% das crianças eram do sexo masculino, com mães desempregadas devido a dedicação ao cuidado da criança, renda familiar diminuída e em alguns casos, gastos com serviços particulares no domicílio. Algumas famílias relataram conseguir os equipamentos necessários por processos judiciais. Apenas uma família relata contar com o apoio da atenção primária em saúde. Foram encontradas dificuldades na realização dos procedimentos, na compreensão das orientações técnicas de cuidado.	III.3



7	Silva et al, 2019/ Brasil	Estudo descritivo com abordagem qualitativa (n=134)	DSS estruturais: fatores econômicos; emprego dos pais. DSS intermediários: idade dos pais; fatores culturais. Foram incluídas famílias de crianças com doenças oncológicas em fase terminal. Observou-se a faixa etária de 25 a 62 anos, exclusivamente mães, casadas, de baixa escolaridade, católicas, com renda mensal familiar de até dois salários mínimo e, desempregadas para dedicação ao cuidado da criança.	III.3
8	Page et al., 2019/ Inglaterra	Estudo documental (n=268)	DSS estruturais: fatores econômicos. DSS intermediários: fatores sociais; acesso aos serviços de saúde. DSS estruturais e intermediários: redes de apoio sociais e comunitárias. Foram incluídas famílias de crianças em uso de gastrostomia, jejunostomia ou sonda nasogástrica, no cuidado domiciliar. Observou-se como fator de risco a conhecimento inadequado dos cuidadores, porém relataram ser capazes de identificar os fatores que contribuem para incidentes de segurança.	III.3
9	Brenner et al., 2016/ Irlanda	Estudo exploratório com abordagem qualitativa (n=7)	DSS intermediários: fatores sociais; acesso aos serviços de saúde. DSS estruturais e intermediários: redes de apoio sociais e comunitárias Foram incluídas famílias de crianças que receberam cuidados domiciliares por profissionais treinados. Foi identificado como fator de proteção à presença de profissionais especialistas, bem como a educação e formação da família.	III.3
10	Colver et al, 2012/ França, Irlanda, Suécia, Inglaterra, Dinamarca e Itália	Estudo Transversal com abordagem quantitativa (n=818)	DSS estruturais: idade da criança; sexo da criança; fatores econômicos. DSS intermediários: fatores comportamentais; estilo de vida; ambientes gerais; habitação; fatores sociais; acesso aos serviços de saúde; condições de vida. DSS estruturais e intermediários: redes sociais e comunitárias. Foram incluídas famílias de crianças com dificuldade e/ou ausência da locomoção. Foram identificados como fator de proteção dos fatores de risco um melhor ambiente físico em casa, socialização com colegas, família, professores e terapeutas.	



11	Geere et al., 2013/ Kenya	Descritivo de natureza mista, quantitativa e qualitativa (n=20)	DSS estruturais: idade da criança; fatores econômicos; emprego dos pais. DSS intermediários: idade dos pais; quantidade de filhos dos pais; condição de vida; domicílios monoparentais/ biparentais; estilo de vida; fatores comportamentais; acesso aos serviços de saúde; habitação; fatores sociais; fatores culturais. Foram incluídas famílias de crianças com paralisia cerebral. A maioria dos cuidadores se constituída da mãe, casada e, desempregada; as crianças tinham em média 10 anos de idade; as famílias eram constituídas por até 7 crianças no domicílio. A distância entre a casa e a unidade de saúde chegou a 50km, com média de 20km. Como fator de risco foram encontrados problemas ambientais na casa e vizinhança, dificuldade de transporte para levar a criança até o hospital, ausência de escolas especiais para recebê-los, inexistência de auxílio financeiro e equipamentos, como cadeira de rodas.	III.3
12	Lakhani; Gavino; Yousafzai, 2013/Paquistão	Estudo descritivo com abordagem quantitativa (n=54)	DSS estruturais: sexo das crianças; idade das crianças; fatores econômicos; educação dos pais; emprego dos pais. DSS intermediários: idade dos pais; quantidade de filhos dos pais; fatores sociais. Foram incluídas mães de crianças com retardo mental atendidas numa clínica privada de cuidados especiais. 53% das crianças era do sexo masculino, com idade média de 11.2. Com relação às mães, 63% tinham entre 31-45 anos de idade, baixa escolaridade, com renda média mensal de US\$ 115- 175, donas de casa, com outros filhos.	III.3
13	Roscigno; Swanson, 2011/ Estados Unidos	Estudo descritivo com abordagem fenomenológica (n=42)	DSS estruturais: fatores econômicos. DSS intermediários: Domicílios monoparentais/ biparentais; fatores psicológicos; fatores sociais; acesso aos serviços de saúde. Foram incluídas famílias de crianças com traumatismo cranioencefálico atendidas num hospital público de trauma. Foram encontrados como fator de risco o domicílio em periferias/favelas, baixa renda, ausência de grupos de apoio disponíveis nas comunidades, conhecimento inadequado da família, atendimento predominantemente técnico dos profissionais da saúde.	III.3
14	Toly; Musil; Carl, 2012/ Estados Unidos	Estudo transversal descritivo, com abordagem quantitativa (n=103)	DSS estruturais: idade da criança; educação dos pais; fatores econômicos; emprego dos pais. DSS intermediários: idade dos pais; fatores psicológicos. Foram incluídas mães de crianças dependentes de tecnologia no ambiente domiciliar. A idade média das crianças foi 6,58 anos. As mães possuíam a maioria uma educação universitária incompleta, casadas, empregadas, com renda baixa. Foi encontrado como fator de risco os sintomas depressivos das mães.	III.3

15	Zanello et al, 2015/ Itália	Estudo descritivo com abordagem qualitativa (n de cuidadores = 16 n de crianças =17)	DSS estruturais: sexo das crianças; idade das crianças; educação dos pais. DSS intermediários: fatores comportamentais. Foram incluídas famílias de crianças em condições especiais, como baixo peso ao nascer, mães usuárias de drogas e/ou com transtorno mental, doença crônica, em cuidados paliativos oncológicos. Foi encontrado como fator de risco a falta de informações sobre os cuidados ainda no ambiente hospitalar e a não compreensão pelos cuidadores.	III.3
16	Zuurmond et al., 2018/ Gana	Estudo descritivo com abordagem quantitativa (n=75)	DSS estruturais: idade das crianças; sexo da criança; emprego dos pais. DSS intermediárias: Domicílios monoparentais/ biparentais; fatores sociais. DSS estruturais e intermediários: redes sociais e comunitárias. Foram incluídas famílias de crianças com paralisia cerebral em tratamento de fisioterapia. Os cuidadores foram principalmente do sexo feminino e a maioria eram mães ou avós, casados, que trabalha com agricultura, comércio ou uma empresa de pequeno porte, tais como alfaiataria. Observou-se melhorias significativas no escore de qualidade de vida do cuidador, além de melhora no conhecimento e confiança no cuidado a criança, em alguns aspectos, como nas práticas de alimentação, e na saúde física e emocional da criança.	III.2

DISCUSSÃO

Na Conferência Mundial sobre os Determinantes Sociais da Saúde que aconteceu no ano de 2011, a OMS adotou um novo modelo de proposta de Solar e Irwin (2010), o qual aborda os determinantes sociais da saúde de forma diferente do antigo proposto por Dahlgren e Whitehead (2008).

Nesse modelo mais novo os determinantes estruturais operam a partir do conjunto de determinantes intermediários, moldando assim os efeitos sob a saúde do indivíduo ou população estudada. As populações são estratificadas de acordo com o gênero, raça/etnia, renda, educação, ocupação, entre outros. Tais fatores determinam as vulnerabilidades e exposições nas diferentes condições de saúde (determinantes intermediários). Além disso, os autores utilizam um recurso gráfico de abordagem dos determinantes com o uso de setas, resultando na aparência de relações e conexões entre os

determinantes estruturais e determinantes intermediários da saúde Dahlgren e Whitehead (2008).

Categoria 1. Determinantes Sociais da Saúde Estruturais

Os determinantes estruturais moldam juntamente com os determinantes intermediários os efeitos na saúde do indivíduo, representando os mecanismos sociais, econômicos e políticos, que dá origem a um conjunto de posições ou estratificações socioeconômicas Solar e Irwin (2010). Tais causas assumem uma posição de destaque, com a caracterização de ideia de “raiz” ou “base”, que significa estes serem o fator de prioridade para influenciar na vida e saúde dos indivíduos.

Crianças com complexidades de saúde sob cuidados domiciliares possuem uma maior demanda de necessidades de saúde quando comparada a uma criança sem patologias que a incapacitam de desenvolver atividades normais que cabe a qualquer criança (DIAS et al., 2019). Se faz interessante estudar a influência dos DSS na vida das referidas crianças e familiares envolvidos no cuidado. Nos artigos analisados, características como idade, gênero, e etnia das crianças e cuidadores e fatores como renda familiar, escolaridade, e ocupação dos pais, foram os Determinantes Estruturais encontrados.

A faixa etária de crianças trabalhadas nos estudos foram variadas, sendo a menor idade referenciada < 1 ano e a maior 20 anos (8,13). O determinante idade esteve relacionado com a prestação de cuidados, visto que quando se tratou de bebês a dificuldade e insegurança de manuseio pelos cuidadores, especialmente com o uso de dispositivos. A faixa etária de maiores intercorrências registradas foi em menores de 1(um) ano, seguida pelo intervalo de 5-11 anos, representadas por alimentação dada de forma incorreta ou totalmente errada quando em alimentação enteral, medicação administrada erroneamente na parte do balão dos dispositivos de gastrostomia, resultando em internações (PAGE et al., 2019).

O tamanho e o peso foram os fatores que dificultam os cuidados relacionados às crianças mais velhas. Tais fatores impossibilita o cuidador ao longo do tempo de prestar certos cuidados como de início, como o transporte desta criança, se tornando dificultoso, interferindo principalmente nas interações sociais, ocasionando uma maior restrição no ambiente domiciliar. Além disso, afeta no próprio acompanhamento de saúde, pela dificuldade de ir até o serviço para atendimento continuado (GEERE et al., 2013).

O gênero das crianças acompanhadas no domicílio mais registrado nos estudos foi o masculino (ESKOLA et al., 2017; OKIDO et al., 2018; REIS et al., 2017; LAKHANI; GAVINO; YOUSAFZAI, 2013; ZUURMOND et al., 2018), com apenas um estudo que trouxe o feminino como maior grupo (ZANELLO et al., 2015). Esse determinante não foi apontado pelos autores como um fator que interfere na prestação de cuidado ou situação de saúde.

Em relação aos cuidadores, observou-se a pouca participação do pai da criança no processo do cuidar como cuidador principal, papel atribuído em grande maioria a mães, avós e tias (ESKOLA et al., 2017; DIAS et al., 2019; GELESSON et al., 2009; OKIDO et al., 2018; SILVA et al., 2019; GEERE et al., 2013; LAKHANI; GAVINO; YOUSAFZAI, 2013; ROSCIGNO; SWANSON, 2011; TOLY; MUSIL; CARL, 2012; ZANELLO et al., 2015; ZUURMOND et al., 2018). Esse fato pode estar relacionado à maior facilidade de sacrifício e renúncia da mulher por instinto materno. Elas abdicam do emprego fora de casa, se dedica por inteiro ao cuidado da criança e, mesmo àquelas com maior renda, que podem pagar um cuidador profissional, são retratadas como donas de casa por opção após alta hospitalar dos filhos (ESKOLA et al., 2017; DIAS; ARRUDA; MARCON, 2017).

A etnia entre as crianças, e cuidadores, mais encontrada foi a cor branca, dado explicado pela metade dos artigos analisados serem produzidos em países cuja população é predominante caucasiana,

como Suíça, Estados Unidos, Itália, França, Inglaterra, Irlanda (ESKOLA et al., 2017; PAGE et al., 2019; BRENNER et al., 2016; COLVER et al., 2012; GEERE et al., 2013; ROSCIGNO; SWANSON, 2011; TOLY; MUSIL; CARL, 2012; ZANELLO et al., 2015). Foi evidenciado também que essas famílias de etnia branca oferecem melhores cuidados às crianças, apresentando menores riscos e situações de vulnerabilidade, fato que não está relacionado com a questão genética nos artigos, mas pode estar relacionado à questão socioeconômica e cultural ao reunir outros dados de caracterização dos participantes dos estudos (ESKOLA et al., 2017; DIAS; ARRUDA; MARCON, 2017; LAKHANI; GAVINO; YOUSAFZAI, 2013; ZUURMOND et al., 2018).

Os determinantes estruturais renda familiar, escolaridade e ocupação se correlacionam. Chefes de família com maior escolaridade têm melhores empregos e melhores rendas. Em estudos realizados em países desenvolvidos, como Suíça e Estados Unidos, a maioria dos pais das crianças têm ensino superior, renda anual de 20.000 US\$ a 150.000 US\$, e estão empregados (ESKOLA et al., 2017; ROSCIGNO; SWANSON, 2011).

Entretanto nos países em desenvolvimento, como Paquistão, a escolaridade da maioria dos pais é intermediária, a renda familiar da maioria das famílias cuidadoras era entre 10.000 US\$ e 15.000 US\$ ao ano, situação parecida com a do Brasil, que a maioria das famílias possuía o ensino médio e pertence a classe C, com renda familiar aproximada de 7.000 US\$ a 20.000US\$ ano (DIAS; ARRUDA; MARCON, 2017; LAKHANI; GAVINO; YOUSAFZAI, 2013).

O fator escolaridade foi apontado como o maior fator de risco para as intercorrências no cuidado à criança no domicílio pelo estudo de Okido et al. (2018), segundo o qual as mães de maior escolaridade conseguem desenvolver melhor o cuidado, quando comparado aquelas que apresentam baixa escolaridade, mesmo possuindo melhores características ambientais, biológicos e socioeconômicos.

Em Gana, 43% dos pais não têm nenhuma escolaridade, as famílias possuem renda baixa e média. Sendo as atividades trabalhistas voltadas para agricultura, comércio e alfaiataria, muitos estão desempregados, e um percentual de 42% dos pais relataram emprego nos últimos 30 dias do referente estudo (ZUURMOND et al., 2018).

A influência destes determinantes e essa correlação entre eles influenciam diretamente nas situações de saúde das crianças. Todos os estudos evidenciaram dificuldades familiares diversificadas a serem superadas. As famílias com cuidadores de maior escolaridade e renda relataram situações de exaustão familiar, dificuldades técnicas da prestação do cuidado com tecnologias e dispositivos, problemas de reembolso de planos de saúde ou benefícios do governo. Já as de baixa renda e pior escolaridade apresentaram dificuldades relacionadas a alimentação das crianças, tornando a principal causa de óbito, e não o diagnóstico de base como esperado.

No estudo realizado em Gana, com amostra de 75 crianças com complexidades de saúde cuidadas em casa, 65% foram classificadas com baixo peso, dentre as quais 64,1% como raquíticas, registrando oito óbitos até finalização do estudo (ESKOLA et al., 2017; ZUURMOND et al., 2018).

São consideradas Crianças com Necessidades Especiais de Saúde (CRIANES) aquelas que atendem pelo menos 03 (três) dos 04 (quatro) critérios de classificação: demanda de cuidado de desenvolvimento, medicamentoso, tecnológico, habitual modificado. Nos estudos realizados no Brasil, três foram voltados para crianças matriculadas em escolas especiais de ensino e reabilitação às CRIANES (ESKOLA et al., 2017; DIAS et al., 2019; REIS et al., 2017).

Em estudo realizado no Estado do Paraná, Brasil, entre as famílias de crianças assistidas no domicílio, 8,8% apresentaram até 40% de vulnerabilidade. Em relação a escolaridade, 22,1%

apresentaram 50% de vulnerabilidade, com 24 adultos que não chegaram a concluir o ensino fundamental, com dificuldade para receber orientações sobre o cuidado da criança, e 25% declarou renda de meio salário mínimo (DIAS; ARRUDA; MARCON, 2017).

Na correlação trabalho e renda, o cuidador principal abandonou o emprego para dedicação exclusiva da demanda de cuidados, o que deixa a situação financeira desfavorável, com a diminuição da renda e aumento de despesas, existindo benefícios governamentais, porém menos da metade das famílias os recebem (DIAS et al., 2019; DIAS; ARRUDA; MARCON, 2017; REIS et al., 2017).

Categoria 2. Determinantes Sociais da Saúde Intermediários

Caracteriza-se os determinantes intermediários como o conjunto de elementos categorizados em circunstâncias materiais, (moradia, vizinhança, condições de trabalho, acesso e disponibilidade de alimentos e água), fatores comportamentais (estilo de vida), fatores biológicos (genéticos) e, psicossociais (estressores psicossociais, apoio social). Reconhecidas as barreiras de acesso ao sistema de saúde, esse é considerado como um determinante intermediário (GARBOIS; SODRÉ; DALBELLO-ARAÚJO, 2017).

Os determinantes intermediários mais evidenciados nos estudos foram as questões voltadas para moradia em termos de infraestrutura, acesso aos locais públicos e serviços de saúde, composição familiar, estressores psicossociais e apoio social.

A ausência de infraestrutura das casas e a falta de equipamentos adaptados às especificidades das crianças dificultaram a execução dos cuidados domiciliares (DIAS et al., 2019; DIAS; ARRUDA; MARCON, 2017). Estudo mostra que 89,7% de sua amostra de crianças morava em condições mínimas de habitação, sem sistema de esgoto, mais de três pessoas no mesmo dormitório (DIAS; ARRUDA; MARCON, 2017), o que pode afetar a situação de saúde da criança que já é comprometida.

O acesso dessas crianças ao mundo externo ao domicílio e a insegurança e medo gerado nas mães também foi bastante evidenciado nos estudos analisados (DIAS et al., 2019; GELESSON et al., 2009; REIS et al., 2017; GEERE et al., 2013; ZANELLO et al., 2015). Em estudo qualitativo é possível observar a preocupação das mães em preparar os filhos para as dificuldades não realizando tantas adaptações na residência para que ele não sinta tanta dificuldade fora de casa, onde as rampas e barras não são disponibilizadas em todos os ambientes (REIS et al., 2017).

Outra preocupação das mães é a possibilidade de a criança adoecer, além da situação complexa de saúde que já possui. Foi possível observar relatos sobre a logística de transporte para consulta ou reabilitação em ônibus lotados com outras pessoas, o que causa medo de infecção ou contágio. Além disso, o contato com outro familiar doente também é fator causador de aumento da segurança (GELESSON et al., 2009).

Em relação à composição familiar, classifica-se como outro determinante social da saúde que influencia na situação de saúde da criança com complexidade de saúde. Um dos estudos encontrou famílias de três a sete membros, além de idosos com limitações, o que aumenta a vulnerabilidade familiar. Família com maior número de membros tem despesas elevadas, menos espaço, mais pessoas sujando o ambiente e adoecendo na proximidade da criança. A mãe e o pai desse tipo de família têm mais fatores estressores (GELESSON et al., 2009; GEERE et al., 2013).

Os casos uniparentais representa um agravante na composição familiar, pois aumenta o fator de risco e vulnerabilidade (DIAS; ARRUDA; MARCON, 2017; OKIDO et al., 2018; GEERE et al., 2013). Foram registrados casos de viuvez, divórcio, abandono do cônjuge diante do enfrentamento de cuidar de crianças com limitações e, filho resultante de relacionamento temporário (ROSCIGNO;

SWANSON, 2011; ZUURMOND et al., 2018). Tais ocorrências de uniparentalidade foram encontradas em famílias de baixa renda, com mães desenvolvendo as atividades em conjunto, tanto de cuidado como de provedoras do lar. No estudo realizado em Gana, 43% das crianças se encontravam com o pai menos que uma vez ao mês (ZUURMOND et al., 2018).

O acompanhamento do sistema de saúde na continuidade da assistência à criança em domicílio é relatado pelo cuidador como insuficiente, com profissionais de boa vontade, mas submetidos a uma estrutura rígida de horários, sendo a procura de apoio denominada onerosa, especialmente para os pais que moram mais afastados das áreas urbanas (ESKOLA et al., 2017). Com visitas que vão ficando mais raras por parte da equipe de estratégia de saúde da família ao passar dos meses, se restringindo apenas ao agente de saúde (OKIDO et al., 2018) ou mesmo não acontecendo (DIAS; ARRUDA; MARCON, 2017). As informações sobre o cuidado e direitos são adquiridos por meio de conversas com outros pais que vivem situação semelhante, devendo esse papel ser de uma equipe capaz para a prestação de cuidados a essas crianças (DIAS et al., 2019).

O cenário brasileiro é retratado pela ausência de assistência de profissionais da saúde em regime domiciliar, aumentando os fatores de risco para saúde das crianças que necessitam desse cuidado específico. Além disso, todos aqueles equipamentos, dietas, dispositivos e materiais necessários para esse cuidado, quase sempre são comprados pela família, mesmo as de menor renda. Algumas conseguem dos poderes públicos muitas vezes por meio de ações no judiciário (REIS et al., 2017).

As famílias e cuidadores recebem informações insuficientes no processo de reorganização familiar para atender as necessidades de saúde da criança e de treinamento para o cuidado. Pais que relatam conhecer a situação real de saúde da criança após a alta,

vão para casa sem conhecimento sobre como prestar cuidados especiais como dietoterapia, exercícios, higiene, administração de medicamentos, manejo de disfunções gastrointestinais, além de lidar com tecnologias ou dispositivos (ESKOLA et al., 2017; DIAS; ARRUDA; MARCON, 2017; GELESSON et al., 2009; PAGE et al., 2019), o que gera incidentes, com possíveis reinternações (PAGE et al., 2019).

A precariedade do acesso aos serviços de saúde também foi evidenciada em artigo, no qual as mães desabafaram sobre a ausência de prioridade nos atendimentos de emergência no Sistema Único de Saúde, resultando na demora de atendimento e até a não resolução do problema (DIAS et al., 2019). Essa situação, segundo relatos, obriga as famílias, mesmo de baixa renda, a pagar planos de saúde privados (DIAS; ARRUDA; MARCON, 2017).

Embora a existência de todas essas dificuldades, um estudo descreveu o desenvolvimento de um programa piloto de atenção domiciliar destinado às crianças com necessidades especiais de saúde, no qual os pais viram a continuidade da assistência em casa, tornando assim a transferência do filho para o lar como algo positivo. Foi possível observar a importância dada à necessidade de apoio da equipe de saúde na continuidade da assistência, com visitas periódicas, ofertando treinamento dos cuidadores, prestação de informações e esclarecimento de dúvidas, e orientações por escrito, com treinamento sendo iniciado antes da alta hospitalar (BRENNER et al., 2016).

Dentre todo esse contexto de dificuldade já relatados, o apoio social vem como determinante intermediário que auxilia no enfrentamento da falta de recursos, infraestrutura, fator emocional, entre outras. O apoio de familiares e amigos se faz importante, auxílio em demandas da casa, dos outros filhos, ajuda a poupar a energia familiar minada pelo fardo do cotidiano e exaustão (ESKOLA et al., 2017).

A espiritualidade e fé dos pais também representa fonte de força no enfrentamento das dificuldades, sendo esta percebida pelos cuidadores como capacitação divina para o cuidado da criança, traduzida pela ajuda das pessoas com recursos e força para prosseguir (DIAS et al., 2019; REIS et al., 2017).

A estrutura, a família e o apoio social fazem o ambiente. O melhor ambiente físico em casa proporciona maior participação da criança em atividades como refeições diárias, higiene, cuidados pessoais e facilita a vida em casa. As atitudes dos colegas/familiares e o apoio social em casa aumenta a responsabilidade da criança, sua capacidade de relacionamento e de recreação. A participação na escola é facilitada pela atitude de professores e terapeutas. O ambiente explicou entre 14% e 52% a variação na participação de crianças com necessidade especiais de participação segundo estudo europeu (COLVER et al., 2012).

Categoria 3. Determinantes Sociais da Saúde Estruturais e Intermediários

Os fatores relacionados a coesão social e o capital social são considerados tanto estruturais como intermediários por Solar e Irwin (2010).

Ao se estudar os determinantes estruturais e intermediários separadamente é possível perceber que existe correlação entre eles. Escolaridade é relacionado a emprego que influencia na renda que determina o tipo de assistência que a família vai poder dar a criança, assistência que quanto maior a demanda e dificuldade para um cuidador pode gerar, depressão, exaustão, desestruturação familiar, entre outras correlações. Entretanto, a maioria desses determinantes podem sofrer interferências a partir de ações governamentais.

Políticas sociais, econômicas, públicas e o mercado de trabalho influenciam fortemente nos determinantes de saúde. Os

países com melhor organização e competência pública são os dos estudos que evidenciaram menores dificuldades dos pais com as condições de saúde dos filhos e trouxeram melhores situações de saúde das crianças (ESKOLA et al., 2017; COLVER et al., 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi evidenciado a diversidade de fatores de risco e vulnerabilidades que acometem a saúde não só da criança com necessidade de cuidados especiais complexos no domicílio. Verificou-se a presença de diferentes DSS, tanto estruturais como intermediários, bem como os dois tipos na mesma família, que potencializam os riscos e dificulta a qualidade de vida da criança no contexto estudado.

Identificou-se a maior preocupação dos pesquisadores em estudar os cuidadores, que na maioria das vezes eram as mães. Essa atenção surge pelo significado do papel desses responsáveis em desenvolver a atividade do cuidar de forma integral e, ao mesmo tempo precisarem manter/oferecer mínimas condições de vida para as crianças, tornando assim a logística familiar de difícil vivência, tanto a nível financeiro, como ambiental, de lazer e social. No geral, são pessoas com pouca orientação, baixa escolaridade, sem apoio profissional, sem habilidades para o cuidado, apresentando sensação de desamparo, sinais de ansiedade, depressão e sobrecarga psicológica.

Nota-se a necessidade da ampliação de investigações sobre a vida, como um todo, das crianças com necessidades de cuidados especiais complexos, visto que não foi possível observar claramente estudos que busquem a avaliação geral e minuciosa dessa população acometida pela incapacidade de desenvolver atividades normais.

REFERÊNCIAS

AUSSERHOFER, Dietmar; DESCHODT, Mieke; DE GEEST, Sabina; ACHTERBERG, Theo van; MEYER, Gabrielle; VERBEEK, Hilde; SJETNE, Ingeborg Strømseng; MALINOWSKA-LIPIEN, Iwona; GRIFFITHS, Peter

Donald; SCHLÜTER, Wilfried; ELLEN, Moriah; ENGBERG, Sandra. **“There’s No Place Like Home”**: A Scoping Review on the Impact of Homelike Residential Care Models on Resident-, Family-, and Staff-Related Outcomes. *Journal of the American Medical Directors Association*, 17:685-693, 2016.

BIDHANDI, Hadi Mohammadi; PATRICK, Jonathan; NOGHANI, Pedram; VARSHOEI, Peyman. Capacity planning for a network of community health services. *European Journal of Operational Research*, 275(1): 66-279, 2019.

BRENNER, Maria; CONNOLLY, Michael; CAWLEY, Des; HOWLIN, Frances; BERRY, Jay; QUINN, Claire. Family and healthcare professionals’ perceptions of a pilot hospice at home programme for children: a qualitative study. *BMC Palliative Care*, 15:89, 2016.

CARVALHO, Antônio José Lana; FERREIRA, Hyster Martins; BORGES, Eliza Fernanda; BORGES Júnior, Laerte Honorato; DE PAULA, Ana Laura Teodoro; HATTORI, Wallisen Tadashi; AZEVEDO, Vivian Mara Gonçalves de Oliveira; *Analyses of the effectiveness of a Brazilian pediatric home care service: A preliminary study. BMC Health Services Research*, 19(1):324, 2019.

COLVER, Allan; THYEN, Ute; ARNAUD, Catherine; BECKUNG, Eva; FAUCONNIER, Jerome; MARCELLI, Marco; MCMANUS, Vicki; MICHELSEN, Susan I; PARKES, Jackie; PARKINSON, Kathryn; DICKINSON, Heather O. Association Between Participation in Life Situations of Children With Cerebral Palsy and Their Physical, Social, and Attitudinal Environment: A Cross-Sectional Multicenter European Study. *Archives of physical medicine and rehabilitation*, 93(12), 2012.

CORDEIRO, Franciele Roberta; KRUSE, Maria Henriqueta Luce. *It possible to die at home? Analysis of the brazilian and french scenarios. Texto & contexto-enferm*, 28:e20170602, 2019.

DIAS, Beatriz Caroline; ARRUDA, Guilherme Oliveira; MARCON, Sonia Silva. Vulnerabilidade familiar de crianças com necessidades especiais de cuidados múltiplos, complexos e contínuos. *Revista Mineira de Enfermagem*, 21:e-1027, 2017.

DIAS, Beatriz Caroline; ICHISATO, Sueli MutsumiTsukuda; MARCHETTI, Maria Angelica; NEVES, Eliane Tatsch; HIGARASHI, Ieda Harumi; MARCON, Sonia Silva. Desafios de cuidadores familiares de crianças

com necessidades de cuidados múltiplos, complexos e contínuos em domicílio. *Escola Anna Nery*, 23(1):e20180127, 2019.

ESKOLA, Katri; BERGSTRAESSER, Eva; ZIMMERMANN, Karin; CIGNACCO, Eva. Maintaining family life balance while facing a child’s imminent death – A mixed methods study. *Journal of Advanced Nursing*, 73:2462-2472, 2017.

GARBOIS, Júlia Arêas; SODRÉ, Francis; DALBELLO-ARAÚJO, Maristela. From the notion of social determination to one of social determinants of health. *Saúde Debate*, 41(112): 63-76, 2017.

GEERE, Jo-Anne L.; GONA, Joseph Karisa; OMONDI, Felix; KIFALU, M.K.; NEWTON, Charles; HARTLEY, Sally Diane. Caring for children with physical disability in Kenya: potential links between caregiving and carers’ physical health. *Child: care, health and development*, 39(3):381–392, 2013.

GELESSON, Débora Duarte; HIRAIISHI, Liliane Yumi; RIBEIRO, Letícia Alves; PEREIRA, Sonia Regina; GUTIÉRREZ, Maria Gaby Rivero; Domenico, Edvane Birelo Lopes. Significado da neutropenia e necessidades de cuidado em domicílio para os cuidadores de crianças com câncer. *Revista Latino-americana de Enfermagem*, 17(6), 2009.

KARINO, Márcia Eiko; FELLI, Vanda Elisa Andress. Evidence-based nursing: advances and innovations in systematic reviews, *Ciência, Cuidado e Saúde*, 11(Supl):11-5, 2012.

LAKHANI, Arusa; GAVINO, Irma; YOUSAFZAI, Aisha. The impact of caring for children with mental retardation on families as perceived by mothers in Karachi, Pakistan. *The Journal of Pakistan Medical Association*, 63(12):1468-1471, 2013.

MOHER, David; LIBERATI, Alessandro; TETZLAFF, Jennifer; Altman, Douglas G.; PRISMA Group. Preferred reporting items for systematic review sand meta-analyses: the PRISMA statement, *PLoS Medicine*, 21;6(7):e1000097, 2009.

MÚJICA, Oscar J.; Moreno, Cláudia M. De la retórica a la acción: medir desigualdades en salud para “no dejar a nadie atrás”. *Revista panamericana de Saúde Pública*, 43:e12, 2019.

OLIVEIRA, Stefanie Griebeler; KRUSE, Maria Henriqueta Luce. *Better off at home: safety device*. Texto & contexto – Enfermagem, 26(1), 2017.

OKIDO, Aline Cristiane Cavicchioli; NEVES, Eliane Tatsch.; CAVICCHIOLI, Giovana Natali; JANTSCH, Leonardo Bigolin; PEREIRA, Fernanda Portela; LIMA, Regina Aparecida Garcia. Fatores associados ao risco familiar de crianças com necessidades especiais de saúde. **Revista da Escala de Enfermagem da USP**, 52:e03377, 2018.

PAGE, Bethan; NAWAZ, Rasanat; HADEN, Sara; VINCENT, Charles; LEE, Alex C.H. *Paediatric enteral feeding at home: an analysis of patient safety incidents*. **Archives Disease in Childhood**, 104:1174–1180, 2019.

REIS, Kamilla Milione Nogueira; ALVES, Gabriela Vilaça; BARBOSA, Thaís Araújo; LOMBA, Gabriela Oliveira; BRAGA, Patrícia Pinto. A vivência da família no cuidado domiciliar à criança com necessidades especiais de saúde. **Ciencia y Enfermería**, (1):45-55, 2017.

ROSCIGNO, Cecelia I.; SWANSON, Kristen M. *Parents' Experiences Following Children's Moderate to Severe Traumatic Brain Injury: A Clash of Cultures*. **Qualitative Health Research**, 21(10):1413-1426, 2011.

SILVA, Silvio Éder Dias; SANTOS, Arielle Lima; PARANHOS, Sheila Barbosa; TAVARES, Roseneide dos Santos; COSTA, Joel Lobato; SOUSA, Yasmin Martins. Representações Sociais de Familiares de Pacientes Pediátricos Fora de Possibilidades Terapêuticas Atuais. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental**, 11(3):641-64, 2019.

SOLAR, Orielle; IRWIN, Alec. *A conceptual framework for action on the social determinants of health*. **Social Determinants of Health. Discussion Paper 2** (Policy and Practice). Geneva: WHO, 2010.

TOLY, Valerie Boebel; MUSIL, Carol M.; CARL, John C. *Families With Children Who Are Technology-Dependent: Normalization and Family Functioning*. **Western Journal of Nursing Research**, 34(1):52-71, 2012.

URSI, Elisabeth Silva; GAVÃO, Cristina Maria. *Perioperative prevention of skin injury: an integrative literature review*, **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, 14(1):124-31, 2006.

ZANELLO, Elisa; CALUGI, Simona; RUCCI, Paola; PIERI, Giulia; VANDINI, Silva; FALDELLA, Giacomo; FANTINI, Maria Pia. *Continuity of care in children with special healthcare needs: a qualitative study of family's perspectives*. **Italian Journal of Pediatrics**, 41:7, 2015.

ZUURMOND, Maria; Banion, David O'; GLADSTONE, Melissa; CARSAMAR, Sandra; KERAC, Marko; BALTUSSEN, Marjolein; CALLY, Than. *Evaluating the impact of a community-based parent training programme for children with cerebral palsy in Ghana*. **PLoS ONE**, 13(9):e0202096, 2018.

WHITTEMORE, R.; KNAFL, K. *The integrative review: updated methodology*. **Journal of Advanced Nursing**, 52(5):546-53, 2017, 2005.

7

Análise do grau de conhecimento e utilização da contabilidade de custos como ferramenta na formação do preço de venda: um levantamento em empresas informais do setor de alimentação em Esperantina – PI¹

**Renata Sampaio Chaves²
Larissa Sepúlveda de Andrade Ribeiro³
Elenn Andrade Sousa⁴**

INTRODUÇÃO

A população ocupada informalmente voltou a crescer após a crise econômica decorrente da pandemia da Covid-19. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de informalidade alcançou 39,6% no primeiro trimestre do ano de 2021 no Brasil e 40,6% no segundo trimestre, isto significa que, das 87,7 milhões de pessoas ocupadas, cerca de 35,6 milhões trabalham informalmente (IBGE, 2021).

Este número expressivo é preocupante, visto que, evidencia um contingente populacional a margem da proteção social. Ou seja, representa milhões de trabalhadores sem acesso a direitos como

1 Trabalho apresentado no 2º Congresso Brasileiro Ciência e Sociedade (CBCS 2021), promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 04 a 07 de outubro de 2021, em Teresina-PI.

2 Formanda do curso de ciências contábeis, da Universidade Estadual do Piauí- UESPI.

3 Mestre em Controladoria-UFC, professora efetiva do curso de Ciências Contábeis UNIFSA e UESPI.

4 Formanda do curso de ciências contábeis, da Universidade Estadual do Piauí- UESPI.

auxílio-doença, licença maternidade, férias anuais remuneradas, seguro-desemprego e entre outros. “[...] são esses os mecanismos de proteção social com os quais os trabalhadores formais podem contar neste momento de pandemia, e os informais, não.” (UFRGS, 2020).

Contudo, a pandemia da Covid-19 tornou-se apenas um agravante para um problema já crescente no país, uma vez que, a taxa de informalidade já atingiu o pico de 41,4% no penúltimo trimestre de 2019 (IBGE, 2021). Assim, fatores que levam à informalidade como a crise econômica e a pobreza contribuíram para o retorno progressivo desse índice, pois uma parcela da população perdeu ou obteve sua renda reduzida e a retomada da economia após a crise tem beneficiado em sua maioria os setores mais formalizados e que contratam trabalhadores com maior nível de instrução. (PESSOA, 2021)

Deste modo, a falta de instrução também pode impedir que os trabalhadores alcancem bons resultados ao gerirem seu próprio negócio, em virtude da necessidade de conhecimento financeiro. Resende (2013) aponta que a ausência de informações sobre os custos e o mercado em que atuam torna a definição do preço de venda uma tarefa difícil para os empresários, isso influencia diretamente na incorrência de prejuízo e inviabilização de um empreendimento.

Assim, o conhecimento da contabilidade de custos é importante na gestão de uma entidade, seja grande ou pequena, pois fornece informações que auxiliam no controle dos gastos, na tomada de decisões e no conhecimento do lucro ou prejuízo decorrente das atividades operacionais da empresa (CREPALDI, 2018). Para Leone (2010), muitos gestores não utilizam as informações contábeis porque não conhecem o modo como elas são organizadas e seus potenciais. Porém, com o uso de recursos como planilhas, anotações para controle e cálculos simples torna-se possível atingir objetivos e metas necessários para identificar e determinar os custos dos

produtos e serviços, o que contribui, por exemplo, com a formação do preço, manutenção e crescimento da empresa.

Partindo desse contexto, surge o seguinte questionamento: diante do crescimento da economia informal, qual é o grau de conhecimento e utilização das informações de custos no processo de formação do preço nas empresas não formalizadas do setor de alimentação?

Para alcançar a resposta deste problema, a pesquisa objetiva identificar o nível de conhecimento e utilização da contabilidade de custos na formação do preço de venda pelas empresas não formalizadas do setor de alimentação, através dos objetivos específicos de analisar o perfil das empresas e trabalhadores informais que atuam no setor de alimentação na cidade de Esperantina – PI e relacionar os métodos utilizados por essas empresas na formação do preço.

O estudo justifica-se em razão do desempenho das empresas informais em relação à economia brasileira. Dado que, estas entidades operam em pequena escala e com baixo nível de organização, contudo, movimentaram, conforme estimativas, o equivalente a 17,1% do PIB do Brasil em 2020. Desta maneira, um dos motivos que levam às pessoas a trabalharem na economia informal, além da falta de emprego com carteira assinada, é evitar os custos decorrentes das normas de cada atividade, entretanto, ao se utilizar de ferramentas eficazes é possível obter resultados satisfatórios financeiramente, o que possibilita o alcance de objetivos capazes de reduzir a informalidade (ETCO, 2020).

METODOLOGIA

Por ter como objetivo principal identificar o grau de conhecimento e utilização da contabilidade de custos na formação do preço de venda em empresas informais do setor de alimentação, esta pesquisa classifica-se como exploratória. Quanto aos procedimentos, foram utilizadas pesquisas bibliográfica e de levantamento de dados.

Em relação à abordagem, é considerada quali-quantitativa, uma vez que, une dados qualitativos e quantitativos.

A população da pesquisa é formada pelas empresas informais da cidade de Esperantina localizada na região norte do Piauí, por tratar-se de um segmento informal, não há estudos que informem a quantidade destas empresas no município. Ainda assim,

possível estimar que seja uma população significativa, em virtude da taxa de informalidade da população ocupada piauiense no segundo trimestre de 2021 ter sido de 56,9%, sendo assim, a quarta maior taxa do país (IBGE,2021). Para delimitar esta população, foram selecionadas empresas informais que oferecem serviços de alimentação no município.

Deste modo, por haver limitação de informação sobre a quantidade da população, a amostra foi selecionada de forma aleatória. Sendo contatadas 68 empresas que não possuem CNPJ, entre os dias 12 e 14 de agosto, das quais 58 por meio dos perfis comerciais em redes sociais e 10 de forma presencial. Para a coleta de dados de forma online, o questionário foi disponibilizado na plataforma Google Formulários, onde 22 empresas preencheram as informações requeridas, e para a coleta presencialmente foram escolhidos 10 empregadores e/ou trabalhadores independentes localizados no centro da cidade e em dois bairros situados na região central de Esperantina. Obtendo ao final da pesquisa 32 respondentes.

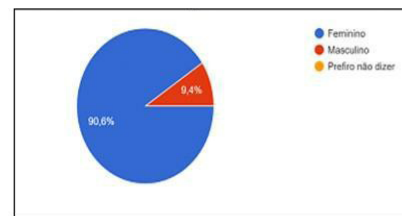
A coleta de dados da pesquisa foi realizada por meio de um questionário contendo 20 perguntas, aplicado presencialmente e disponibilizado em meio eletrônico através da plataforma Google Formulários, sendo compartilhado em perfis comerciais nas redes sociais WhatsApp e Instagram das empresas selecionadas. O meio eletrônico foi preferencialmente utilizado em decorrência das medidas de isolamento social como forma de combate a proliferação do coronavírus, e quando aplicado presencialmente fez-se uso de equipamento de proteção individual e distanciamento.

RESULTADOS

As questões elaboradas buscaram identificar, através dos 32 respondentes, o perfil dos trabalhadores e empresas que se encontram na informalidade e o nível de uso e conhecimento deles sobre a contabilidade de custos como ferramenta na formação do preço de venda dos seus produtos.

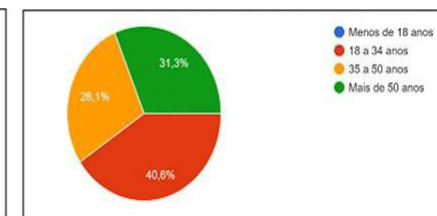
Assim, os gráficos 1 e 2 apresentam a identidade de gênero e faixa etária dos trabalhadores informais.

Gráfico 1: Identidade de gênero dos trabalhadores informais



Fonte: Elaborada pela autora (2021)

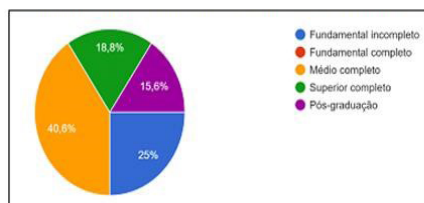
Gráfico 2: Faixa etária dos trabalhadores informais



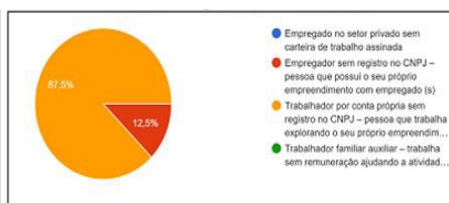
Fonte: Elaborada pela autora (2021)

O gráfico 1 mostra que 29 trabalhadores informais são do gênero feminino e três masculinos. Este resultado evidencia que as mulheres estão mais suscetíveis ao mercado de trabalho informal em atividades “tradicionalmente femininas”, como é o caso do setor alimentício (OIT, 2012). Verifica-se no gráfico 2, que 13 trabalhadores informais têm entre 18 e 34 anos, 10 possuem mais de 50 anos, 9 estão inseridos na faixa etária de 35 a 50 anos e nenhum possui menos de 18 anos. Essa presença dominante dos mais jovens pode ser justificada pela baixa qualificação e inexperiência que os impedem de ingressar no mercado de trabalho formal (BRASIL, 2021). Entretanto, destaca-se a grande participação de adultos com mais de 50 anos neste segmento.

Nos gráficos 3 e 4 a seguir, são relacionados os níveis de escolaridade e categorias de trabalho informal dos respondentes.

Gráfico 3: Nível de escolaridade dos trabalhadores informais

Fonte: Elaborada pela autora (2021)

Gráfico 4: Categorias de trabalho informal

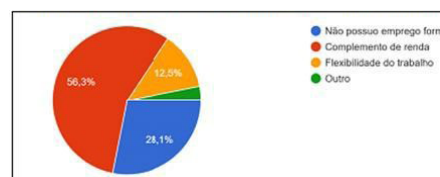
Fonte: Elaborada pela autora (2021)

Na terceira pergunta feita aos trabalhadores informais buscou-se saber, dentre as opções, qual alternativa melhor se encaixava no nível de escolaridade deles. Assim: 13 afirmam possuir o ensino médio completo, 08 pessoas com fundamental incompleto, 06 possuem o superior completo e 05 que fizeram algum tipo de pós-graduação. É possível identificar que a maioria tem até o ensino médio completo, resultado que chama atenção, visto que, esperava-se uma porcentagem maior de pessoas com baixa qualificação, pois isto caracteriza um dos fatores que contribui para a existência da informalidade. Além disso, pode-se destacar a participação significativa de pessoas com ensino superior e pós-graduação na economia informal.

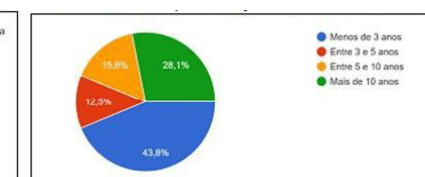
O gráfico 4 apresenta as categorias de trabalhadores informais conforme a classificação proposta pelo IBGE (2021), excetuando-se os empregados domésticos sem carteira de trabalho assinada, pois não realizam a atividade econômica retratada nesta pesquisa. Neste gráfico identifica-se a presença de apenas duas categorias, isto se deu em decorrência do direcionamento da pesquisa às empresas informais. Assim sendo, 04 dos respondentes são empregadores sem registro no CNPJ, 28 são trabalhadores por conta própria sem cadastro no CNPJ, são pessoas que trabalham explorando o seu próprio empreendimento, com sócio ou não, sem empregado ou contando com a ajuda do trabalhador familiar auxiliar, o que reflete

a característica de operação em pequena escala das empresas informais.

A seguir, nos gráficos 5 e 6, pode-se verificar alguns motivos pelos quais as pessoas questionadas trabalham no setor informal e o tempo de atuação delas.

Gráfico 5: Motivos pelos quais trabalha na economia informal

Fonte: Elaborada pela autora (2021)

Gráfico 6: Tempo de atuação na economia informal

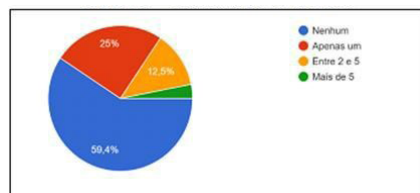
Fonte: Elaborada pela autora (2021)

O gráfico 5 identifica o complemento de renda como o maior motivo para as pessoas pesquisadas atuarem na economia informal com 18 indivíduos, seguido da falta de emprego formal composta por 09 respostas e a possibilidade de flexibilidade do trabalho foi o motivo retratado por 04 pessoas. A opção “Outro” foi escolhida por apenas 01 pessoa, o motivo retratado é a falta de condições financeiras para a formalização do negócio. Em relação ao tempo de atuação das empresas na economia informal, o gráfico 6 exibe que 14 empresas operam na informalidade há menos de 03 anos, 09 entidades há mais de 10, 06 empresas atuam entre 5 e 10, e 04 estabelecimentos operam entre 3 e 5 anos. Este resultado demonstra um fechamento prematuro desses empreendimentos.

Em seguida, os gráficos 7 e 8 exibem a quantidade de funcionários nas empresas e a contribuição previdenciária como autônomo.

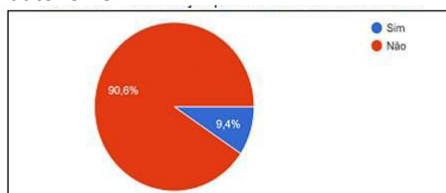
O resultado demonstra que 19 delas, não possuem funcionários, 08 apenas um funcionário, 04 tem entre dois e cinco

Gráfico 7: Quantidade de funcionários



Fonte: Elaborada pela autora (2021)

Gráfico 8: Contribuição previdenciária como autônomo



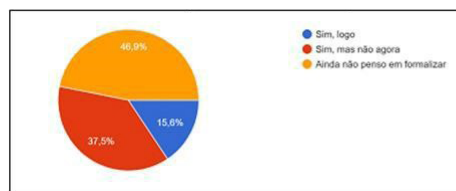
Fonte: Elaborada pela autora (2021)

e apenas uma empresa conta com a colaboração de mais de cinco funcionários. Ao comparar os resultados do gráfico acima com do gráfico 4, pode-se estabelecer uma relação entre os percentuais, a maioria dos respondentes classificou-se como trabalhador independente, ou seja, não conta com funcionários ou apenas com a ajuda do trabalhador familiar auxiliar.

Dos 32 respondentes, apenas 3 contribuem para a previdência como autônomos, enquanto 29 indivíduos afirmam não contribuir. Este resultado enfatiza o significativo número de pessoas que não desfrutam da proteção social.

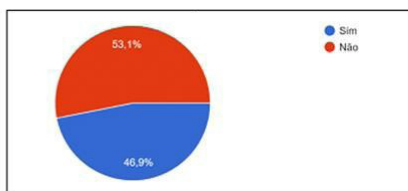
Em seguida, os gráficos 9 e 10 exibem as respostas sobre o objetivo de formalizar a empresa e a realização de controle financeiro.

Gráfico 9: Objetivo de formalizar a empresa



Fonte: Elaborada pela autora (2021)

Gráfico 10: Realização de controle financeiro



Fonte: Elaborada pela autora (2021)

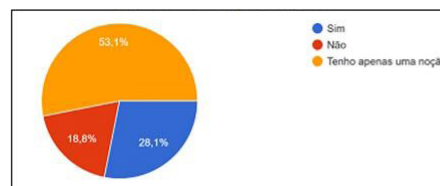
Ao serem questionados sobre o objetivo de formalizarem suas empresas, 15 responderam que não pensam em formalizar dos trabalhadores informais, 12 têm como objetivo futuro e 05 gestores

têm intenção de registrar a empresa em um curto prazo de tempo. Dentre as empresas pesquisadas, 17 não realizam nenhum tipo de controle financeiro e 15 afirmam realizar algum tipo de controle.

A questão seguinte foi direcionada apenas para aqueles que responderam de forma positiva, assim, buscou-se saber que tipo de controle financeiro eles realizavam. As técnicas de controle financeiro relatadas foram: a confecção de planilhas de controle de mercadoria e com registro de entradas e saídas, anotação dos gastos e registro apenas de entradas. De certa forma, caracterizam-se como prática da contabilidade, mesmo de que forma inconsciente, posto que, essa ciência tem a função de registrar e controlar as informações financeiras das pessoas físicas e jurídicas.

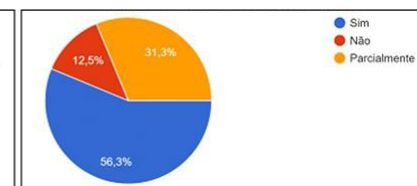
Adiante, os gráficos 11 e 12 demonstram a percepção do lucro mensal por parte das empresas e o controle sobre seus gastos mensais.

Gráfico 11: Percepção do lucro mensal



Fonte: Elaborada pela autora (2021)

Gráfico 12: Controle dos gastos mensais



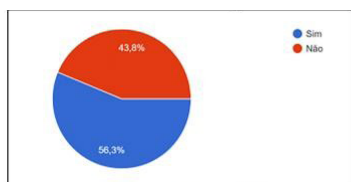
Fonte: Elaborada pela autora (2021)

Utilizando-se ou não das técnicas de controle financeiro, 17 empresas relataram ter apenas uma noção do seu lucro mensal, enquanto, 09 afirmam ter conhecimento desse valor e 06 não sabem quanto possui de lucro. Deste modo, é notável que a forma como é realizado o controle financeiro ainda não permite que estas empresas conheçam completamente o ganho obtido através das vendas. No tocante ao controle dos gastos mensais, 18 empresas afirmam ter controle do que gastam mensalmente, 10 entidades, realizam

parcialmente este monitoramento e 04 não tem controle algum dos seus custos e despesas.

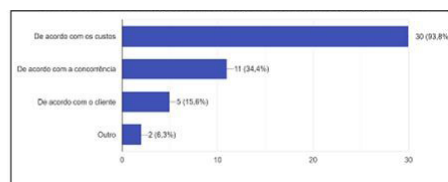
Com um resultado positivo em relação ao controle dos gastos mensais, procurou-se saber dos respondentes, se estes sabiam a diferença entre custos e despesas, como pode ser observado no gráfico 13 logo abaixo e as informações utilizadas no cálculo do preço de venda no gráfico 14.

Gráfico 13: Conhecimento acerca da diferença entre custos e despesas



Fonte: Elaborada pela autora (2021)

Gráfico 14: Informações utilizadas para o cálculo do preço de venda



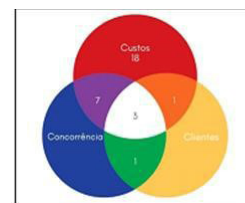
Fonte: Elaborada pela autora (2021)

A maior parte dos respondentes, 18 deles afirmam saber a diferença entre custos e despesas, enquanto 14 responderam que não sabiam.

Das 32 empresas, 30 calculam o preço de venda baseando-se nos custos de produção, 11 calculam usando como base a concorrência, apenas 5 empresas baseiam-se pelos clientes, e 2 utilizam outros dados. As duas empresas que responderam “Outro” foram questionadas sobre quais informações utilizam para calcular os preços, a primeira respondeu que se baseia pela demanda e a segunda coloca o preço de forma aleatória. Nesta questão, os respondentes foram informados de que poderiam escolher mais de uma opção, caso utilizassem mais de uma informação em seus cálculos. Para melhor visualizar a combinação de seleções, estas foram organizadas em um diagrama de Venn, onde os conjuntos estão representados no gráfico 15 a seguir. E o gráfico 16 mostra os

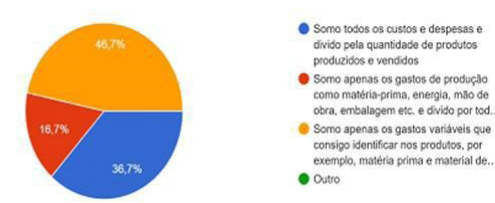
resultados obtidos sobre o tratamento dado aos gastos na formação do preço.

Gráfico 15: Conjunto de informações utilizadas no cálculo do preço



Fonte: Elaborada pela autora (2021)

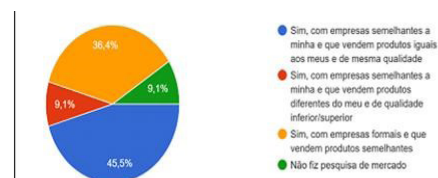
Gráfico 16: Tratamento dado aos custos e despesas na formação do preço



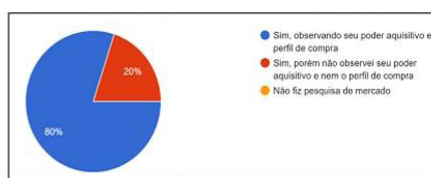
Fonte: Elaborada pela autora (2021)

Das três opções dadas, a única aplicada exclusivamente foi a de acordo com custos, sendo empregada por 18 empresas, todas as outras são utilizadas em combinação. A concorrência é usada em conjunto com os custos por 07 empresas e por apenas uma quando combina-se com as informações baseadas pelos clientes, estas por sua vez, são as menos utilizadas pelas empresas, somente uma entidade as aplicam em conjunto com os custos. E apenas 03 empresas calculam seus preços de venda observando as três variáveis, que é a melhor opção a ser considerada, já que os custos entregam as informações financeiras necessárias e a concorrência e os clientes fornecem os dados sobre o mercado onde atuam. Além disso, das empresas que utilizam outros métodos, somente a que se baseia pela demanda utiliza outra informação para calcular o preço, que é a baseada nos custos. Assim, das 30 empresas que afirmaram calcular o preço de acordo com os custos, 14 apropriam apenas os custos e despesas variáveis aos produtos, 11 apropriam todos os custos e despesas e cinco apropriam apenas os custos diretos.

Os gráficos 17 e 18 revelam os resultados sobre a realização da pesquisa de mercado junto à concorrência e aos clientes.

Gráfico 17: Realização da pesquisa de mercado junto à concorrência

Fonte: Elaborada pela autora (2021)

Gráfico 18: Realização de pesquisa de mercado junto aos clientes

Fonte: Elaborada pela autora (2021)

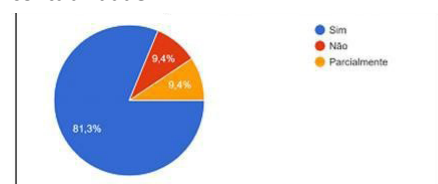
Quando perguntadas sobre pesquisa de mercado 05 empresas que calculam o preço de acordo com a concorrência responderam que fizeram a pesquisa com empresas semelhantes e que vendem produtos iguais e de mesma qualidade aos delas.

Enquanto, 04 realizaram a consulta com empresas formais e que vendem produtos semelhantes. Uma empresa averiguou negócios semelhantes ao seu, porém com produtos de qualidade inferior ou superior aos que ela comercializa, e apenas uma empresa respondeu não ter realizado pesquisa de mercado.

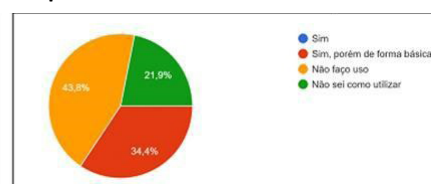
Ao se fazer a pesquisa de mercado junto aos clientes, quatro empresas observaram o poder aquisitivo e o perfil de compra de possíveis consumidores e apenas uma não avaliou estes aspectos.

O gráfico 19 apresenta a importância dada à contabilidade para manutenção e crescimento das empresas e no 20 sobre o uso dela por parte das empresas pesquisadas.

A penúltima pergunta do questionário foi a respeito da opinião das empresas e trabalhadores informais sobre a importância da

Gráfico 19: Importância atribuída à contabilidade

Fonte: Elaborada pela autora (2021)

Gráfico 20: Uso da contabilidade na empresa

Fonte: Elaborada pela autora (2021)

contabilidade para a manutenção e crescimento de suas empresas. A maioria, 26 empresas, julgam a contabilidade como uma ferramenta importante, enquanto 03 empresas consideram parcialmente a sua relevância e, por fim, outras 03 empresas, não acham que o uso da ciência contábil contribua para a continuidade e desenvolvimento do seu empreendimento.

Quando questionadas sobre o emprego da contabilidade, 14 empresas afirmaram não fazer uso, 11 informaram utilizar, porém de forma básica, ao passo que, 07 declaram não saber como usar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contabilidade de custos fornece informações essenciais para o controle e tomada de decisões das empresas em busca de resultados satisfatórios para a manutenção e crescimento das entidades, como é o caso da formação do preço de venda com base nos custos. Deste modo, ao constatar o aumento do número de empresas informais, surgiu o problema de pesquisa que busca descobrir o grau de conhecimento e utilização das informações de custos no processo de formação do preço das empresas não formalizadas do setor de alimentação.

Os dados coletados na pesquisa proporcionaram a análise do perfil das empresas e trabalhadores informais que atuam no setor de alimentação na cidade de Esperantina – PI. Essa categoria é composta, em sua maioria, por mulheres jovens de 18 a 34 anos, com nível de escolaridade até o ensino médio completo, não contribuem para a previdência, classificam-se como trabalhadores por conta própria sem registro no CNPJ e adentraram na informalidade com o objetivo de complementar sua renda. As empresas, em grande parte, não contam com a colaboração de funcionários, estão na informalidade há menos de três anos e não pretendem ser formalizadas.

Além disso, o estudo prático permitiu atingir o objetivo geral que responde diretamente o problema da pesquisa. Das 32 empresas que responderam ao questionário, apenas 15 realiza algum tipo de controle financeiro, que em maior parte, consiste na elaboração de planilhas com informações de entrada e saída de caixa e anotação dos gastos. Em razão disso, 53,1% das empresas têm apenas uma noção do lucro mensal. Ainda assim, a utilização dos custos de produção para formação do preço de venda é a mais comum dentre as empresas pesquisadas, e é usada, exclusivamente, por 18 delas, e por outras 12 empresas em combinação com as informações de mercado e demanda.

No que concerne ao conhecimento destas pessoas acerca da contabilidade de custos, foi perceptível uma limitação da pesquisa, o levantamento considera as opiniões que os indivíduos têm de si próprios em relação ao que é questionado as respostas obtidas, portanto, são subjetivas. Neste caso, 56,3% das pessoas responderam que sabem a diferença entre custos e despesas, contudo, não há como identificar se essa distinção percebida está correta ou não, entretanto, reconhecem que há uma diferença entre os dois termos. Logo, é perceptível um conhecimento moderado do que é a contabilidade de custos, visto que, 43,8% dos respondentes afirmam não realizar a contabilidade de sua empresa, ou seja, não reconhecem que a formação do preço de venda com base nos custos de produção, o registro e controle das informações, já realizados por eles, caracteriza o uso dessa ciência. Além dos 21,9% que informaram não fazer uso da contabilidade, por não saber como utilizar. Todavia, 34,4% conseguem perceber que, mesmo de forma básica, a realizam. A contabilidade é a ciência que registra, interpreta, controla e estuda todos os acontecimentos que afetam o patrimônio, sendo assim, ao realizarem qualquer tipo de controle financeiro em suas empresas, ao calcularem o preço de venda, por exemplo, estas pessoas estão

praticando, ainda que de forma básica, as principais funções da ciência contábil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Fazenda. Secretaria de Política Econômica. **Nota Técnica. Juventude e informalidade no Brasil: é possível reduzir as barreiras à entrada no mercado formal de trabalho?** Brasília, 2021.

CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. **Contabilidade de Custos**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ÉTICA CONCORRENCIAL. **Economia Subterrânea** - Estudo do ETCO e do Ibre/FGV acompanha o mercado informal no País. 2020. Disponível em: <https://www.etc.org.br/projetos/economia-subterranea/>. Acesso em: 09 de fev. de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Indicadores mensais produzidos com informações do trimestre móvel terminado em junho de 2021**. 2021. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_media/ibge/arquivos/e23be0cd6ced9386a46618b04335028.pdf. Acesso em 07 de set. de 2021.

LEONE, George Sebastião Guerra; LEONE, Rodrigo José Guerra. **Curso de contabilidade de custos**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **A economia informal e o trabalho digno: guia de recursos sobre as políticas. Apoiar a transição para a formalidade**. 2012. Tradução Gabinete de Estratégia e Planejamento Português. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_policy/documents/publication/wcms_458912.pdf. Acesso em: 20 de abr. de 2021.

PESSOA, Samuel de Abreu. **Pandemia e crise econômica**: primeiro ano. BLOG DO IBRE, de jun. de 2021. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/pandemia-e-crise-economica-primeiro-ano>. Acesso em: 29 de jul. de 2021.

RESENDE, José Flávio Bomtempo et. al. **Como elaborar o preço de venda**. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Impacto da pandemia no trabalho informal**. 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ifch/index.php/br/impacto-da-pandemia-no-trabalho-informal>. Acesso em: 26 de jul. de 2021.



A tecnologia no cotidiano de trabalho do/a assistente social: relato de experiência de residentes em saúde da família e comunidade

Adrieli de Sousa Lima¹
Rayssa Almeida da Silva Barbosa²
Izabel Herika Gomes Matias Cronemberger³
Sâmia Luiza Coêlho da Silva⁴

INTRODUÇÃO

Com a pandemia de covid-19 e as medidas de distanciamento social, muitos profissionais se viram desafiados de como atuar em seus espaços de trabalho ou dar seguimento fora destes. Tal realidade não foi diferente para as assistentes sociais que compõem a categoria de Serviço Social do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade (PRMSFC) da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), pois com o decreto do estado de calamidade pública, foram afastadas de seus campos presenciais, à época, respectivamente, as

1 Assistente Social. Residente Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade.
E-mail: adrieli.ma@outlook.com

2 Assistente Social. Residente Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade.
Especialista em Gestão Social, Universidade Norte do Paraná (UNOPAR).
E-mail: rayssa.alb@hotmail.com

3 Assistente Social, CAPSi/CEIR. Especialista em Administração em Recursos Humanos
Universidade Federal do Piauí (UFPI). Mestre e Doutora em Políticas Públicas, Universidade
Federal do Piauí (UFPI). Docente do Centro Universitário Santo Agostinho. Preceptora da
categoria de Serviço Social do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família
e Comunidade (PRMSFC). E-mail: izabel_herika@hotmail.com

4 Assistente Social, CES. Especialista em Gestão Social, Faculdade Ademar Rosado. Mestre e
Doutora em Políticas Públicas, Universidade Federal do Piauí. Docente da Faculdade São José.
Preceptora da categoria de Serviço Social do Programa de Residência Multiprofissional em
Saúde da Família e Comunidade (PRMSFC). E-mail: samialuiza@hotmail.com

Unidades Básicas de Saúde (UBS) e os Núcleos Ampliados de Saúde da Família (NASF), e diante desse contexto viram-se instigadas a repensar sua atuação profissional e estratégias de como fazê-la de via remota.

Dado isso, a categoria se propôs à utilização dos meios virtuais para a continuidade de seu processo de trabalho, visto que as expressões da questão social não cessam e neste novo cenário, tornaram-se explícitas e agravaram-se ainda mais.

Dentre as ferramentas tecnológicas utilizadas pelas profissionais, as principais foram: vídeos, materiais informativos online, aplicativos de edição, aplicativos de mensagens, plataformas virtuais de reuniões, aplicativos de dinâmicas virtuais, dentre outros. O uso destas deu-se segundo o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social e as notas orientativas expedidas pelo seu respectivo conselho profissional, prezando por suas atribuições privativas e competências profissionais. Embora determinadas ferramentas serem bastante conhecidas, como por exemplo os aplicativos de mensagem - WhatsApp e E-mail, muitas demandaram das assistentes sociais o aprendizado e o domínio dessas tecnologias (SILVA, 2003).

Nesse aspecto, o presente artigo visa discorrer sobre como essas novas tecnologias proporcionaram um fazer profissional diferenciado de assistentes sociais que tiveram de se adaptar ao novo cenário. Além disso, objetiva relatar as dificuldades e os desafios vivenciados por estes profissionais, tal qual descrever os benefícios proporcionados por estas, que foram essenciais para dar seguimento a sua atuação.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho trata-se de um relato de experiência sobre as estratégias utilizadas pela categoria de Serviço Social do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade

da Universidade Estadual do Piauí no contexto pandêmico. Este programa constitui-se em uma modalidade de pós-graduação Lato Sensu, em regime de tempo integral, caracterizando-se como educação para o trabalho, através da aprendizagem em serviço, com foco nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e os Núcleos Ampliados de Saúde da Família (NASF).

Com o advento da pandemia a Organização Pan-Americana da Saúde (2020) estabeleceu algumas alterações que deveriam ocorrer nos serviços para conter a propagação do vírus, o que alterou o campo de trabalho das residentes, necessitando, portanto, traçar novas metodologias para assegurar a continuidade da oferta de serviços e ações em saúde para a população do Município de Teresina, de acordo, com as atribuições e competências profissionais.

A alternativa foi ressignificar a atuação profissional por meio do uso das ferramentas tecnológicas. Indubitavelmente, a tecnologia transformou-se em um elemento indispensável, apresentando-se como uma grande aliada no cenário pandêmico estreitando os laços entre a população e a categoria.

Para isso, inicialmente as profissionais fizeram uma busca das principais ferramentas existentes e mais adequadas para a realidade dos usuários. Dentre as principais alternativas encontradas, para os atendimentos individuais, foram adotadas: Google Forms, ligações telefônicas, vídeo chamada, WhatsApp, SMS, e e-mail.

No contexto das ferramentas citadas, registra-se que para os atendimentos individualizados está presente na atuação das/dos profissionais do Serviço Social o caráter pedagógico/sócio educativo que possibilita a orientação à população sobre seus direitos, serviços, benefícios, educações em saúde, entre outros, exigindo, conseqüentemente, uma abordagem mais ampla para atingir um maior número de pessoas. Para isso fez uso de vídeos, manuais, cartazes virtuais; para as reuniões, palestras e rodas de conversas

utilizou-se de plataformas virtuais como o Google Meet, Zoom e Microsoft Teams; e para criação de blogs o site Blogspot⁵.

Essa situação ora descrita ressaltou o papel fundamental da tecnologia no trabalho da categoria, levando os profissionais a descobrirem, utilizarem e até mesmo criarem ferramentas importantes a fim de suprir as necessidades atuais, considerando sua instrumentalidade e o respaldo ético em sua práxis profissional.

Nesse diapasão e tendo por base a exposição das estratégias utilizadas, apontar-se-á a seguir mais detalhadamente os benefícios e inúmeros desafios no decorrer desse processo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pandemia no Brasil afetou o modo de vida da população em diversas áreas, como: saúde, economia, convívio social, entre outros, agravando as mazelas já existentes no país. Neste contexto, de acordo com Santos et al. (2020) as iniquidades sociais fortaleceram as injustiças e desigualdades. Essas iniquidades são fruto dos contextos culturais, sociopolítico, econômico e biopsicossociais em que estão inseridos os sujeitos.

Portanto, em meio ao agravamento da questão social e consequentemente das iniquidades a atuação dos(as) Assistentes Sociais torna-se imprescindível nesse cenário. Por essa razão, a categoria de Serviço Social do PRMSFC buscou alternativas para assegurar a continuidade dos serviços, tomando por base o Código de Ética que norteia o fazer profissional, sendo um dos seus princípios o “[...] posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática” (BARROCO, 2012, p. 127).

⁵ O Blog criado pela referida categoria e intitulado como “Categoria de Serviço Social em Foco” tem como intuito principal promover a disseminação de informações e registrar os momentos, vivências e demais atividades desenvolvidas nesse processo de residência, sendo o seu link: www.catservicosocialemfoco.blogspot.com/

Ademais, a atuação das profissionais tomou como respaldo legal, também presente no Código de Ética, o dever de “participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades” (BARROCO, 2012, p. 158).

Essa continuidade dos serviços ofertados a população ocorreu de diversas maneiras, podendo ser divididas, para melhor compreensão, em 04 vertentes, sendo elas: os estudos pormenorizados da situação; a elaboração de materiais informativos (Cartazes Virtuais, Blogs, Manuais, Cartilhas), o atendimento direto ao usuário por meio das tecnologias (WhatsApp, E-mail, Google Forms, Ligação, Vídeo Chamada, SMS) e por fim as ações em grupos, rodas de conversa ou palestras (Google Meet, Zoom e Microsoft Teams).

Inicialmente, para compreender todas as transmutações que ocorriam tornou-se imprescindível que a categoria profissional realizasse estudos pormenorizados com intuito de conhecer a fundo as estratégias de prevenção da doença; os serviços, benefícios e funcionamentos das instituições; as estratégias que surgiam no meio profissional para dar continuidade à atuação; entre outros.

Através desse movimento de conhecer com profundidade a realidade despontou os primeiros materiais utilizando as ferramentas tecnológicas elaborado pela categoria, como: os vídeos informativos sendo eles: 1) Serviço Social no contexto pandêmico; 2) orientações sobre serviços e benefícios diante da pandemia de Covid-19; 3) orientações sobre o Plantão – Orientação Social; e 4) orientações sobre como acessar o material informativo “Alguns dispositivos para atendimento em serviços de psicologia no município de Teresina”.

Outra contribuição relevante foi a elaboração do manual “Serviço Social em Tempos de Pandemia”. O presente material constitui-se como fruto de uma construção realizada a partir de informações confiáveis e atuais, e objetiva disponibilizar de maneira concisa e eficiente, os novos serviços que estão surgindo em nosso

país, mais especificamente para o Estado do Piauí e para o município de Teresina, no âmbito da: Assistência Social, Previdência, Questões Tributárias, Saúde, Educação e outros. O material visa agregar, ao trabalho dos profissionais de Serviço Social e a população, referências acerca desse cenário de crise epidemiológica.

Ademais, diante das demandas e das necessidades de articulação em rede, após a construção do manual supracitado, que está constantemente atualizado com os mais diversos serviços da rede, compreendeu-se a relevância da elaboração de dois materiais voltados para o campo da saúde mental, o primeiro com os dispositivos existentes no município de Teresina para atendimento gratuito ou com tarifa social em serviços de psicologia. O segundo material tratou-se de um compilado com alguns dos principais serviços ofertados pela Rede de Atenção Psicossocial no município de Teresina.

É importante mencionar que esses materiais são de extrema relevância no atual cenário, pois, de acordo com Ornell et al. (2020), os pacientes infectados com Covid-19 ou com suspeita podem sofrer intensas reações emocionais e comportamentais, como medo, solidão, ansiedade, insônia ou raiva, e tais situações podem evoluir para transtornos necessitando, portanto, do conhecimento desses serviços.

Além dos materiais citados foram produzidos também vídeos sobre saúde mental e valorização da vida e cartilhas virtuais com temas variados, como: Dicas para o retorno das atividades presenciais; Como emitir os documentos pessoais de maneira online; Combatendo a Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, entre outros. Cabe ressaltar que todos os materiais produzidos utilizam diversos recursos tecnológicos para facilitar o uso pela população, como por exemplo, os links clicáveis.

Com relação ao atendimento direto ao usuário a categoria desenvolveu o Plantão – Orientação Social com o auxílio das

ferramentas tecnológicas. Este serviço consiste em realizar atendimentos individuais na modalidade virtual, com orientações qualificadas sobre auxílios, benefícios, serviços e ações no âmbito social e destinado para os usuários que passam por situações de vulnerabilidade e/ou risco social.

Esta modalidade de serviço propiciou ao público facilidade na busca de orientações sociais e também a continuidade dos atendimentos sociais, em meio a suspensão de diversos serviços na pandemia. Para acessar o Plantão o usuário deve preencher um formulário criado no Google Forms, colocando algumas informações pessoais, posteriormente as Assistentes Sociais entram em contato com o usuário via WhatsApp, ligação e realizam o atendimento do usuário.

Outro ponto desafiador no contexto pandêmico foi com relação a condução de reuniões, palestras e rodas de conversas com os usuários, tendo em vista que de acordo com as medidas de biossegurança expedidas pelos organismos nacionais e internacionais a aglomeração de pessoas e grupos estava vedada para evitar a proliferação e contaminação das pessoas com o vírus.

Porém, graças as tecnologias digitais de informação e comunicação, como: Google Meet, Zoom, Google Teams, foram realizadas diversas rodas de conversa com grupos de alunos, idosos, famílias, adolescentes, entre outros, proporcionando momentos de compartilhamento de informações, socialização de vivências e prevenindo o adoecimento dos participantes, tendo em vista que tais momentos ocorriam na modalidade remota.

Até o presente momento se ressalta aspectos positivos que essas tecnologias tiveram frente as iniquidades provocadas pela pandemia. Entretanto, deve-se frisar que o processo apresentou inúmeros desafios em sua execução, os quais serão detalhados a seguir.

O primeiro desafio consiste na dificuldade do profissional em se apropriar das novas tecnologias que foram surgindo, ou seja, reinventar sua prática profissional. O segundo impasse está relacionado ao acesso da população mais vulnerável as metodologias supracitadas, pois além da maioria dos usuários não apresentarem recursos tecnológicos para acessar os serviços, como celulares e internet, a população apresenta dificuldade para manusear as tecnologias conforme afirma Santos et al. (2020, p.800):

Recorda-se que as relações sociais entre indivíduos e suas comunidades sociais, em virtude das medidas de enfrentamento diante da pandemia, podem ter sido alteradas. O uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação foram amplamente disseminadas para propagação das estratégias de prevenção, informação e entretenimento. Contudo, nem todas as populações obtiveram acesso de forma igualitária e integral à internet ou dispositivos eletrônicos.

Neste sentido, as iniquidades sociais desveladas pela pandemia revelam a importância dos profissionais estarem preparados para o novo, e para o desenvolvimento de estratégias. Entretanto, essas estratégias necessitam ser mais abrangentes para acolher às demandas das populações mais afetadas, como por exemplo: as pessoas em situação de rua, ou os usuários que não possuem nenhum tipo de recurso tecnológico para acessar o serviço. Para isso é necessário que ocorra o fortalecimento do Estado na minimização das iniquidades sociais por meio de políticas transversais de modo a garantir a universalidade e equidade dos serviços e saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário pandêmico exigiu dos/as assistentes sociais adaptação em seu processo de trabalho, evidenciando novos meios de prestar

assistência às demandas apresentadas: a utilização das ferramentas tecnológicas. Estas foram fundamentais para a categoria de Serviço Social do PRMSFC/UESPI dar continuidade aos seus trabalhos, mesmo que de via remota

A categoria pesquisou incessantemente por novos recursos que promovessem uma atuação eficaz e eficiente. E para isso esteve sempre atenta às suas atribuições privativas e competências profissionais, segundo o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social e orientações expedidas por seu respectivo conselho profissional.

Frente a esse cenário de crise, as ferramentas tecnológicas mostraram-se essenciais no campo profissional. Como todo método, exigiu estudo e domínio destas e, conseqüentemente, gerou muitos desafios em seu manuseio. Porém, dadas as demandas que emergiram, este meio foi englobado ao processo de trabalho do/a assistente social, fazendo parte do seu cotidiano perante essa conjuntura e promete estar presente mesmo após o contexto pandêmico.

REFERÊNCIAS

- BARROCO, M. L. S. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. São Paulo Cortez, 2012.
- SANTOS, A. P. dos *et al.* DIALÓGO CONTEMPORÂNEO: AS INIQUIDADES SOCIAIS REVERBERADAS PELA PANDEMIA DA COVID-19. **Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia**, v. 8, n. 3, p. 800-801, 2020.
- Organização Pan-Americana da Saúde. Campus Virtual de Saúde Pública (CVSP). **OPAS. Prevención y control de infecciones (PCI) causadas por el nuevo coronavirus (COVID-19)**. Washington, D.C., OPAS, 2020. Disponível em: <http://bit.ly/CVOPS-PCI-COVID-19> Acesso em: 30 ago. 2021.
- ORNELL, F. *et al.* Pandemia de medo e COVID-19: impacto na saúde mental e possíveis estratégias. **Revista debates in psychiatry**, 2020.

SILVA, M. A. da. Assistente Social e tecnologias de informação. **Serviço Social em revista**. Londrina, v. 6, n. 1, jul/dez. 2003. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v6n1_marcio.htm> Acesso em: 03 mai. 2021.

9

Resíduos na construção civil: estudo dos impactos e soluções sustentáveis aliadas as atividades do setor construtivo¹

Haila Santos Rodrigues²
José William Rodrigues da Silva Júnior³
João Pedro Sampaio Campelo Sousa⁴
Luana Lima Cipriano⁵
Pedro Henrique de Souza Cutrim Cunha⁶

INTRODUÇÃO

A indústria da construção civil e o desenvolvimento econômico estão intrinsecamente ligados. Esta promove incrementos capazes de elevar o crescimento econômico da região, principalmente pela proporção do valor adicionado total das atividades, como também pelo efeito multiplicador de renda e sua interdependência estrutural (TEIXEIRA, 2010). A construção civil representa um dos maiores setores da economia, gerando emprego e renda, sendo essa responsável por movimentar mais de 70 setores do patrimônio

1 Trabalho apresentado no 2º Congresso Brasileiro Ciência e Sociedade (CBCS 2021), promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 04 a 07 de outubro de 2021, em Teresina-PI.

2 RODRIGUES, Haila Santos, discente do curso de engenharia civil do Centro Universitário Santo Agostinho- UNIFSA, e – mail: haillasantosz@hotmail.com.

3 SILVA JUNIOR, José William Rodrigues, discente do curso de engenharia civil do Centro Universitário Santo Agostinho- UNIFSA, e – mail: Josewillyam_2008@hotmail.com

4 SOUSA, João Pedro Sampaio Campelo, discente do curso de engenharia civil do Centro Universitário Santo Agostinho- UNIFSA, e – mail: joaopedroscsousa@gmail.com

5 CIPRIANO, Luana Lima, discente do curso de engenharia civil do Centro Universitário Santo Agostinho- UNIFSA, e – mail: luanalimacipriano15@gmail.com

6 CUNHA, Pedro Henrique de Souza Cutrim, discente do curso de engenharia civil do Centro Universitário Santo Agostinho- UNIFSA, e – mail: Pedrocunha17@gmail.com

nacional, criar mais de 12,5 milhões de postos de trabalho diretos e indiretos, representando 6,2% do Produto Interno Bruto(PIB) segundo dados do ESTADÃO(2020).Mesmo diante da pandemia do Covid-19, o setor foi considerado atividade essencial pelo governo federal. Fontes da Câmara Brasileira da Indústria da Construção – (CBIC), (2021) mostram que houve um salto de 8,4% na comparação com unidades comercializadas no ano passado.

notória que a construção civil é uma das atividades mais importantes para a economia, no entanto, é uma significativa indutora para geração de impactos ambientais, diante disso, seja pela poluição atmosférica, ou pelo alto consumo dos recursos naturais ou pela geração dos resíduos. Tais impactos podem estimular mudanças drásticas ao ecossistema, criando reflexos de feições social, econômica e ambiental que venham a interferir no meio comunitário, poupador e visual. O autor Pinto (2005) relata que o setor tem o desafio de conciliar uma atividade produtiva dessa magnitude com condições que conduzam a um desenvolvimento sustentável consciente e menos agressivo ao ambiente.

Diante desse cenário de grande preocupação mundial, faz-se presente a problemática: Os resíduos da construção civil (RCC) podem ser reciclados? Reaproveitados? Como realizar a disposição dos resíduos proveniente das obras?

No Brasil, os resíduos da construção civil (RCC) correspondem de 51 a 70% da massa dos resíduos sólidos urbanos coletados(MARQUES NETO, 2005).Nesse contexto, a destinação do RCC constitui um dos principais problemas observado nas cidades, sendo um grande desafio para as gestões municipais (IBGE, 2011). Pode-se observar que muitos municípios possuem uma deficiência na gestão dos Resíduos sólidos, contribuindo dessa maneira para um inadequado destino de RCC, que acabam interferindo direta e indiretamente na vida da população e do meio ambiente.

Levando em conta a atual fragilidade do cenário de destinação dos resíduos nas cidades, a presente pesquisa busca apresentar o desenvolvimento de soluções sustentáveis aliadas as atividades do setor construtivo. Desta maneira, este trabalho reveste-se de grande relevância, uma vez que a caracterização dos resíduos, identificando os fatores limitantes do uso e aplicação, podem ultrapassar limites acadêmicos, tornando-se uma efetiva contribuição e aperfeiçoamento de dispositivos que venham a contribuir com a temática, apontando para o surgimento de novas medidas sustentáveis que servirão para à minimização dos danos e agregação de ganhos econômicos e ambientais

METODOLOGIA

Esta pesquisa buscou apresentar os resíduos criados pela indústria da construção civil e indicar soluções sustentáveis através da adoção de práticas usadas em diversas empresas.

De acordo com a literatura, caracteriza-se como um estudo de natureza descritiva, exploratória. De natureza qualitativa e utilizando-se do método exploratório, foi realizado a partir do levantamento de dados primários e secundários. Os dados primários foram coletados pessoalmente, por meio da realização de visitas na região. O estudo se classifica também como documental, considerando as análises de dados secundários, disponíveis principalmente em sítios da internet (principalmente institucionais) e em bases de dados. Segundo Gil (2008), a pesquisa documental apoia-se em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

RESÍDUOS DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL

De acordo com Rohan e França (2013) a indústria da construção civil está diretamente relacionada com o desenvolvimento sustentável

do país, devido à sua importância na dimensão econômica, social e ambiental.

A construção civil hoje é um dos principais setores da economia Brasileira, devido a esse avanço nota-se uma grande quantidade de entulhos produzidos por essas obras, evidenciando um grande desperdício desses materiais; que depois são descartados de forma irracional em locais como terrenos baldios, margens de rios e arroios, na periferia em geral, gerando uma série de problemas ambientais e sociais. (ALVES; DREUX, 2015).

De acordo com a Lei nº 12. 305, de 2 de agosto de 2010, refere-se aos resíduos sólidos como: [...] material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível.

Segundo a Resolução nº 307/2002 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), os resíduos da construção civil (RCC) são provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como, tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha.

A quantidade de RCD coletadas pelos municípios brasileiros, no ano de 2017 e 2018, de acordo com a Abrelpe, 2018-2019.

Abaixo temos os dados referentes a região Nordeste.

Tabela 1 - RCD dos municípios brasileiros

2017		2018	
Total	Per Capita	Total	Per Capita
(toneladas/Dia)	(kg/habitante/dia)	(toneladas/Dia)	(kg/habitante/dia)
123.421	0,594	122.012	0,585

Fonte: Abrelpe(2018-2019)

Analisando se os dados acima, verifica-se que do ano de 2017 para 2018, ouve uma pequena redução na quantidade de RCD coletadas, tanto no Nordeste, quanto no Brasil como um todo, o que sugere um grande avanço nas políticas ambientais ou a subnotificação de informações.

Tabela 2 - Região Nordeste

2017		2018	
Total	Per Capita	Total	Per Capita
(toneladas/Dia)	(kg/habitante/dia)	(toneladas/Dia)	(kg/habitante/dia)
24.585	0,429	24.123	0,425

Fonte: Abrelpe (2018-2019)

De acordo com a CONAMA nº 307 cita o Gerenciamento de resíduos como sendo o sistema de gestão que visa reduzir, reutilizar ou reciclar resíduos, incluindo planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos e recursos para desenvolver e implementar as ações necessárias ao cumprimento das etapas previstas em programas.

Segundo o art. 9º da resolução do CONAMA, nº 307 de 2002 os Planos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil deverão contemplar as seguintes etapas:

I - Caracterização: nesta etapa o gerador deverá identificar e quantificar os resíduos;

II - Triagem: deverá ser realizada, preferencialmente, pelo gerador na origem, ou ser realizada nas áreas de destinação licenciadas para essa finalidade, respeitadas as classes de resíduos;

III - Acondicionamento: o gerador deve garantir o confinamento dos resíduos após a geração até a etapa de transporte, assegurando em todos os casos em que seja possível, as condições de reutilização e de reciclagem;

IV - Transporte: deverá ser realizado em conformidade com as etapas anteriores e de acordo com as normas técnicas vigentes para o transporte de resíduos;

V - Destinação: deverá ser prevista de acordo com o estabelecido nesta Resolução.

Para Oliveira e Bonetto (2019) as reciclagens devem ser feitas em usinas, que são adequadas para esta finalidade. Usinas Fixas: Atendem o mercado específico (construção de prédio, residências ou comerciais), que geram quantidade de resíduos pequena num longo espaço de tempo, ou seja, o resíduo não é passível de ser reciclado dentro da própria obra. Usinas móveis: São compostas por 03 componentes: Um caminhão, uma britadeira Móvel e uma peneira Rotatória Móvel normalmente atracada como reboque no caminhão. Elas são aplicadas em demolições de obras de médio e grande porte, ou obra de infraestrutura capaz de transformar o resíduo no próprio

local de geração em agregado reciclado, ou seja, só atendem o mercado primário.

A destinação dos RCDs segundo a Resolução CONAMA nº 307/02, pode ser feita da seguinte forma:

Tabela 3 - Destinação dos RCDs de acordo com a Conama

CLASSES	DESTINAÇÃO
A	Deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;
B	Deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
C	Deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
D	Deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

Fonte: SANTANA, 2016

De acordo com a resolução CONAMA nº. 307, (2002) Recomenda-se que seja elaborada legislação específica municipal, que disponha sobre o descarte e a disposição final destes resíduos, a qual poderá ser acompanhada pelo Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil (PMGRCC).

IMPACTOS AMBIENTAIS E SOLUÇÕES SUSTENTÁVEIS PARA OS RCC'S

Os impactos ambientais podem ser entendidos como as alterações que o ser humano provoca no meio ambiente, sejam elas advindas da inserção, supressão e/ou sobrecarga de elementos no meio (SANCHEZ, 2008).

O objetivo de se estudar os impactos ambientais é, principalmente, o de avaliar as consequências de algumas ações para que possa haver a prevenção da qualidade de determinado ambiente que poderá sofrer a execução de certos projetos ou ações imediatas ou, até mesmo, logo após a implementação (ROSSATO, 2012).

A indústria da construção civil, apresenta-se como um dos segmentos industriais mais críticos no que se refere aos impactos ambientais, sendo o principal gerador de resíduos sólidos da sociedade. No Brasil, a inexistência de uma consciência ecológica na indústria da construção civil resultou em danos ambientais irreparáveis, que foram agravados pelo maciço processo de migração ocorrido na segunda metade do século passado, que ocasionou uma enorme demanda por novas habitações (SCHENINI, BAGNATI E CARDOSO 2004).

A gestão e a disposição inadequada dos resíduos sólidos causam impactos socioambientais, tais como degradação do solo, comprometimento dos corpos d'água e mananciais, intensificação de enchentes, contribuição para a poluição do ar e proliferação de vetores de importância sanitária nos centros urbanos e catação em condições insalubres nas ruas e nas áreas de disposição final (BESEN et al., 2010).

Os impactos ambientais de atividades de construção são provavelmente maiores em países em desenvolvimento do que em países desenvolvidos, portanto, a indústria da construção nestes últimos não pode negligenciar cuidados com o meio ambiente e está desafiada a criar e a desenvolver inovações para estar preparada a satisfazer os crescentes requisitos ambientais (Sakr et al., 2010).

Na atualidade, com foco na preservação do meio ambiente intensificou-se o reaproveitamento dos resíduos sólidos na construção civil requerendo, regulamentações que sustentem e orientem os procedimentos de descarte e reaproveitamento adequado dos resíduos. O reaproveitamento garante a diminuição de extração de recursos naturais (OLIVEIRA E BONETTO, 2019).

Nas etapas iniciais de uma obra, tem-se a limpeza do terreno, na qual ocorre a remoção da vegetação e remoção de terras para

o nivelamento do terreno. Os resíduos gerados pela vegetação, ou seja, a retirada de camada superficial (mato, plantas, pequenos arbustos) por ser um material reutilizável, podem ser usados como adubo orgânico ou na compostagem.

Outrossim, na escavação do solo e extração de rochas, tem-se resíduos que podem ser reaproveitados para fazer aterramento, fundações em outras obras e produção de solo-cimento. Os substratos de areia e brita podem ser utilizados se não estiverem misturados a outros materiais. Tendo como solução alternativa o uso para decoração, negociação referente a sobra do material com fornecedor ou venda.

Papeis e plásticos, oriundos de embalagens, restos de materiais, tubulações, etc, quando lançados no meio ambiente, segundo Laruccia, (2014), pode causar obstrução de córregos e enchentes, proliferação de agentes transmissores de doenças, obstrução de vias, assoreamento de rios e córregos, obstrução dos sistemas de drenagem, além da degradação visual causada quanto à paisagem urbana. De acordo com o Cabral e Moreira (2011), o papel, papelão e plástico de embalagens, bem como o metal podem ser doados para cooperativas de catadores.

O setor da Cerâmica vermelha causa bastante impacto ao meio ambiente. A geração de resíduos são uma das principais causas de impactos ambientais dessa indústria, esses materiais são resíduos reutilizáveis ou recicláveis. Contudo, para os resíduos a melhor opção seria reciclar a cerâmica de tijolos, telhas e outros entulhos em larga escala por meio de processos industriais, e para os resíduos que não fossem possíveis sua reciclagem é importante garantir o envio para aterros e que seja feito o descarte de forma correta.

O PVC, de acordo com Batista, et al. (2018), leva uma grande quantidade de tempo para degradar se. consiste em um material reciclável, e foi concluído que a viabilidade do uso do PVC como

substituição parcial do agregado miúdo, uma vez que os ensaios demonstraram resultados satisfatórios.

A argamassa causa grandes impactos ambientais que podem comprometer o meio ambiente tanto na geração quanto na disposição final. No canteiro da obra, a poluição ocorre, principalmente, devido ao mal gerenciamento desses resíduos. Como solução para os resíduos de argamassas e para preservação dos recursos naturais deve-se começar pela própria obra, pois segundo (WALKER e DOHMANN, 1996; THORMARK, 2001; SOUZA et al., 2004) Para atingir um modelo de desenvolvimento sustentável é necessária a aplicação de critérios de gestão de resíduos nos canteiros de obras, nas quais sejam aplicadas técnicas para a redução da geração, reutilização e reciclagem dos resíduos.

Já no que diz respeito ao segmento de tintas e vernizes utiliza-se energia elétrica em instalações e maquinários para dispersão, mistura, moagem e enlatamento. Algumas instalações podem empregar óleo combustível, óleo diesel ou gás natural para geração de calor. A água é o recurso natural mais empregado no setor e se dá em larga escala e para diversos fins, o uso descontrolado deste insumo pode levar à crescente degradação das reservas, apontando para a necessidade urgente de adoção de uma política racional de consumo. Os principais impactos ambientais do setor podem estar associados tanto ao processo produtivo, como à geração de efluentes, ao próprio uso dos produtos ou mesmo à geração de resíduos de embalagem pós-uso. Os resíduos de tintas devem-se utilizar do reaproveitamento em outros locais, quantos às embalagens, o descarte em área urbana pode ser facilitado quando destinado ao recolhimento de lixo, promovido em todos os bairros em mais de um dia durante uma semana.

A madeira que segundo Santana (2016), os resíduos quando dispostos irregularmente podem causar, obstrução de vias e

logradouros públicos, comprometimento da qualidade do ambiente e da paisagem local, proliferação de vetores, além dos custos com limpeza e outros. A madeira pode ser reutilizada na obra se não estiver suja e danificada, pode ser triturada e usada na fabricação de papel e papelão ou usada como combustível. (CABRAL E MOREIRA, 2011).

Os resíduos provenientes de peças de granito e mármore que trazem grandes impactos negativos ao meio ambiente, como por exemplo, o desmatamento, contaminação do solo e dos rios, impacto visual negativo provocado pela extração, além de expor a população à poluição sonora, atmosférica e visual. Porém, verificou-se que esses resíduos podem ser aproveitados na produção de argamassa, melhoramento do tijolo solo cimento, fabricação de tijolos ecológicos, tintas e agregados graúdos e miúdos no concreto, contribuindo assim, para a preservação do meio ambiente, pois utilizando-se de maneira consciente os recursos naturais, não haverá um esgotamento destes para as gerações futuras e beneficiará a toda sociedade (BRITO, LEITE; 2021).

E por fim, outro material importante na obra, o gesso, que vem sendo altamente empregado na construção civil, chegando a ser considerado um dos materiais de construção mais consumidos no mundo, graças a seu potencial em resistência, isolamento térmico e acústico, alta durabilidade, facilidade na montagem e baixo custo. No entanto há um problema preocupante em relação aos resíduos gerados pela aplicação do gesso na construção pois contaminam o meio ambiente. O gesso é um material tóxico que libera íons Ca^{2+} e SO_4^{2-} que alteram a alcalinidade do solo e contaminam lençóis freáticos, os produtos oriundos do gesso são classificados como resíduos de classe C, que são os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação. Logo, estes deverão ser devidamente

separados dos demais e encaminhados para aterros industriais, reciclados para produção de artefatos decorativos ou destinados para as fábricas para a incorporação no processo de fabricação do gesso (CALVACANTE, MIRANDA; 2011)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou expor soluções para a destinação dos resíduos sólidos da construção civil. A importância de destinar de maneira correta, seguindo as normas e legislação vigente, pode contribuir para que tal seja vista como uma área capaz de promover o desenvolvimento sustentável.

O canteiro de obra hoje é um dos principais setores da economia brasileira, devido a esse avanço nota-se uma grande quantidade de entulhos produzidos por essas obras, que depois são descartados de forma irracional gerando uma série de problemas ambientais e sociais.

Ademais, observou - se que os entulhos podem ser reaproveitados em atividades diversas como: na compostagem, usados para fins estéticos, aterro e reciclado como agregado.

Sendo a mesma atividade muito importante para o desenvolvimento do país, é também responsável por grandes impactos ao meio ambiente, assim, adotar medidas que visam a reutilizar os materiais descartados na obra é um aspecto relevante. Ao longo da pesquisa foi possível compreender que existem maneiras eficazes de se destinar o RCC para que reduzissem os impactos ambientais, porém é necessário um planejamento adequado, com base na legislação e se possível uma adequação de materiais e métodos nos projetos.

REFERÊNCIAS

ABRELPE- Associação Brasileira de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil 2018/2019**. São Paulo. Nov. 2019. Disponível em: <https://abrelpe.org.br/download-panorama-2018-2019/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

ALVES, J. C; DREUX, V. P. Resíduos da construção civil em obras novas. **Interfaces Científicas - Exatas e Tecnológicas**, v. 1, n. 1, 2015. Disponível em <https://periodicos.set.edu.br/exatas/article/view/1812>. Acesso em: 09 mar. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10004: Resíduos Sólidos – Classificação**. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

BATISTA, A. B. *et al.* Estudo da utilização do pvc como constituinte de concreto reciclado. **Revista eletrônica teccen**. v.11, n.1, 2018.

BESEN, Gina Rizpah; GÜNTHER, Wanda Maria Risso; RODRIGUES, Angela Cassia; BRASIL, Ana Lúcia. Resíduos sólidos: vulnerabilidades e perspectivas: a insustentabilidade da geração excessiva de resíduos sólidos. *In: Meio ambiente e saúde: o desafio das metrópoles*. São Paulo: Ex-Libris, 2010.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2010.

CETESB. Tintas e Vernizes. **Guia Técnico Ambiental Tintas e Vernizes**. 2006.

BOSA, Gabriel. **Construção civil ‘dribla’ pandemia com liderança nas contratações e aumento das vendas**. Disponível em: <<https://jovempan.com.br/noticias/economia/construcao-civil-dribla-pandemia-com-lideranca-nas-contratacoes-e-aumento-das-vendas.html>>. Acesso em: 11 de maio de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Atlas de Saneamento de 2011,2011**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/atlas_saneamento/default_zip.shtm. Acesso em 02 de julho de 2021

LARUCCIA, Mauro Maia. Sustentabilidade e impactos ambientais da construção civil. **Eniac pesquisa**. Guarulhos, v. 3, n. 1, p. 69-84, Jun. 2014.

MARQUES NETO, José da Costa. **Gestão dos Resíduos de Construção e Demolição no Brasil**. São Carlos: Rima, 2005.

OLIVEIRA, Miguel Ramos de; BONETTO, Nelson Cesar Fernando. Reutilização de resíduos da construção civil. **Oswaldo Cruz**. n.22, abr./jun. 2019. Disponível em: https://oswaldocruz.br/revista_academica/edicoes/Edicao_22/index.html. Acesso em: 19 abr.2021

PINTO, T. P. **Gestão ambiental de resíduos da construção civil: a experiência do Sinduscon-SP**. 2014. Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br/sigor/2014/12/12/gestao-ambiental-de-residuos-da-construcao-civil-a-experiencia-do-sinduscon-sp/>. Acesso em: 05 de julho de 2021.

Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002. **Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil**. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=307>. Acesso em: 08 mar. 2021.

ROHAN, Ubiratan; FRANÇA, Sérgio Luiz Braga. Análise das tendências da indústria da construção civil frente à sustentabilidade nos negócios. *In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO*, 9. Jun/2013, Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.inovarse.org/artigos-por-edicoes/IX-CNEG-2013/T13_0600_3558.pdf. Acesso em: 09 mar. 2021.

ROSSATO, Marivane Vestena. **Avaliação de Impactos Ambientais**. Apostila da disciplina de Mestrado: Avaliação de Impactos ambientais e valoração econômica de bens. Santa Maria: UFSM, 2012.

Sakr, D.A., Sherif, A. e El-Haggar, S.M. (2010), “*Environmental management systems’ awareness: an investigation of top 50 contractors in Egypt*”, **Journal of cleaner production**, Vol. 18, No. 3, pp. 210-218.

SANCHEZ, L.A. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos**. São Paulo: Oficina do Textos, 2008

SANTANA, Izáira Cunha. **Análise dos impactos ambientais causados pelos resíduos sólidos de construção e demolição em conceição do almeida – BA**. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Ciências Exatas e Tecnológicas) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Cruz das Almas, p.58. 2016.

SCHENINI, P. C.; BAGNATI, A. M. B.; CARDOSO, A. C. F. Gestão de resíduos da construção civil. *In: Cobrac — Congresso Brasileiro de*

Cadastro Técnico Multifinalitário. Florianópolis: UFSC, de 10 a 14 de outubro de 2004.

SILVA, F. C. **Estudo sobre o gerenciamento de resíduos em empresas da construção civil**. Alegrete, 2015.

Sindicato Nacional da Indústria do Cimento. **Consumo Aparente de Cimento por Regiões e Estados 2015**. Disponível em: <http://snic.org.br/>. Acesso em: 13 DE Abril de 2021.

SOUZA, U. E. L. *et al.* Diagnóstico e combate à geração de resíduos na produção de obras de construção de edifícios: uma abordagem progressiva. **Revista Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 4, n. 4, p. 33-46, out./dez. 2004. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ambienteconstruido/article/view/3573>. Acesso em: 24 fev. 2021

TEIXEIRA, Luciene Pires. **Desempenho da construção brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

TERESINA. Plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos de Teresina – PI. **Diário oficial do município**, dom nº 2271. Teresina. 27 abr. 2018.

THORMARK, C. Conservation of energy and natural resources by recycling building waste. **Journal of Resources, Conservation and Recycling**, v.33, p113-130, april, 2001.

Triagem fitoquímica e otimização do extrato do *Anacardium occidentale* LINN.

Yesca Ravena Sousa Leal¹
Shirley Nadiny Ferreira Alencar²
Lyghia Maria Araújo Meirelles³

INTRODUÇÃO

O homem sempre buscou nas plantas um recurso para a sua sobrevivência, levando-o a conhecer técnicas para a prática agrícola e a cura de algumas doenças (BAPTISTA, 2018). O uso terapêutico de plantas ao longo da história baseou-se, sobretudo, em conhecimentos empíricos de homens e mulheres, que, com o passar do tempo, conseguiam diferenciar as espécies que poderiam causar algum efeito tóxico e aquelas que trariam benefícios curativos ou paliativos (NUNES; MACIEL, 2017).

Desde então, com a evolução da ciência, vários estudos vêm sendo aprofundados em relação às plantas medicinais, correlacionando seus efeitos farmacológicos à sua composição química (PEREIRA et al., 2019). O Brasil possui cerca de 43.020 espécies vegetais, que representa cerca de 16% da flora mundial, no entanto boa parte segue inexplorada (BRASIL, 2011). Vale destacar que as plantas possuem a capacidade de sintetizar uma grande diversidade de compostos com baixo peso molecular, denominados

1 Yesca Ravena de Sousa Leal- Graduada em Farmácia- UNIFSA;

2 Shirley Nadiny Ferreira Alencar – Graduada em Farmácia-UNIFSA;

3 Dr. Lyghia de Araújo Meirelles- Doutora em Desenvolvimento e Inovação Tecnológica de Medicamentos- Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

metabólitos secundários, que apresentam um papel essencial ao metabolismo vegetal (ROCKENBACH, 2008).

Aproximadamente 20 a 30 % dos vegetais superiores têm sido investigados quanto aos seus constituintes decorrentes do metabolismo secundário, para a elucidação da estrutura química e composição quantitativa (ROCKENBACH, 2008). No metabolismo secundário das plantas são gerados os compostos fenólicos, que se encontram amplamente distribuídos e representam uma diversidade de derivados da fenilalanina e tirosina. Essas substâncias possuem anel aromático com um ou mais substituintes hidroxílicos (LEE et al., 2005).

Os compostos fenólicos de maior ocorrência natural apresentam-se conjugados com mono e polissacarídeos, através de um ou mais dos grupos fenólicos. Esses compostos de plantas enquadram-se em diversas categorias, como fenóis simples, ácidos fenólicos (derivados de ácidos benzoicos e cinâmico), cumarinas, flavonoides, estilbenos, taninos condensados e hidrolisáveis, saponinas, lignanas e ligninas (SOUZA, 2007). Esses metabólitos geralmente apresentam uma série de aplicações farmacológicas, tais como captadores de radicais livres, atividade microbiana, antiviral, antifúngica, antidiarreico e anti-séptica (MONTEIRO et al., 2005).

Dentre as espécies ricas nesses constituintes, destaca-se o *Anacardium occidentale* Linn., popularmente conhecido como cajueiro, uma árvore de origem brasileira, prevalente em regiões de clima tropical e subtropical, especialmente na região Nordeste do Brasil (ALVES, 2016). De acordo com estudos anteriores, o extrato bruto etanólico da casca do cajueiro contém metabólitos como ácidos orgânicos, açúcares redutores, fenóis e taninos (BRUM et al., 2011).

Diante disso, o presente estudo teve o intuito de investigar, primeiramente, a melhor abordagem extrativa da droga vegetal e, em seguida, determinar os principais compostos fenólicos presentes

a partir da triagem fitoquímica do extrato hidroalcoólico da casca do *Anacardium occidentale*.

Esse estudo químico preliminar pretende contribuir para a obtenção de um derivado vegetal com possível atividade biológica atribuída à *Anacardium occidentale* na medicina popular, como por exemplo, a atividade antioxidante, que reduz os danos ocasionados pelos radicais livres. Apesar de ser um bioativo relevante para a indústria de cosméticos, ainda observa-se uma falta de investimento na exploração dessa matéria prima local.

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma pesquisa experimental, de cunho exploratório e de natureza quantitativa e qualitativa. Quanto às fontes de informações de caráter qualitativo e quantitativo, que levam como base de seu delineamento as questões ou problemas específicos (BOENTE; BRAGA, 2004).

A amostra empregada neste estudo consistiu no caule da planta coletado e identificado botanicamente, bem como no extrato hidroalcoólico da casca do cajueiro preparado pelas pesquisadoras na instituição.

Coletou-se as cascas da planta objeto de estudo no Campus Ministro Petrônio Portela - Universidade Federal do Piauí (UFPI), localizado na cidade de Teresina-PI. Conforme metodologia descrita por Paes et al. (2006), coletou-se as amostras da casca em três posições diferentes (base, meio e topo), ao longo dos galhos de maior e menor diâmetro de uma única árvore.

Durante a coleta das cascas, retirou-se cinco amostras de cada parte coletada da planta abrangendo casca, folhas e flores para a produção da exsicata, sob o registro nº 32.423 depositada no Herbário Graziela Barroso (TEPB), localizado na Avenida Universitária, nº 1310, Campus Ministro Petrônio Portela, Teresina-PI.

Levou-se as cascas para o Laboratório de Ciências Farmacêuticas para limpeza, corte e secagem sob temperatura ambiente, até peso constante. Após a secagem, pulverizou-se as cascas com o auxílio de um moinho de facas. Ao final da moagem, o tamisou-se o pó a fim de obter um material mais homogêneo.

Cerca de 50g da amostra obtida a partir da moagem foi classificada segundo a sua granulometria. Para este processo utilizou-se os tamises de 1400, 500 e 300 µm de abertura, acoplados a um peneirador eletromecânico, mantendo sua vibração durante 10 minutos.

A otimização para a extração hidroalcoólica da casca do *A. occidentale* ocorreu por maceração, utilizando-se um planejamento fatorial de 33 de acordo com o Quadro 1.

Quadro 1. Condições experimentais para a extração da casca do *Anacardium occidentale*.

Fatores/ Variáveis	Níveis		
	-1	0	+1
Razão massa de pó/volume de solução extratora	1:10	1:15	1:20
Teor alcoólico (%)	60	70	80
Tempo (horas)	48	72	96

Fonte: Autoria própria.

Após a extração, filtrou-se cada amostra. Em seguida, transferiu-se 2 mL do filtrado para um cadinho, previamente pesado e identificado, e levado a banho maria (50°C) por 30 minutos. Logo após, foram postos em uma estufa sob 100 ± 5 °C durante uma hora

e meia. Depois de resfriados, pesou-se novamente os cadinhos (BRASIL, 2019). Todas as análises foram realizadas em triplicata. A partir destes resultados calculou-se o resíduo seco das amostras, de acordo com a fórmula a seguir:

$$RS\% = (M1 - M2) * 100$$

Onde:

RS= Resíduo seco;

M1= Massa final;

M2= Massa inicial

Após a seleção da melhor condição extrativa, determinada a partir do maior conteúdo de resíduo seco, preparou-se uma quantidade maior de extrato, sendo posteriormente submetido à rotaevaporação e liofilização para a remoção do solvente.

Para a triagem fitoquímica, utilizou-se a metodologia proposta por Cunha (2014) e Brasil (2019) modificado.

Teste para Saponinas: agitou-se vigorosamente 10 mL do extrato por 2 minutos e deixou-se descansar no sentido vertical por 15 minutos. Será considerado o teste positivo para saponinas, se ao final dos 15 minutos, permanecer uma camada de espuma.

Teste para Alcaloides: dissolveu-se 10mL do extrato liofilizado em 10 mL de H₂SO₄ a 1% em um tubo de ensaio, adicionando-se 5 mL da solução a quatro tubos de ensaio. Em seguida adicionou-se de 1 a 2 gotas dos reativos abaixo (Quadro 2), verificando-se os resultados colorimétricos obtidos.

Teste para Flavonoides: adicionou-se a 2mL de extrato seis fragmentos de magnésio metálico, mantendo o tubo em uma capela de exaustão. Em seguida, adicionou-se cerca de 1 mL de HCl. A amostra é considerada positiva quando adquirir coloração rósea a vermelha.

Quadro 2. Referência para identificação de metabólito secundário alcaloide.

Reagente	Bouchardat	Dragendorff	Mayer
Resultado positivo	Laranja avermelhado	Vermelho tijolo	Branco

Fonte: Autoria própria.

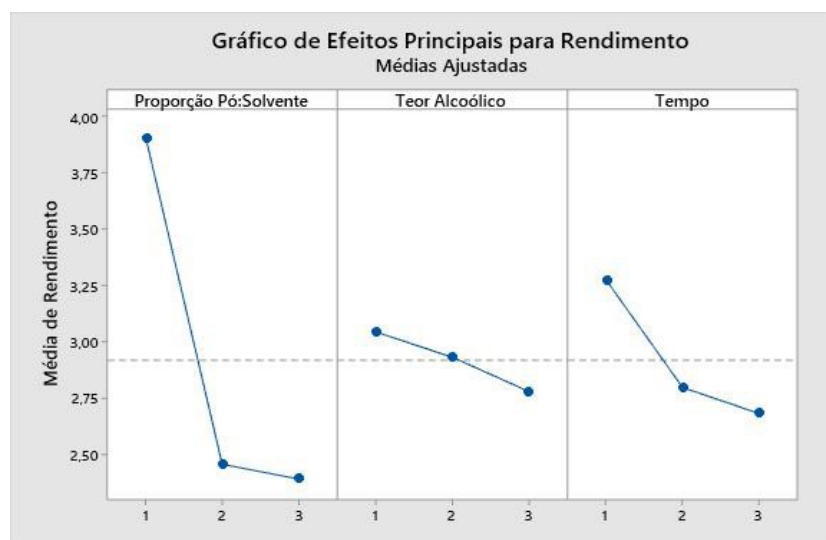
Teste para Taninos: adicionou-se cerca de 1 a 2 gotas de solução metanólica de FeCl₃ 1% a 10 mL de extrato. Qualquer mudança quanto à coloração ou à formação de precipitado é indicativa de reação positiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após realização dos ensaios segundo o planejamento fatorial completo 3³ analisou-se a influência das variáveis consideradas sobre o parâmetro rendimento extrativo (resíduo seco). O resultado dessa análise foi representada pela Figura 1.

Em todos os parâmetros expostos na Figura 1, os valores que correspondem ao número 1, resultaram em maior rendimento.

Figura 1. Influência de cada parâmetro no rendimento da extração.



Fonte: Autoria própria.

A variável proporção de pó/solvente foi a que representou maior impacto no rendimento do extrato. Observou-se que quanto menor a quantidade de pó em relação ao volume de solvente, maior o rendimento da extração. Explica-se tal resultado a partir do seguinte raciocínio: à medida que aumenta-se a quantidade de pó, o solvente satura mais rápido, cessando o processo extrativo, uma vez que não há renovação do solvente na técnica de maceração empregada.

Quanto ao teor alcoólico, à medida que aumenta a proporção de etanol ocorre a diminuição do rendimento, concluindo que a água tem uma maior afinidade pelos compostos que estão sendo extraídos em relação ao álcool. Solventes alcoólicos têm sido comumente empregados para extrair compostos fenólicos de fontes naturais, embora não sejam seletivos para os fenóis. Em particular, mistura de álcoois e água revelaram-se mais eficientes na extração de constituintes fenólicos do que o correspondente monocomponente do sistema solvente (GIRONI; PIEMONTE, 2011). Adição de pequena quantidade de água ao solvente orgânico obtém-se um meio com polaridade adequada à extração dos polifenóis (SPIGNO, 2007).

O parâmetro tempo foi avaliado em intervalos de 24 horas, oscilando de 1 a 3 dias. O maior rendimento foi obtido no menor tempo. Justifica-se tal resultado pelo fato de longos tempos de extração aumentar a possibilidade de oxidação dos fenóis (NACZKA; SHAHIDI, 2004).

Esses resultados foram obtidos através de planejamento fatorial em três fatores com três níveis. A Tabela 1 evidencia o coeficiente de correlação obtido no desenho experimental, onde R² = 98,47%. Dessa forma, quanto maior é o valor do coeficiente, mais forte é a correlação entre a redução das variáveis e o aumento do rendimento. O elevado valor do R² previsto evidencia o ajuste dos dados ao modelo, obtendo-se a partir da equação um resultado bastante próximo ao real.

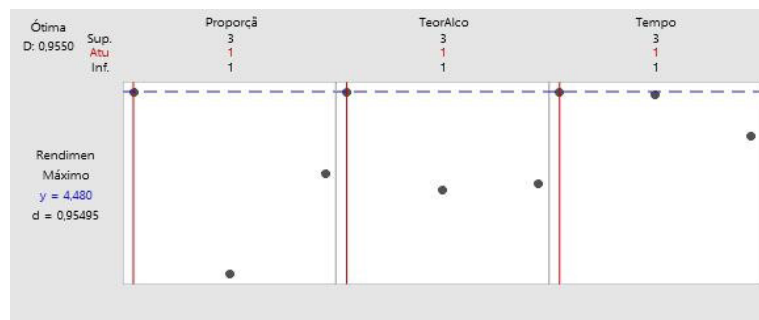
Tabela 1. Coeficiente de correlação da equação relacionada ao experimento.

S	R ²	R ² (ajust)	R ² (pred)
0,133463	98,47%	97,74%	96,56%

Fonte: Autoria própria.

As técnicas de delineamento experimental comumente utilizadas para análise e modelagem de processos são delineamento fatorial completo, fatorial fracionado e composto central rotacional. O número de ensaios cresce exponencialmente à medida que aumenta o número de fatores e níveis. O planejamento fatorial fracionado requer menos experimentos que o planejamento fatorial completo, mas só fornece informações sobre os efeitos principais e sobre as interações de primeira ordem. Esse alinhamento tem grande utilidade nos experimentos que antecedem ao experimento final como no caso de seleção de fatores e de seus níveis (RODRIGUES; IEMMA, 2009; ASLAN, 2008).

A definição das variáveis que tiveram maior rendimento foram confirmadas na Figura 2, observando-se que a melhor condição da extração foi obtida no nível mais baixo de cada fator avaliado.

Figura 2 - Definição da condição ótima do experimento.

Fonte: Autoria própria.

A partir da triagem fitoquímica do extrato hidroalcoólico da casca do cajueiro os metabólitos flavonoides, taninos e saponinas

tiveram resultados positivos, confirmando a presença dos mesmos. No entanto, o resultado negativo para alcaloides apresentado nesta pesquisa não significa que esteja totalmente ausente, pois é possível que as quantidades existentes não fossem detectáveis (FURTADO et al., 2019).

Quadro 3. Resultados obtidos na triagem fitoquímica da amostra do extrato liofilizado da casca do *Anacardium occidentales* L.

Metabólito secundário	Flavonoides	Taninos	Saponinas	Alcaloides
Presença	+	+	+	-

Legenda: (+) presente; (-) ausente.

Fonte: Autoria própria.

Flavonoides podem apresentar atividades terapêuticas importantes como anti-carcinogênicos, anti-inflamatórios e antivirais, assim como também ação antioxidante devido à presença de hidroxilas aromáticas. Alguns flavonoides, como a rutina e quercetina, têm mostrado melhores atividades antioxidantes do que o ácido ascórbico, que é considerado um potente agente redutor. A ação antioxidante está relacionada com a inibição do óxido nítrico, que pode contribuir para as atividades imunoreguladoras e anti-inflamatórias encontradas nas plantas ricas nesse grupo de metabólitos (VESSALA, 2003; ZUANAZZI, 2004).

Os taninos são empregados na medicina tradicional no tratamento de hipertensão arterial, reumatismo, feridas, antioxidante, anti-hemorrágico, cicatrizante e anti-inflamatória (RODRIGUES et al., 2010; SILVA et al., 2012).

O teste positivo para saponinas é detectado por uma espuma formada é estável à ação de ácidos minerais diluídos, diferenciando-se dos sabões comuns. Alguns dos compostos saponósidos desorganizam a membrana dos glóbulos vermelhos do sangue, o que pode levar à hemólise. Dentre as atividades mais citadas, em relação às saponinas

na literatura, destacam-se a atividade moluscicida, hemolítica, anti-inflamatória, antifúngica, antimicrobiana, antiparasitária, antitumoral e antiviral (SPARG et al., 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, a melhor condição extrativa obtida foi aquela na qual uma menor proporção de pó:solvente (1:10), no meio extrativo cujo teor alcoólico foi o mais reduzido (60%), pois a água tem uma maior afinidade pelos compostos fenólicos, além de um tempo de exposição ao solvente reduzido, pois longos tempos de extração podem aumentar a possibilidade de oxidação dos fenóis. Através da triagem fitoquímica, foi possível identificar a presença de algumas classes de metabólitos secundários, como flavonóides, saponinas e taninos. Essas classes possuem interesse farmacológico, especialmente os flavonoides. As etapas posteriores dessa pesquisa pretendem evidenciar o seu potencial antioxidante do extrato otimizado, a fim de utilizá-lo no delineamento de produtos com aplicação dermocosmética.

REFERÊNCIAS

ALVES, P. C. C. **Estudos metabolômicos associados a resistência de folhas de cajueiro (Anacardium Ceará)**. Fortaleza - CE, p.68, 2016.

ASLAN, N. Application of response surface methodology and central composite rotatable design for modeling and optimization of a multi-gravity separator for chromite concentration. *Powder Technology*. v. 185, n. 1, p. 80-86, 2008.

BAPTISTA, A. B. **Extrato de folhas de caju (Anacardium Occidentale L.) E de cajuí (Anacardium microcarpum D.):** prospecção fitoquímica, atividade antioxidante, antimicrobiana e anti-inflamatória, in vitro e in vivo - Tese (Pós-Graduação em Ciência da Nutrição) -Universidade Federal de Viçosa. Viçosa-CE, p.81, 2018.

BOENTE, A.; BRAGA, G. **Metodologia científica contemporânea**. Rio de Janeiro: Brasport, 2004.

BRASIL. Farmacopeia Brasileira. **Agência Nacional de Vigilância Sanitária**. 6ª edição. Volume I. Brasília, 2019. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br>. Acesso em: 08 set 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica. **Decreto nº 5.813, de 22 de junho de 2006**.

BRUM, S. S.; et al. Esterificação de ácidos graxos utilizando zircônia sulfatada e compósitos carvão ativado/zircônia sulfatada como catalisadores. *Química Nova*, v. 34, p. 1511-1516, 2011.

CUNHA, A. **Farmacognosia e Fitoquímica**. 4ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2014.

FURTADO, R. A. A.; NOLÊTO, M. L. P.; PESSOA, D. R.; ALMEIDA, V. S.; MAIA FILHO, A. L. M.; UCHOA, V. T.; ALVES, W. S. Ação do gel *Anacardium Occidentale L.* associado ao ultrassom terapêutico no processo de cicatrização em camundongos. *Revista Saúde (Sta. Maria)*, 2019.

GIRONI, F.; PIEMONTE, V. *Temperature and solvent effects on polyphenol extraction process from chestnut tree wood*. *Chemical Engineering Research and Design*, v. 89, n. 7, p. 857-862, 2011.

LEE, S. J.; UMANO, K.; SHIBAMOTO, T.; Lee, K. G. *Identification of volatile components in basil (Ocimum basilicum L.) and thyme leaves (Thymus vulgaris L.) and their antioxidant properties*. *Food Chem*, 2005; 91(1): 131-7.

MONTEIRO J. M.; LINS NETO, E. M. F., AMORIM, E. L. C., STRATTMANN, R. R.; ARAUJO E. L.; ALBUQUERQUE, U. P. Teor de taninos em três espécies medicinais arbóreas simpátricas da Caatinga. *Revista Arvore*, v. 29, p 999-1005, 2005.

NACZKA, M.; SHAHIDI, F. *Extraction and analysis of phenolics in food*. *Journal of Chromatography A*, v. 1054, p.95-111, 2004.

NUNES, J. D.; MACIEL, M. V. A importância da informação do profissional de enfermagem sobre o cuidado no uso das plantas medicinais: uma revisão de literatura. *Revista Fitos*, [S.l.], v. 10, n. 4, p. 518-525, 2017.

PAES, J. B.; DINIZ, C. E. F.; MARINHO, I. V.; LIMA, L. R. A.; LIMA, C. R.; AZEVÊDO, T. K. B. Avaliação do potencial tanífero de seis espécies florestais de ocorrência no Semiárido brasileiro. **Cerne**, v. 12, n. 3, p. 232-238, 2006.

PEREIRA, R., *et al.* **Diversidade estrutural e potencial biológico dos metabólitos secundários de espécies do gênero Myroxylon L.f. (Fabaceae):** uma revisão da literatura. *Hoehnea*, São Paulo, v. 46, n.1, p. e582017, 2019.

Política Nacional de Plantas Medicinal e Fitoterápico. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

ROCKENBACH, I. I. **Compostos fenólicos, ácidos graxos e capacidade antioxidante do bagaço da vinificação de uvas tintas (vitis vinifera l. E vitis labrusca l.).** Dissertação (Pós-Graduação em Ciência dos Alimentos)- Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis-SC, p.112.2008.

RODRIGUES, M. I.; IEMMA, A. F. **Planejamento de Experimentos e Otimização de Processos.** 2º ed. Campinas, SP; Casa do Espírito Amigo Fraternidade Fé e Amor,2009.

RODRIGUES, R. R., *et al.* *Large-scale ecological restoration of high diversity tropical forests in SE Brazil.* **Forest Ecology and Management**, 2010.

SILVA, P. P. A. *Growth of bromeliad de Ananas ananassoides in different concentrations of nitrogen.* **Communications in Plant Sciences**, v. 2, p. 109-111, 2012.

SOUSA, C. M. M. *et al.* Fenóis totais e atividade antioxidante de cinco plantas medicinais. **Quím. Nova**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 351-355, 2007.

SPARG, S.G.; LIGHAT, M.E.; VAN STADEN, J. *Biological activities and distribution of plant saponins.* **Journal of Ethnopharmacology**, v. 94, n. 2-3, p. 219-243, 2004.

SPIGNO, G.; TRAMELLI, L.; DE FAVERI, D. M. *Effect of extraction time, temperature and solvent on concentration and antioxidant activity of grape marc phenolics.* **Journal of Food Engineering**, v. 81, p. 200-208, 2007.

VÁZQUEZ, G.; GONZALES-ALVAREZ, J.; FREIRE, S.; LOPES-SUEVO, F.; ANTORRENA, G. *Characteristic of Pinus pinaster bark extracts obtained under various extraction conditions.* **Holz Als Roh-Und Werkstoff**, v.59, p.451-456, 2001.

VESSALA, M.; HEMMATIA, M.E; VASEI, M. *Antidiabetic effects of quercetin in streptozocin-induced diabetic rats.* **Comparative Biochemistry and Physiology** 135, p. 357-364, 2003

ZUANAZZI, A. S. e MONTANHA, I. A. **Flavonoides in Farmacogesia: de planta ao medicamento.** Simões C. M. O. Guerra, M. P *et al* (orgs.) 5 edicevada, ampliada, primeira reimpressão - Porto Alegre Florianópolis Editora da UFRGS'Editons da UFSC, 1096p 2004.d by TCPDF (www.tcpdf.org)

**me
mo
res
trabalhos**

2^o CBCS CONGRESSO BRASILEIRO
CIÊNCIA E SOCIEDADE



LESTU
Publishing Company

